

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS VILAS DO OURO:  
O CASO DE VILA BOA**

GUSTAVO NEIVA COELHO  
ORIENTADOR  
Prof. Dr. LUIS PALACIN GOMEZ

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em História das Sociedades Agrárias  
como requisito parcial para a obtenção do Grau  
de Mestre.  
Área de Concentração: História e Região.

GOIÂNIA  
1997

Coelho, Gustavo Neiva

Formação do espaço urbano nas vilas do ouro:  
o caso de Vila Boa / Gustavo Neiva Coelho; Orientador  
Luis Palacin Gomez. - Goiânia, 1997.

p.

Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 1997.

1. Formação do espaço urbano nas vilas do ouro. I. Título.

**A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS VILAS DO OURO EM GOIÁS:  
O CASO DE VILA BOA**

GUSTAVO NEIVA COELHO

Dissertação defendida e aprovada em 28 de dezembro de 1997, pela Banca Examinadora constituída pelos professores;

---

Luiz Palacin Gomez (Orientador)  
Doutor em Teoria e Filosofia da  
História

---

Lena Castello Branco F. Costa  
Doutora

---

Albertina Schurmann  
Doutora em Sociologia

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. A EUROPA E O URBANISMO DO SÉCULO XVIII	
1.1. Os antecedentes Medievais	7
1.1.1. A muralha: Símbolo de Força e Poder	11
1.1.2. Os Caminhos Urbanos	13
1.1.3. O Local do Convívio	14
1.1.4. A Casa de Deus e a Casa do Homem	14
1.2. A Cidade da Modernidade Clássica	16
1.2.1. A Defesa Armada	20
1.2.2. A Circulação Coletiva	21
1.2.3. O Espaço Público como Complemento da Arquitetura.	
1.3. A Cidade dos Déspotas Esclarecidos	23
1.3.1. A Urbanização da Fé	28
1.3.2. A Cidade do Rei	30
1.3.3. O Crescent, o Circus e o Square	32
1.3.4. A Cidade que Saiu do Mar	33
2. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	
2.1. Antecedentes Portugueses	35
2.1.1. A Cidade Medieval Árabe	40
2.1.2. A Cidade Medieval Cristã	46
2.1.3. Portugal á Época dos Descobrimentos	52
2.2. A Ocupação Territorial Brasileira	54
2.2.1. O Período Filipino	59
2.2.2. A Restauração Portuguesa	65
2.2.3. O Urbanismo Minerador	71
3. VILA BOA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	
3.1. O Ouro em Goiás	77
3.1.1. A Dinâmica da Atividade Mineradora	79
3.1.2. Outras Atividades Produtivas	85

3.1.3. População	.87
3.1.4. Administração Pública e Privada	.91
<b>3.2. O Espaço Urbano em Vila Boa</b>	<b>.95</b>
3.2.1. Apropriação do Espaço em Vila Boa	.102
3.2.2. Os Caminhos Urbanos	.105
3.2.3. Espaços mais Amplos	.109
<b>3.3. Espaço urbano edificado</b>	<b>.113</b>
3.3.1. O Edifício Residencial	.114
3.3.2. O Edifício Religioso	.120
3.3.3. O Edifício Oficial	.124
CONCLUSÃO	.127
BIBLIOGRAFIA	.132
FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS	

## INTRODUÇÃO

A idéia que resultou na elaboração deste trabalho veio basicamente em função da necessidade de melhor compreender os fatores que levaram à organização do espaço urbano em Vila Boa, antiga capital da Capitania de Goiás, surgida em função da economia mineradora que se iniciava nessa parte da Colônia. Além disso, a arquitetura e o urbanismo da mineração são objetos de estudo da disciplina Teoria e História da Arquitetura 5, da Escola de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás, e até o momento faltam estudos sistematizados sobre a forma como os núcleos urbanos se estabeleceram em nosso estado no decorrer do século XVIII. Portanto, a compreensão de algumas questões relacionadas tanto à população quanto ao período de implantação do núcleo colocam-se como de fundamental importância para o entendimento do espaço urbano e sua conformação.

Sendo a população que inicialmente se estabeleceu nessa região composta principalmente de aventureiros, vindos em sua maioria da metrópole<sup>1</sup>, as aglomerações surgidas com o seu estabelecimento em território goiano deveriam guardar em si especificidades próprias que mostrassem a maneira peculiar com que essa mesma população interpretou os conhecimentos trazidos de suas regiões de origem, tidos como populares, adaptando-os às características climáticas e geográficas locais. Sendo um núcleo de funções administrativas implantado em princípios do século XVIII, Vila Boa não apresenta nem os elementos próprios da restauração portuguesa, que por essa época expressavam-se principalmente nos aglomerados de interesse da dominação política, nem aqueles característicos do Barroco, movimento ainda em pleno desenvolvimento criativo por ocasião da fundação e da implantação da vila.

Assim, mesmo surgindo em pleno período de vigência de conceitos urbanos tão elaborados quanto os do Barroco, o que se observa em Vila Boa é a predominância de formas baseadas em conceitos e conhecimentos populares de organização e estruturação tanto do espaço urbano quanto do espaço edificado que em momento algum fazem lembrar os centros urbanos europeus implantados na mesma época.

---

<sup>1</sup> Em sua carta, o Alferes Braga, que participou da expedição chefiada por Bartolomeu Bueno filho, faz referência à bandeira como sendo composta de um baiano, seis paulistas e o restante todos portugueses.

Na busca do entendimento de tais questões, procurou-se desenvolver um trabalho distribuído em três partes, apresentando em cada uma delas as formas de evolução do urbanismo, principalmente dos períodos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a definição do espaço urbano em Vila Boa, no século XVIII.

No primeiro capítulo, objetivou-se apresentar o urbanismo europeu da Idade Média ao Barroco. Esse corte se justifica pelo fato de serem do período Medieval grande parte das características encontradas na forma como o traçado urbano de Vila Boa se apresenta, considerado como uma das vertentes do urbanismo português tanto na metrópole quanto nas colônias, aparecendo não só em Goiás, mas em todo o território colonial. O Barroco como limite final justifica-se por ser esse o período em que se desenvolvem a ocupação, a implantação e a estruturação da vila, quando grandes monumentos estão sendo construídos com essas características por todo o mundo, inclusive em Portugal e em outras partes do Brasil, assim como espaços urbanos metropolitanos estão sendo reestruturados no sentido de se adaptarem aos estilemas característicos do período.

O segundo capítulo aborda, além dos antecedentes portugueses do urbanismo e da arquitetura brasileiros, as etapas por que passou a formação das cidades, das primeiras décadas até o período minerador, que é o momento de interesse principal para a compreensão do objeto escolhido para estudo. Para isso foram analisadas as características principais das primeiras décadas de ocupação do território brasileiro (1530-1580), as influências sofridas pelos aglomerados durante o período filipino de união das coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), a forma como se comportam as cidades durante a Restauração (1640-1700) e a maneira como se estruturam sob a influência de um novo modelo econômico, durante o período minerador (1700-1750).

O terceiro e último capítulo, dividido em três partes, estuda a formação urbana de Vila Boa, a estruturação de seu traçado, sua arquitetura, os elementos que de uma forma ou de outra contribuíram para a definição do seu desenho e da maneira como estão inseridos os principais edifícios no espaço público, além de sua influência no contexto urbano da capital da recém-criada Capitania de Goiás.

Essa forma de estruturar a seqüência de desenvolvimento do trabalho tem por finalidade mostrar, dentro de um contexto geral de urbanismo europeu, a forma como se estruturam as cidades portuguesas através de seus antecedentes medievais, tanto cristãos quanto árabes, além de sua posterior evolução até chegar ao século XVIII, que é basicamente o período de interesse para esse estudo.

Levando-se em conta o fato de não haverem os portugueses encontrado em território colonial nenhuma população com uma cultura avançada, como encontraram os espanhóis em sua porção americana, serão os tradicionais conhecimentos portugueses de construção e organização de cidades que estarão impressos na forma como os núcleos urbanos serão aqui implantados. E isso vai acontecer principalmente nas regiões mineradoras, onde a urgência no assentamento da população e a pouca disponibilidade de mão-de-obra para a construção civil levaram a uma forma de estabelecimento sem muito questionamento ou preocupação de se buscar novas formas ou influências. Era o conhecimento básico, tradicional, empírico, vernacular que seria aqui utilizado na construção das residências, das capelas, dos edifícios públicos e, como era

próprio do mundo português, com os edifícios definindo, a partir de suas construções, o espaço público, as ruas, os becos e os largos.

Para a elaboração do primeiro capítulo do trabalho, foram utilizados basicamente elementos de fontes secundárias, pesquisados na literatura existente sobre a questão urbana européia, além do material pertinente ao estudo da história, objetivando a compreensão das cidades como resultado de uma situação de evolução da sociedade em seus aspectos mais amplos, dentre eles a economia, o trabalho, as relações sociais e religiosas nos períodos de interesse do corte proposto. Para tanto, procurou-se trabalhar com base principalmente nos teóricos e estudiosos ligados à Nova História, que de melhor forma podem contribuir, com seus trabalhos, para o desenvolvimento desse estudo.

Torna-se, assim, imprescindível a utilização de autores como Henri Pirenne, Georges Duby e Georges Holmes para o desenvolvimento de um estudo que busque compreender os fatos ocorridos durante a Idade Média, assim como Jacques Le Goff, Giulio Carlo Argan e Camillo Sitte são básicos para um entendimento global da História e de suas formas de estruturação no interior desta dissertação. Leonardo Benevolo, John Bury e Germain Bazin, entre outros, ajudam a compreender como as cidades se comportam durante o Renascimento e o Barroco.

O segundo capítulo trabalhado também essencialmente com fontes secundárias, sendo possível destacar autores como Sérgio Carvalho, José Lamas e Oliveira Marques no apoio a um estudo sobre a história do urbanismo em Portugal. Para compreendermos o momento de união das coroas portuguesa e espanhola e suas conseqüências na formação das cidades brasileiras, foram pesquisados Georges Baudot, Jorge Hardoy e José Rojas e Nestor Goulart.

No estudo sobre os períodos de evolução do urbanismo brasileiro e sua conseqüente inserção na história, das primeiras décadas até o momento de implantação das cidades mineradoras, Emanuel Araújo, Nestor Goulart e Paulo Santos foram nomes indispensáveis, assim como Sérgio Buarque de Holanda, Suzy de Mello e Sylvio de Vasconcellos.

Para o terceiro capítulo, mais específico sobre o estudo da formação urbana de Vila Boa, foram utilizadas, além das fontes secundárias já publicadas sobre a História de Goiás, com Luiz Palacin, Paulo Bertran e Gilka Vasconcellos, entre outros, também a documentação primária existente no Arquivo Histórico do Estado, em Goiânia, e no Arquivo do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, que são os dois locais onde se concentra a maior parte da documentação do século XVIII relativa a Vila Boa.

Documentos relacionados ao censo realizado em 1798, mapas de entradas, ofícios e dízimos foram devidamente anotados, assim como as Ordens Régias relacionadas à aquisição de edifícios residenciais para a instalação de órgãos públicos e administrativos.

De grande importância para a realização desse estudo foi o conhecimento já acumulado sobre a cidade, sua história e sua conformação urbana, obtido através de inúmeros trabalhos desenvolvidos e publicados por nós sobre aspectos específicos tanto de sua arquitetura quanto de sua conformação urbana.



## 1. A EUROPA E O URBANISMO DO SÉCULO XVIII

### 1.1. Os Antecedentes Medievais

O fim do Império Romano do Ocidente, por volta do século V da era Cristã, provoca o surgimento, na Europa, de um novo momento histórico caracterizado por profundas mudanças econômicas, que vão desde modificações nas formas produtivas até a questão monetária, incluindo a redução, pela falta, do uso do ouro na fabricação de moedas, que foi substituído pela prata.

O fechamento do comércio marítimo via mediterrâneo, no século VII, pelos árabes, veio agravar ainda mais a situação econômica dos europeus e, conseqüentemente, a estrutura urbana de então.

Alguns autores, como Benevolo, afirmam que, em decorrência desses fatos, vai se processar uma considerável redução na vida econômica das cidades, que chega, em alguns casos, mesmo a extinguir-se ou que leva essas cidades a terem, dentro da nova sociedade, um lugar marginal, não funcionando como centros administrativos, reduzindo-se a meros centros de produção e de troca.<sup>2</sup> Tudo isso é complementado por Lamas quando afirma que uma redução no nível de crescimento demográfico existente até então, fez com que a maioria dos aglomerados passasse a subsistir em decorrência de uma economia eminentemente agrária.<sup>3</sup>

O que ocorre, no entanto, é que essa “desurbanização” da sociedade não significa um rompimento no processo de manutenção e criação de cidades, como geralmente é sugerido. Grande parte das cidades antigas subsiste, novas cidades são implantadas ao longo de toda a Idade Média, sendo o século XIII o período com o maior índice de surgimento de novas cidades.<sup>4</sup>

Se por um lado a queda de Roma provocou modificações na forma administrativa e, de certa forma, uma redistribuição da população, por outro o fechamento do Mediterrâneo e o conseqüente agravamento da situação econômica da Europa veio trazer novas maneiras de se pensar a economia, resultando tudo isso em uma nova estrutura para as cidades, tanto as já existentes quanto aquelas fundadas a partir de então.

---

<sup>2</sup> BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983. p. 251-253.

<sup>3</sup> LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: FCG/JNICT, 1992. p.151.

<sup>4</sup> MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana**. Barcelona: Gili, 1984. p.98.

Em decorrência de uma profunda modificação na forma de comércio, que deixa de ser predominantemente internacional para desenvolver-se agora em nível mais regional,<sup>5</sup> analisar a função das cidades passa a ser o objeto desse estudo, visando a uma compreensão mais aprofundada dos problemas que aí se desenvolvem. Segundo Pirenne,<sup>6</sup> as cidades subsistem muito mais pelo fato de serem centros de administração diocesanos do que pelas atividades econômicas que mantêm. Tal afirmação é ainda complementada por Morris quando diz que não se deve exagerar a importância da queda de Roma sobre a situação urbana européia, e muito menos desprezar a importância da igreja na manutenção e na continuidade da vida urbana em muitas partes da Europa Ocidental.<sup>7</sup>

O que acontece, então, na Europa, é um empobrecimento generalizado, uma ruptura radical com o modelo antigo de economia e a ruralização tanto de parte dessa economia como de parte da população urbana. Entretanto, mesmo considerando o que já foi classificado como “redução da vida urbana”, as cidades continuaram sendo, de certa forma, mercadoras e artesãs, sendo também novos centros de indústria e comércio e do poder emergente dos burgueses.

Não há, portanto, nem o desaparecimento das cidades como argumento em favor de uma intensificação da vida rural, nem a continuidade pura e simples do desenvolvimento anterior delas. Novas necessidades econômicas provocam novas formas de compreender e utilizar o espaço urbano, assim como de adaptá-lo a uma nova realidade. Isso vai fazer com que a Idade Média seja vista como o período básico da formação e dos primeiros passos para o desenvolvimento urbano da Europa.

Ao desenvolver seus estudos sobre o desenho das cidades européias da Idade Média, Morris as classifica em cinco grandes categorias. Nas três primeiras estão relacionados os antigos modelos de origem rural, as cidades que vinham dos tempos romanos, e as cidades que cresciam lentamente, partindo de uma aldeia ou grupo de aldeias sob a proteção de um mosteiro ou castelo (fig.1).

Nos dois grupos restantes estariam as cidades implantadas a partir de um plano preestabelecido, com planta em tabuleiro, com uma praça central aberta para o mercado e a assembleia pública. (fig.2) Essa praça, como espaço urbano aberto, não vai ser, no entanto, exclusividade dos núcleos de traçado preestabelecido. Aparecem em praticamente todos os modelos de cidade desse período, apenas aqui se apresentando de forma organizada e, como todo o restante do traçado, obedecendo a padrões com um grau maior de organicidade.

Jorge Gaspar considera que freqüentemente a Idade Média é vista ou compreendida como um período em que a morfologia urbana se apresenta estritamente de forma irregular, como resultado de sucessivos acréscimos feitos sem qualquer estudo ou prévia elaboração. Segundo esse autor, principalmente entre os séculos XII e XIV, se bem que apresentando variações na organização das plantas, existe entre as cidades um número significativo de características comuns, que se apresentam principalmente em decorrência da forma e da finalidade com que são implantadas, tendo em sua maioria um sentido

<sup>5</sup> No livro **As Cidades da Idade Média**, p. 48, Pirenne diz que *“o século IX é a idade de ouro do que se chamou uma economia doméstica fechada e se deveria chamar, com maior exactidão, uma economia sem exportações.*

<sup>6</sup> PIRENNE, H. **História econômica e social de la Edad Media**. México: FCE, 1986. p. 11.

<sup>7</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 99-100.

colonizador, em regiões recém-conquistadas, apresentando sempre uma planta regular, de base geométrica, com as ruas, em sua maioria retas, cruzando-se e formando ângulos retos, definindo, assim, quadras retangulares para moradias e praças.<sup>8</sup> (fig.3)

De acordo com Lamas, essa configuração geométrica surge e é mais evidente nas cidades de construção mais recente, ou seja, nas cidades novas medievais, e decorrem principalmente do fato de se utilizar a quadrícula e a geometria na divisão e no parcelamento do solo para novas ocupações. A partir do momento em que não se está aproveitando um núcleo urbano já existente, tornando-se patente a possibilidade de elaboração de um traçado em terreno livre e ainda não ocupado, acontece uma indução a formas regulares como também a idéias predeterminadas na concepção do espaço.<sup>9</sup>

Entretanto, mesmo sendo usual esse padrão regular e geométrico, no geral as plantas medievais são sempre mais informais que regulares, e considerando a grande variedade de formas e planos utilizados na definição do seu traçado, convém observar que isso acontece principalmente em decorrência do fato de as cidades desse grupo haverem surgido não a partir de idéias previamente concebidas, mas segundo um crescimento natural e de cunho orgânico.<sup>10</sup>

*Isso ocorreria porque mais freqüentemente se utilizavam sítios rochosos ásperos, pois apresentavam vantagens decisivas para a defesa (...). Como as ruas não eram adaptadas ao tráfego sobre rodas e não era necessário cuidar nem de encanamentos de água nem de condutos de esgoto, era mais econômico seguir os contornos da natureza do que tentar traçar uma grada sobre eles. (...) Todas as cidades medievais cresceram a partir de uma situação singular, apresentaram uma constelação singular de forças e produziram, em sua planta, uma solução singular.<sup>11</sup>*

A chegada do ano 1.000 - cinco séculos, portanto, depois do início desse processo - vem trazer novas mudanças para a sociedade européia. A economia busca novo eixo condutor, passando a se basear agora na indústria e no comércio. Como conseqüência, o movimento de urbanização ocorrido na Idade Média atinge o seu auge a partir de meados de século XII, o que vai acontecer simultaneamente na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos Países Baixos, principalmente. Uma nova sociedade, marcada pelo novo desenvolvimento das cidades, demonstra sua presença, dinamizando a economia, a cultura, a arte e a religião. Entre 1150 e 1300, segundo Le Goff, houve um crescimento espetacular das cidades, o que acontece tendo como apoio quatro pilares fundamentais, que são a Igreja, a nobreza, a burguesia e a classe trabalhadora, bases do poder e do trabalho, que vão impulsionar tanto o crescimento da Europa, agora com novas bases e perspectivas, quanto a estabilidade dos núcleos urbanos existentes. Tal crescimento acontece, então,

*sob a égide da Igreja que se adapta à evolução e triunfa sobre a ameaça herética, particularmente viva em certos meios urbanos, uma nova sociedade marcada pelo cunho urbano manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem*

<sup>8</sup> GASPAR, J. A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. in: Separata de FINISTERRA: **Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, 1969, v. IV-8, p.198.

<sup>9</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 152.

<sup>10</sup> GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença, 1982. p. 91.

<sup>11</sup> MUMFORD, L. **A cidade na história**. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB, 1982. p. 329.

*afirmado, burguesia, que dá o tono, senão o tom à sociedade, e classes trabalhadoras, das quais uma parte - urbana - fornece a massa de mão-de-obra às cidades, e a outra - rural - alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana. Mas a cidade tende também a se instalar, se não a estacionar. Ela cristaliza seu corpo físico nos lugares em que se fixou, quase sempre no interior das muralhas onde se encerra, institucionaliza seu impulso político numa comunidade vitoriosa mas estabilizada, sua atividade produtora se organiza segundo uma tendência corporativa, sua efervescência escolar e intelectual se acomoda nas universidades. Ela estabelece sua imagem e constrói seu imaginário e sua ideologia<sup>12</sup>*

Esse período marca duas importantes conquistas para a organização e o estabelecimento dos núcleos urbanos, que são o desenvolvimento do primeiro censo, já no século XIII, e o fato de se dar nomes às aglomerações e ruas. O primeiro vai fornecer o conhecimento e o controle da população e das atividades desenvolvidas em cada região, além dos movimentos internos da população. O segundo, como conseqüência do primeiro, vem dar uma idéia real do que acontece em decorrência dessa movimentação. As ruas têm, no geral, denominações relacionadas com as origens dos habitantes que ali se estabelecem e que são em sua maioria oriundos do meio rural, em constante movimentação, o que leva Le Goff a dizer, no caso francês, que a França medieval urbanizada, é em grande parte uma França rural da cidade<sup>13</sup>, ou seja, que grande parte das cidades francesas, nesse período da Idade Média, comportam uma população oriunda, em sua grande maioria, do meio rural. São camponeses em processo de urbanização.

O desenvolvimento de uma economia não mais tão agrária como nos primeiros momentos levou a Europa a um crescimento geral, favorecendo o aumento tanto populacional como das áreas agricultáveis, e mesmo das atividades comerciais, que, por seu lado, contribuíram grandemente para o fortalecimento da nova economia e das estruturas sociais nela apoiadas. (fig.4)

Tal situação favoreceu a criação de instituições econômicas baseadas na riqueza produzida nesse período, possibilitando o crescimento e o enriquecimento da nobreza e mesmo da Igreja, que dela souberam tirar proveito.<sup>14</sup>

Transformações profundas começam então a acontecer nas cidades. Mudanças econômicas provocam o surgimento de novas necessidades. A população, antes eminentemente rural, começa a procurar os centros urbanos que, crescendo em decorrência dessas transformações, tendem a se estruturar de forma a atender ao crescimento populacional e à especialização acontecida na própria economia. De acordo com Mumford, no decorrer do século XIII, já estavam definidas e estruturadas as principais formas da cidade medieval. A partir daí, o que se processou foi a elaboração de detalhes, determinados principalmente pelas necessidades de natureza econômica, mais associadas ao trabalho e a seu pleno atendimento. O castelo e a abadia perdem espaço como elementos determinantes de influência sobre os núcleos urbanos, ao mesmo tempo em que novas instituições vão surgindo e se impondo com base em novos fatores de dominação. Já não pesa sobre a população as forças baseadas no

<sup>12</sup> LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1-2.

<sup>13</sup> LE GOFF, J. op. cit. p. 14.

<sup>14</sup> HOLMES, G. **A Europa na Idade Média: 1320-1450, hierarquia e revolta**. Lisboa: Presença, 1984. p. 93.

isolamento, na autoridade e na segurança. Agora, as preocupações são outras e as palavras de ordem estão mais voltadas para questões como liberdade, envolvimento, desafio e aventura. É o grande momento das Cruzadas e das Missões, que chegam oferecendo um mundo mais amplo, com maiores oportunidades.<sup>15</sup>

As cidades passam a ser, então, os centros da vida européia. Locais de perdição e de prazer, de grande concentração econômica em contraste com uma profunda situação de miséria, são caracterizadas pelo fato de estarem abertas, nesse momento, à força do comércio. Existem e se desenvolvem em função dele. E mesmo que aí estejam residindo tanto o padre como o militar guerreiro, são, no entanto, os homens de negócio que garantem sua prosperidade, sendo que, na maioria das vezes, governam sozinhos. Para as portas dessa cidade é que convergem todos os itinerários, todas as estradas e todos os caminhos, sejam eles por terra ou fluviais.<sup>16</sup>

O modelo rural de vida urbana, caracterizado pela total falta de privacidade, começa a ceder espaço a uma forma diferente de associação da relação entre o habitante e o local habitado. A sociabilidade urbana, que acontecia geralmente ao ar livre, passa a acontecer de forma diferente, com o surgimento do privado, do particular, e a interferência maior passa a acontecer na própria estrutura física da cidade, com o alargamento e a retificação das vias, atendendo às exigências dos novos tempos.

Observa-se também uma não intencionalidade preconcebida no planejamento orgânico dessas cidades, que ocorre como consequência das necessidades e oportunidades surgidas e que gera uma série de adaptações e modificações, tornando-as cada vez mais coerentes e singulares, o que ao final gera uma complexidade em nada inferior aos modelos preestabelecidos.<sup>17</sup>

No estudo morfológico das cidades do período medieval, alguns elementos são de fundamental importância. Entre eles estão a muralha, a rua, o quarteirão, os espaços públicos e alguns edifícios que podem ser vistos como marcos em relação à estrutura urbana desses núcleos.

### 1.1.1. A Muralha: Símbolo de Força e Poder

Apesar de não ser um elemento de caracterização exclusiva das cidades européias do período medieval, a muralha tem aí não só a função defensiva como também de delimitadora entre o espaço urbano e o rural.

É de conhecimento geral que nem todas as cidades medievais eram cercadas por muralhas, e mesmo aquelas que as possuíam não dispuseram desse elemento desde a sua fundação, o que é de se estranhar, pois a muralha sempre foi considerada como um elemento de fundamental importância no que se refere à realidade simbólica das cidades desse período. Entretanto, embora alguns estudiosos considerem motivos militares como sendo a causa principal de sua origem, nem por isso deixaram as muralhas de representar um elemento fundamental para o início da tomada de consciência urbana ocorrida na Idade Média.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 326.

<sup>16</sup> DUBY, G. **A Europa na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 60.

<sup>17</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 329.

<sup>18</sup> Le GOFF, J. op. cit. p. 15.

Definindo o que se poderia chamar de “espaço de exclusão”, o muro da cidade é o responsável pelo estabelecimento de uma situação de segregação no que se refere à sua relação com o meio rural, criando o que Le Goff chama de “dialética do interior e do exterior”<sup>19</sup>, em que da mesma forma que exclui os camponeses, em caso de guerra serve como defesa ou mesmo refúgio a esses homens originários do meio rural.

Partindo daí, pode a muralha ser percebida como o elemento que, além do fator defesa, confere também ao núcleo a condição de cidade, em relação ao restante do espaço, conferindo a seus habitantes a condição de cidadãos. O poder simbólico da muralha, para a época, é de tal ordem que a primeira preocupação de um exército vencedor era destruí-la, mesmo que a estrutura urbana fosse poupada em sua totalidade. Além disso, uma das principais atividades de um exército real era, sem dúvidas, a construção de fortalezas e muralhas. (fig.5)

Outro fator condicionante da importância da muralha vai ser a sua relação com a porta da cidade, considerada símbolo tanto do próprio núcleo urbano como de quem o governa<sup>20</sup>, pois é por ela que entram tanto o camponês, com os produtos originários dos campos situados em seu entorno, quanto o comerciante, com mercadorias importadas das mais longínquas regiões. É por aí que entram os imigrantes e saem aclamados os soldados, passam as procissões e saem os produtos elaborados nas oficinas para serem vendidos em outros mercados, outras praças, outras cidades. Era na muralha, também, o local onde os imperadores bizantinos hospedavam os mercadores e embaixadores estrangeiros e, mesmo na Alta Idade Média, ali eram colocados os emblemas dos seus santos protetores. O espaço constituído junto à porta era um dos principais e mais importantes do núcleo urbano medieval, tanto no que se refere ao interior quanto ao exterior. Representava o local das recepções e despedidas, do controle do comércio e das mercadorias. É próximo às muralhas que se instalam mercados e albergues e é também o ponto onde começam e terminam as estradas. A porta, mais que a muralha, representa a segregação ao meio rural, pois aquela é estática e monolítica, e existe como barreira definitiva, enquanto esta tanto pode estar aberta, promovendo um convite, como também transformar-se em algo inexpugnável para o camponês. É a trincheira do burguês contra o mundo e a população rural que, segundo Georges Duby<sup>21</sup>, ele teme e abomina.

Símbolo de força e resistência, poder ou segregação, a muralha é, no entanto, um elemento fundamental, junto à topografia, no que se refere ao condicionamento da forma urbana compacta e desenvolvida verticalmente, fazendo com que o crescimento horizontal desses núcleos se transformasse em algo complexo e descontínuo, acontecendo por etapas. Cada nova fase do crescimento deveria ser precedida da construção de uma nova muralha, que passaria a abrigar novos subúrbios, antes considerados indefesos.<sup>22</sup>(fig.6)

### 1.1.2. Os Caminhos Urbanos

<sup>19</sup> Le GOFF, J. op. cit. p. 18.

<sup>20</sup> LOPEZ, R. S. **A cidade medieval**. Lisboa: Presença, 1988. p. 9.

<sup>21</sup> DUBY, G. op. cit. p. 60.

<sup>22</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 106.

Elemento de grande importância na organização do espaço urbano medieval, a rua tem como uma de suas principais atribuições a definição dos quarteirões residenciais, assim como daqueles destinados ao uso público, ou seja, praças e feiras. Em alguns casos, as ruas tornam-se inclusive uma extensão da própria feira, ou do mercado, principalmente nas cidades de crescimento orgânico, onde as vias dividem sua função entre as atividades mercantes e a de rota de comunicação, pois geralmente são essas as vias que fazem a ligação entre as portas e o centro do núcleo urbano.

Segundo Leonardo Benevolo, as cidades medievais da Europa cristã possuem uma rede de ruas com um grau de irregularidade não muito distante do apresentado pelas cidades representativas da dominação islâmica. As ruas cristãs, no entanto, são estruturadas de forma a organizar um espaço unitário, onde, a qualquer momento, é possível ao visitante orientar-se, além de oferecer uma idéia geral não só de determinado bairro, mas de toda a cidade. Mesmo não se apresentando de maneira uniforme, existe entre as ruas uma gradação contínua de vias principais e secundárias.<sup>23</sup> Nessa hierarquia, as vias consideradas secundárias servem unicamente como passagem, ficando a função de multiuso para as principais, aquelas que, pela sua largura em relação às demais e por sua ligação com pontos urbanos importantes, comportam tal complexidade.

Sendo assim, as cidades de traçado irregular ou de surgimento espontâneo apresentam em suas ruas características próprias não encontradas nas demais, de traçado regular ou mesmo predeterminado, nos quais o cruzamento de vias, geralmente em ângulo reto, quebra toda uma série de possibilidades, igualando vias secundárias e principais dentro de um mesmo contexto de medidas e ângulos visuais. As ruas, nas cidades medievais, principalmente naquelas de traçado orgânico, mesmo com toda a sua irregularidade, são, no entender de Camille Martin<sup>24</sup>, algo que nada apresenta de arbitrário, obedecendo às circunstâncias e respondendo diretamente a determinadas indicações, além de se submeterem ao tipo de relevo aí existente. (fig. 7)

São, portanto, as vias urbanas, elementos de suma importância para a compreensão da forma como se organizavam as cidades como locais tanto de circulação como de concentração e encontro das populações.

### 1.1.3. O Local do Convívio

Existem, nas cidades medievais, dois locais considerados como sendo de convívio para seus habitantes, além, é claro, das ruas, como já foi observado. São eles a praça do mercado e a praça da igreja. Situados em pontos diferentes dentro da malha urbana, raros são os casos em que mercado e igreja se defrontam em um mesmo logradouro, pois, apesar de possuírem a mesma finalidade de congregar ou reunir a população, cada um se utiliza de métodos diferentes, sendo também diferentes os objetivos.

A praça do mercado acontece dentro do núcleo urbano de várias formas diferentes e, sendo a cidade de origem orgânica ou planejada, quatro são

<sup>23</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 269.

<sup>24</sup> MARTIN, C. Ruas. In: SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. p. 185.

as principais formas como se apresentam esses espaços: o primeiro seria a utilização de uma praça ou de um amplo espaço aberto destinado exclusivamente a esse fim. O segundo seria a sua inserção na própria estrutura da rua principal. O terceiro, em um alargamento dessa mesma rua principal e, finalmente, o quarto caso que seria a utilização dos espaços próximos à porta de entrada da cidade, onde os camponeses expunham e vendiam seus produtos sem terem de avançar cidade adentro empurrando suas carroças por ruas geralmente tortuosas e com declividades consideráveis.<sup>25</sup> Essas praças de mercado medievais são, na visão de Lamas<sup>26</sup>, a base do conceito de praça a ser desenvolvido na Europa, e que definirá seu momento máximo a partir do Renascimento. Apresentando geralmente uma arcada em seu entorno, a praça serve como espaço coberto para a população, além de funcionar como centro comercial permanente.

A praça da igreja era o local situado em frente ao edifício religioso onde geralmente, segundo informação de Paul Zucker, a população

*se reunia antes e depois dos ofícios religiosos, onde ouviam ocasionalmente sermões ao ar livre e onde assistiam ao desfilar das procissões. Era sempre nesse lugar, em frente à fachada ocidental da igreja, que a partir do século XII sempre se representaram os mistérios, e onde também os forasteiros deixavam seus cavalos, motivo de haverem surgido em torno dessas praças, uma infinidade de estrebarias.*<sup>27</sup>

No geral, são esses dois locais públicos e abertos, inseridos na malha urbana de forma diferente, que congregam a população, servindo como local de reuniões tanto religiosas quanto profanas, além de local divulgador de notícias e informações.

#### 1.1.4. A Casa de Deus e a Casa dos Homens

Dentro dessa estrutura urbana desenvolvida no período medieval, assim como a muralha, a rua e a praça, também alguns edifícios se destacam pela sua importância e significado no que se refere a determinados fatores de sobrevivência do núcleo. Assim é que podemos perceber, em meio à massa de edifícios residenciais e comerciais, aqueles destinados à Câmara Municipal, ao castelo, à Catedral, aos mosteiros, palácios e torres senhoriais, marcando o perfil da cidade, já que a verticalidade é a principal forma encontrada para destacá-los em relação aos demais.

De grande importância para os momentos iniciais da Idade Média, o mosteiro representa, segundo Mumford, o ponto fundamental na definição das primeiras cidades desse período. Ainda segundo esse autor, se o palácio real forneceu o instrumental necessário para que se determinassem formas a uma civilização dita urbana, foi, no entanto, no interior do mosteiro, que as finalidades e os objetivos definidores da cidade medieval se organizaram e foram, colocados em ordem, conservados e finalmente renovados,<sup>28</sup> sendo ele o ponto de referência cultural, além do local onde foram conservadas as técnicas da medicina grega e da agricultura romana. Vai ser, então, em torno do mosteiro, e

<sup>25</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 109.

<sup>26</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 154.

<sup>27</sup> ZUCKER, P. apud.: MORRIS, A. E. J. op. cit. p.110.

<sup>28</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 271.



sob sua proteção, que grande número de cidades medievais terá início e se organizará.

Em um segundo momento, a Catedral vai ser o edifício que mais se destaca, possuindo, inclusive, como já foi visto, um espaço ao ar livre complementar, que é a praça, onde está inserida de várias formas, relacionando a verticalidade do edifício com a horizontalidade da praça, além dos espaços fechado do seu interior, com o espaço aberto do exterior, o qual utiliza tanto como extensão daquele como também na forma de controle sobre a população que aí se reúne. (fig.8)

A edificação da igreja é considerada uma responsabilidade de todo o conjunto de moradores do centro urbano, como também das imediações rurais, de onde vêm constantemente os camponeses para ajudar como mão-de-obra nos trabalhos de construção.

Edifícios públicos representam a necessidade administrativa e política de ordem dentro do meio urbano, merecendo, assim, um certo destaque em relação às demais edificações, destaque esse representado tanto pela forma e dimensões do edifício quanto por sua localização dentro da malha urbana. Observa-se, no entanto, o fato de que em momento algum esses edifícios entram em concorrência aberta com o edifício religioso, que deve ser de longe o mais importante, tanto em dimensões quanto no que se refere à localização.

Finalmente, há os edifícios residenciais, que ocupam praticamente toda a área considerada útil dentro do espaço amuralhado e que são também os responsáveis pela ampliação do meio urbano, demandando a construção de novos cinturões de muralha quando dentro da anterior já não existe espaço para novas construções. A concentração é, então, a base fundamental da ocupação, com as casas, invariavelmente constituídas de vários pavimentos, abrindo-se para o espaço público, com uma fachada que contribui grandemente para formação do ambiente da rua ou da praça.<sup>29</sup> Esses edifícios, construídos no alinhamento da via pública e em grande número utilizando o pavimento térreo para comércio, fazem com que tanto as ruas quanto os demais logradouros públicos sejam definidos a partir de sua construção (fig.9) e, segundo Lamas, são regulares e uniformes, além de comporem o pano de fundo da estrutura urbana.<sup>30</sup>

Entretanto, é bom observar que, mesmo sendo construídos no alinhamento das ruas e constituindo blocos compactos em nível de visualização, esses edifícios são também os grandes responsáveis pela existência de áreas verdes dentro do recinto amuralhado das cidades, com a criação de jardins e hortas em sua parte posterior e mesmo no interior das quadras, ou quarteirões, que nesse período não se restringem à mera forma de divisão do solo, constituindo um importante elemento da morfologia urbana.

## 1.2. A Cidade da Modernidade Clássica

A passagem da cidade medieval para a cidade do Renascimento não foi algo que ocorreu de forma abrupta ou direta, mesmo porque não existe um fim para a Idade Média e uma data marcada para o início do período renascentista. Essa passagem ocorreu de forma um tanto lenta, principalmente no que se refere à ordenação das cidades, já que essas vinham encaminhando o

<sup>29</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 269.

<sup>30</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 154.

desenvolvimento de suas formas desde o período anterior, e tendo em vista também o fato de haver existido uma preocupação bem maior com relação à arquitetura do edifício do que com relação ao urbanismo. Segundo Goitia,

*se a arquitectura clássica tivesse ficado completamente sepultada, como tragada pela terra, apenas restando o tratado de Vitruvius, verdadeiro texto sagrado para aqueles arquitectos, a arquitectura do Renascimento não teria sido o que chegou a ser. Em contrapartida, os exemplos do urbanismo antigo tinham desaparecido, estavam sepultados, como em Pompéia, ou jaziam em regiões longínquas como a Maurítania, a Numídia, a Cirenaica, ou nos países greco-orientais, que tinham caído sob o jugo otomano. Não havia suporte em que se apoiar,*<sup>31</sup>

o que leva à produção, num primeiro momento, não de cidades, mas de teorizações e produções intelectuais quanto ao que seria a cidade ideal, (fig.10) dando vazão a várias propostas e idéias baseadas principalmente em modelos geométricos, sendo o octógono a figura mais comumente utilizada, o que, é claro, não elimina o uso de outras formas, como o hexágono e o eneágono. Tal opção, baseada na geometrização dos espaços e na utilização da perspectiva como elemento fundamental de visualização, representa um desejo de ordem e disciplina que, à medida em que vai se delineando, entra em confronto com a irregularidade urbana medieval, inclusive a encontrada nas cidades consideradas de traçado regular.<sup>32</sup>

São basicamente idéias que representam o resultado do trabalho desenvolvido por artistas plásticos, associadas à preocupação militar de ordem defensiva, que vão gerar os primeiros modelos de cidade ideal renascentista, surgindo propostas baseadas na “cidade ideal de Vitruvius”, descrita mas não desenhada ainda durante o século I da era cristã: uma cidade fortificada, de formato octogonal (fig.11), que conta com quatro portas de acesso e oito torres de defesa ao longo de sua muralha. Daí derivam propostas como as de Filarete para a idealização da cidade de Sforzinda (fig.12), além de outras, como as de Pietro Cataneo (fig.13) e Vincenzo Scamozzi (fig.14) entre outros, sendo que a de Scamozzi, Palma Nuova<sup>33</sup>, de 1593, foi a única a ser construída.

Ainda segundo Goitia, a idéia central da proposta de Vitruvius para a definição de sua cidade ideal seria, além da questão militar, as considerações meteorológicas. Cada trecho de muralha, representado por um dos lados do octógono, estaria voltado para a direção de um dos ventos, sendo estes considerados em número de oito. De acordo com Vitruvius, essa era a forma ideal de cidade, em oposição às formas retangulares, que eram desfavoráveis à defesa, já que não permitiam a visualização completa das posições a serem utilizadas pelo inimigo.<sup>34</sup> Entretanto, enquanto a arquitetura se desenvolvia com base em uma série de estudos, compartilhados com outros ramos das artes como a pintura e escultura, utilizando como modelos os antigos edifícios remanescentes dos períodos clássicos da Grécia e de Roma, não restava ao urbanismo senão a teorização, e os urbanistas do Renascimento, impossibilitados por uma série de fatores de verem concretizadas suas cidades ideais, passam a utilizar em centros urbanos já existentes alguns de seus princípios básicos, como

<sup>31</sup> GOITIA, F.C. op. cit. p. 103.

<sup>32</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 168.

<sup>33</sup> Apesar de alguns estudiosos como Moris indicarem Scamosi como o autor do projeto de Palma Nuova, outros, como Kevin Lynch, colocam em dúvida essa autoria.

<sup>34</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 104.

as ruas retilíneas e a tentativa de utilização de um eixo que contribua de certa forma com a simetria na composição do traçado urbano, além da convergência de ruas para um determinado edifício ou praça, criando uma ligação orgânica entre os diversos elementos constitutivos do urbano.<sup>35</sup>

Durante os anos iniciais do Renascimento, poucas ou praticamente nenhuma cidade nova se construiu, por ser desnecessário investir em novas aglomerações. Surgiram, então, como forma de interferência no espaço urbano, a aplicação dos princípios descritos por Jean-Louis Harouel, que seriam as modificações realizadas em algumas ruas das cidades já existentes, sendo a manifestação considerada mais antiga a ordenação da Via Nuova, em Gênova, no ano de 1470. No geral, o emaranhado irregular das ruas medievais passa a ser cortado para dar lugar à construção de novos edifícios, mais regulares que os antigos, em ruas novas, de perfil mais reto e organizado, ou seja: destroi-se determinados trechos da malha urbana medieval, dando lugar a novas vias, novos edifícios, novos espaços a serem utilizados de forma diversa da original.<sup>36</sup> Os primeiros modelos de cidade construídos segundo a nova concepção tinham funções específicas de fortificações, ficando fácil, pela sua estrutura militar, a utilização dos novos ideais urbanos.

Com relação à implantação do novo traçado, Goitia observa que torna-se de fundamental importância reconhecer que muitas das idéias urbanísticas desenvolvidas durante o Renascimento, que não passaram, no geral, de teoria ou mesmo de utopia ou ainda de exercício intelectual de seus autores, nos países da Europa onde se originaram, tiveram oportunidades de encontrar seu campo de realização concreta nas cidades da América, no trabalho desenvolvido pela colonização espanhola,<sup>37</sup> o que significa dizer que o campo propício à implantação de novas cidades com as características do desenho renascentista vai ser a colonização dos novos territórios descobertos, principalmente da América, onde tudo toma forma a partir da implantação das Leis das Índias, ou Ordenanças de Filipe II. Com o título original de “El Orden Que Se Ha de Tener en Descubrir y Poblar”, esse documento, composto de 148 ordenanças, é um perfeito modelo de como ocupar um território e aí estabelecer uma população. Define questões relativas a higiene, segurança, setorização para habitações, administração e indústrias, sem esquecer a questão da saúde, determinando localização de hospitais, com isolamento para doenças contagiosas.<sup>38</sup>

Aqui é bom observar que, sendo editadas em 1573, não foram as Ordenanças de Felipe II um trabalho elaborado de imediato, unicamente com base em teorias desenvolvidas no Velho Continente. São, isso sim, a associação dessas teorias com o resultado de observações, experimentos e estudos desenvolvidos ao longo de várias décadas de ocupação colonial.

As primeiras orientações régias no sentido de se fundar aglomerações no novo mundo espanhol, como foi o caso de Santo Domingos, eram extremamente vagas e completamente sem objetividade, não demonstrando qualquer embasamento teórico de urbanização ou mesmo conhecimento relacionado aos projetos de cidade ideal do Renascimento.

---

<sup>35</sup> HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. Campinas: Papyrus, 1990. p. 49.

<sup>36</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 446.

<sup>37</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 118.

<sup>38</sup> ROJAS, J. A. et alii. **Urbanismo espanhol en América**. Madrid: ICE, 1976. p. I.

O início de toda essa preocupação dos espanhóis com relação à organização de cidades, principalmente em território americano, vai ser, sem dúvida, um experimento prático dos reis católicos de Espanha, com a implantação de Santa Fé de Granada, em 1492, podendo ser esse núcleo militar considerado como o antecedente formal do urbanismo espanhol na América.

Fundada com o objetivo de substituir o acampamento real, incendiado durante o cerco e a tomada de Granada aos mouros, esse núcleo provavelmente serviu de inspiração a Nicolás de Ovando, que participou daquela batalha e que, dez anos depois, em 1502, esteve presente também na fundação de Santo Domingos (fig.15), primeira cidade importante implantada em território americano e base para uma série de outros núcleos fundados posteriormente ao longo de todo o território da colônia.

Entretanto, com o passar dos anos, e tendo em vista as necessidades imediatas de ocupação e domínio do novo território, tais orientações passam a ser mais precisas, desenvolvendo-se gradativamente rumo às Ordenações, organizadas e apresentadas em 1573. Jorge Hardoy afirma ainda que, entre 1492 e 1510, não existe nenhuma disposição da Coroa Espanhola no sentido de que houvesse uma preocupação por parte dos fundadores em se utilizar dos traçados regulares nas novas cidades e vilas.<sup>39</sup> A primeira instrução nesse sentido somente vai aparecer em 1513 e, mesmo assim, apesar da regularidade empregada até então, o traçado feito em tabuleiro de xadrez somente aparecerá a partir da década de 1520.

A partir daí vão ser os espanhóis os responsáveis pelo surgimento de inúmeros núcleos urbanos utilizando esse modelo extremamente regular, tendência para a qual o desenho das cidades européias já se encaminhava e se consolidava desde o século anterior. Surgem, assim, cidades como Caracas (fig.16), na Venezuela, e Trujillo (fig.17), no Peru, que, como outras mais, apresentam um traçado rigorosamente retilíneo, com todas as ruas cruzando-se em noventa graus e se organizando a partir de uma praça central, denominada "Plaza Maior" ou "Plaza de Armas" (fig.18), que é, sem sombra de dúvidas, o centro religioso, político e social do núcleo urbano renascentista, onde se concentram os principais edifícios da administração pública, além da Catedral.

Ao se definir, na América, o sítio para a implantação de um novo núcleo, o primeiro espaço a ser delimitado é, sem dúvida, o da Praça Maior, considerada à época como o símbolo da unidade cívica e constituindo o elemento central do urbanismo hispano-americano. Não existe, nesse período, cidade onde não apareça como centro irradiador. É aí que se instalam os principais edifícios públicos, administrativos e religiosos, assim como é nas proximidades dessa praça que se instalam o comércio e as residências dos habitantes de maior importância política e social,<sup>40</sup> além de ser, de acordo com Baudot, o ponto aglutinador da cidade, local representativo e ponto fundamental tanto no que se relaciona à aculturação para o índio quanto para os mestiços, que tinham aí reunidos os símbolos básicos do novo poder dominante, assim como a representação dos modelos e das novas condições de sua própria existência.<sup>41</sup>

Esse espaço surge, então, em obediência basicamente a um plano definido na metrópole, que apresenta uma conjunção das idéias renascentistas

<sup>39</sup> HARDOY, J. Evolución de la legislación urbana para hispanoamérica durante el siglo XVI. In: **De Teotihuacan a Brasília**. Madrid: IEA, 1987. p. 83.

<sup>40</sup> ROJAS, J. A. et alii. op. cit. p. 14-20.

<sup>41</sup> BAUDOT, G. **La vida cotidiana en la América española en tempos de Felipe II - siglo XVI**. Mexico: FCE, 1992. p. 253-254.

de planificação urbana, as necessidades de defesa e, fundamentalmente, a questão da representação do poder real como forma de dominação, a imposição da metrópole sobre a colônia e os povos dominados.

Entretanto, por mais que se considere a importância das Ordenações de 1573, convém observar que, quando de sua redação final, era grande o número de cidades e vilas já implantadas em território americano nos quais se pôde interferir apenas em parte e, se se levar em consideração que vários desses núcleos surgiram e se desenvolveram dentro do processo de elaboração das Ordenações, portanto como um laboratório para a criação de tal legislação, a pretendida regularidade de suas plantas não se concretizou. Mesmo possuindo um núcleo original implantado com base em um plano regular, a partir do momento em que surge a necessidade de ampliação, esse plano é abandonado.

Baudot, citando as observações feitas pelo padre franciscano frei Francisco de Ajofrín sobre a cidade do México, no século XVI, informa que essa cidade, organizada inicialmente com perfeita regularidade, teve posteriormente seu traçado modificado, em decorrência de um parcelamento não controlado, com forte interferência das Ordens Religiosas.<sup>42</sup>

Sendo assim, mesmo que não tenha tido a oportunidade de influir diretamente sobre todas as cidades ou núcleos urbanos implantados em território americano, o grande mérito dessa legislação organizada sob o comando de Felipe II consiste em haver conseguido reunir uma série de conceitos e experimentos que, transformados em leis e levados à prática, conseguiram manter tanto uma unidade arquitetônica quanto uma densidade urbana que são vistos como sendo o que de melhor apresentam as cidades coloniais da América espanhola.<sup>43</sup>

Assim, a cidade americana representativa da colonização espanhola vai ser o único momento do urbanismo renascentista no qual se consegue um total controle tanto em nível de projeto quanto de execução e uso dos espaços, o que vai fazer com que sejam utilizados por praticamente quatrocentos anos, mantendo sua funcionalidade mesmo depois de terminado o período de dominação colonizadora.

As cidades surgidas a partir do início do Renascimento apresentam uma outra particularidade que é a ausência da população como elemento definidor de sua estrutura, como acontecia em períodos anteriores. A determinação de um plano preconcebido, a existência de um planejador que define direção, largura e regularidade das vias, que padroniza as fachadas e sua relação com ruas e praças proporciona o surgimento de uma cidade até certo ponto impessoal, onde o cidadão, habitante dessa cidade, não tem, na organização urbana, sua parcela de contribuição, como acontecia na cidade medieval e mesmo nas cidades das culturas orientais, notadamente a islâmica. Com o início da modernidade renascentista, a figura do planejador concentra o poder de estruturação urbana, passando, a cada período posterior, a ver, a população, cada vez mais restrita sua participação, deixando a cidade de ser um elemento orgânico para ser uma estrutura pensada cada vez mais em função de uma minoria estabelecida no poder, sendo o Barroco o momento em que isso aparece com maior clareza.

---

<sup>42</sup> BAUDOT, G. op. cit. p. 262.

<sup>43</sup> HARDOY, J. op. cit. p. 105.

### 1.2.1. A Defesa Armada

A questão da defesa na cidade renascentista não pode e não deve ser compreendida da mesma forma como na cidade medieval ou mesmo em períodos anteriores a esse. A muralha não se resume mais a apenas um muro de pedras cercando a cidade e funcionando como defesa primária, com possibilidades de substituição em anéis à medida que aumentar o número de habitantes ou novos bairros assim o exigirem. A nova cidade, em função da generalização do uso de armas como o canhão, vai necessitar agora, para sua defesa, de uma estrutura mais complexa, com a utilização de um engenhoso sistema de fossos, rampas, e muralhas mais amplas, que obriguem o invasor a se posicionar a uma distância bem maior em relação à cidade, tentando, com isso, inclusive inviabilizar o uso do canhão. Em alguns casos, essa estrutura defensiva chegava a superar os duzentos metros de largura.

Por outro lado, tal esquema defensivo transforma a antes maleável muralha em um aparato estático, que limita por completo a possibilidade de crescimento da cidade (fig.19), comprimindo-a, o que vai provocar sérias conseqüências com relação à densidade populacional<sup>44</sup>, além de condicionar grandemente sua forma, principalmente na Europa continental, levando a um crescimento muito mais vertical do que horizontal. Situação diferente pode ser encontrada na Inglaterra, onde as questões relacionadas ao controle político, associadas a um isolamento insular, permitiram um crescimento de forma mais horizontal, o que proporcionou uma organização urbana com predominância de construções térreas.

Convém, no entanto, observar que essa forma de estruturação defensiva implantada em continente europeu não tem nada a ver com o estabelecido no discurso dos urbanistas quando definem seus modelos de cidade ideal, onde a muralha aparece estruturada da mesma forma como é vista nas cidades medievais, compondo, com o traçado definido intramuros, um conjunto de extrema leveza e racionalidade.

### 1.2.2. A Circulação Coletivizada

Com o Renascimento, a circulação dentro das cidades deixa de ser feita exclusivamente à pé, como no período anterior, passando agora a ser a rua dividida entre os pedestres e os carros de tração animal - charretes e coches -, o que vai exigir um tratamento diferenciado da via pública, tanto no que se refere à largura quanto à declividade do terreno onde está implantada.

Em seu trabalho "*História do urbanismo*", Jean-Louis Harouel defende a posição segundo a qual raramente as ruas renascentistas estão associadas a uma arquitetura programada, ou seja, a arquitetura não se desenvolve uniformemente ao longo da rua<sup>45</sup>, o que pode ser visto de forma oposta no trabalho de Morris, que afirma que

*além de levar à cabo modificações em sua função, o Renascimento introduziu também o conceito de rua concebida como um todo*

<sup>44</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 172.

<sup>45</sup> HAROUEL, J. L. op. cit. p. 56-57.

*arquitetónico. Se bem que em princípio, parece evidente, como se pode deduzir dos textos contemporâneos de Alberti, as ruas podem ser consideradas como um agrupamento de fachadas de edifícios individuais, (...) à medida que avançava o período, a uniformidade arquitetônica se convertia em elemento de rigor,<sup>46</sup>*

o que restringe a opinião de Harouel apenas aos momentos iniciais do período renascentista, passando depois a ser a relação edifício/via pública elemento indissociável na organização do espaço urbano.

O uso da perspectiva deu também um outro sentido à forma de se ver a cidade pelo seu interior, tornando a via um elemento de interligação e de valorização dos pontos importantes da cidade, permitindo ainda a melhor visualização dos edifícios a partir de diferentes localizações por parte do observador. Sendo assim, a rua deixa de ser, como ocorria antes, em especial na Idade Média, apenas um percurso com objetivo prático funcional. Torna-se agora algo como um caminho visual, um percurso decorativo, organizador de efeitos cênicos e estéticos próprios para serem vistos, descobertos e observados não só pelo pedestre mas também por quem se desloca de carruagem,<sup>47</sup> compondo e organizando o espaço urbano de forma ainda não realizada, o que não mais deixará de ser feito a partir de então.

Segundo Goitia,<sup>48</sup> vai ser León Batista Alberti quem primeiro se ocupará em tentar resolver os problemas relacionados à arquitetura urbana, discutindo tal assunto em vários trechos de sua obra, além de apresentar propostas nas quais as ruas aparecem de forma hierarquizada dentro da paisagem da cidade, onde aquelas consideradas principais se apresentam mais amplas e retas que as demais, além de apresentarem edifícios com o mesmo perfil em ambos os lados. As vias consideradas secundárias poderiam, essas sim, apresentarem curvas, o que de certa forma favoreceria uma visualização diferenciada de cada edifício ao longo da rua. Ainda segundo esse autor, Sebastiano Serlio complementaria tal proposta de visualização urbana acrescentando ao espaço fronteiro de cada edifício de certa relevância dentro da cidade uma pequena praça de dimensões equivalentes ao porte do monumento, o que deveria ser executado em proporções simples. Assim, não só a volumetria do edifício seria integrada ao espaço urbano mas também outras formas interpretativas da visão artística do arquiteto, como o equilíbrio, a simetria, as proporções e o ritmo.

O espaço viário urbano passa, então, com o Renascimento, a ser dividido e utilizado de três formas principais e diferenciadas. Morris relaciona tais formas classificando-as como grupos individualizados: no primeiro deles encontram-se espaços destinados basicamente ao tráfego, compondo uma rede principal de vias que serão utilizadas tanto por pedestres quanto por carruagens e carros de carga, ambos de tração animal. No segundo, encontram-se espaços residenciais, aos quais o acesso é feito no nível do tráfego local, existindo ainda uma predominância de uso com atividades recreativas. Finalmente, em terceiro, encontram-se os espaços destinados basicamente aos pedestres, excluindo o acesso ao tráfego de veículos,<sup>49</sup> que, de certa forma, vão servir de base para o

<sup>46</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 180.

<sup>47</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 172.

<sup>48</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 108.

<sup>49</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 181.

desenvolvimento de propostas mais avançadas de organização urbana nos períodos posteriores.

### 1.2.3. O Espaço Público como complemento da Arquitetura

O espaço público vai encontrar grande interesse e incentivo durante o período renascentista em função, do fato de ser uma forma de destacar o edifício dentro do traçado urbano, principalmente o edifício relacionado ao poder, tanto temporal quanto espiritual. Segundo Camillo Sitte,<sup>50</sup> o próprio desenvolvimento da arquitetura com base em princípios artísticos torna-se elemento decisivo na definição do espaço público, notadamente da praça, e o uso da perspectiva, elemento das artes plásticas, no desenho urbano vai ser seu maior e principal instrumento de trabalho.

Nesse período, grande vai ser o desenvolvimento de projetos para espaços de uso público, que se organizam de duas formas distintas: destinados basicamente ao uso de pedestres, excluindo a possibilidade de uso por carros, ou como forma de destacar a fachada de um determinado edifício, justificando-se apenas como função estética e estando situados à margem da via pública, envolvida pelo edifício, que tem um trecho de sua fachada recuado para que aí se estabeleça esse espaço. Em ambos os casos, mesmo tratando-se de espaço público, existem diferenças fundamentais em relação àquelas praças encontradas nas cidades medievais. A praça, aqui, não é mais apenas o alargamento da via pública, com finalidade de abrigar atividades como a feira ou reuniões. A estética, a relação entre o espaço público e o privado, como complementos na compreensão do todo urbano, passam a ser fundamentais tanto na definição ou na escolha do local como no dimensionamento de tais espaços (fig.20) e, segundo Sousa Morais, o desenho urbano vai assim se consolidando, principalmente em função de seus monumentos, quer de caráter sagrado, quer de caráter profano, fazendo das ruas e das praças elementos rigorosamente traçados em obediência a um conjunto inequívoco de regras que definem e regulamentam as características próprias do espaço da cidade, além de determinarem o volume das edificações. Com isso, surgem tipologias habitacionais resultantes de novas abordagens que, como um todo, vão contribuir para a conformação de um também novo espaço urbano.<sup>51</sup>

E se, dentro desse novo traçado, a praça renascentista pode ser vista como uma evolução em relação às praças medievais, é, no entanto, em nível de planejamento, apenas a base do que virá a ser o espaço público desenvolvido no período seguinte com os urbanistas barrocos.

## 1.3. A Cidade dos Déspotas Esclarecidos

A transição do medievo para a modernidade foi lenta e contínua. Em relação à cidade, as transformações vão acontecendo muito mais no nível das fachadas, seguindo uma tendência de imitação da antigüidade, embora as modificações profundas tenham sido poucas. As novas cidades, implantadas durante o período renascentista, são marcadamente de pequeno porte, situadas

<sup>50</sup> SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992. p. 84.

<sup>51</sup> MORAIS, J. S. **Metodologia de projecto em arquitetura**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 184.



perto umas das outras, distância que é imposta com base na possibilidade de ir e voltar em um mesmo dia. E, como já foi visto, não só na organização das cidades, mas em todas as áreas do conhecimento a Renascença apresentou um desenvolvimento baseado em estudos e investigações científicas que podem ser considerados de longo alcance, tendo em vista a forma como foram organizados e também os resultados obtidos.

O fim do Renascimento acontece basicamente em decorrência dos questionamentos feitos por artistas e arquitetos, principalmente na Itália, acerca da expressão, da forma, das regras e ordenações que, nessas atividades profissionais, caracterizam o período.

Alguns autores, e entre eles está Hauser,<sup>52</sup> percebem nesse momento da história uma mudança radical, pois tanto as artes plásticas como a arquitetura e o urbanismo passam a refletir um espírito antitético ao Renascimento. Entretanto, essa radicalidade vai encontrar inúmeros críticos que percebem na ausência de uma proposta teórica da parte daqueles profissionais que à época promoviam tal questionamento apenas uma vontade e uma tendência a mudanças, sem contudo apresentarem alternativas concretas que viessem a se contrapor aos conceitos desenvolvidos pelo Renascimento.

Sendo assim, o que caracterizará o momento pós-Renascentista, ou o Maneirismo, como ficou conhecido, será a utilização, ainda, de uma série de elementos próprios do Renascimento, apenas que tratados de uma forma bastante crítica, o que é próprio dos instantes de reflexão e vontade de mudança. Também o pensamento humanista começa a ser questionado, e o artista abandona o ato simples de copiar a história ou mesmo a geometria invisível do universo como forma de composição do espaço, para buscar dentro de si mesmo os elementos e os valores de expressão que passa a utilizar na transformação plástica do mundo que o cerca.<sup>53</sup>

Durante esse período, muito do repertório renascentista vai permanecer inalterado, apenas sendo empregado com base em uma nova interpretação. Se no Renascimento a continuidade espacial apresentava-se como consequência da repetição de elementos que mantinham uma coerência, apesar de independentes entre si, no Maneirismo essa continuidade passa a ser obtida em decorrência da interação e do contraste entre elementos que promovem o dinamismo e o movimento a partir de sua organização espacial interna.<sup>54</sup>

No que se refere à organização do espaço urbano, o Maneirismo abandona o ideal geométrico da regularidade renascentista em favor de um maior dinamismo, sem no entanto voltar à irregularidade formal da Idade Média. São largamente empregadas as conquistas técnicas do Renascimento, como a relação estreita entre o edifício e o meio circundante, além da perspectiva, que não será mais abandonada, vindo a se tornar, no momento seguinte, o grande trunfo visual do Barroco.

Passam a ser utilizados a subjetividade e o conflito, em oposição à racionalidade do Renascimento, ao mesmo tempo em que os conceitos formadores da Contra-Reforma se explicitam, utilizados pela Igreja em sua oposição ao pensamento humanista. Nesse momento, a atmosfera espacial desenvolvida pelo Maneirismo passa a se caracterizar por um explícito anti-

<sup>52</sup>HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou.,1972. v.1. p. 477-482.

<sup>53</sup>BRANDÃO, C. A. L. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991. p. 86.

<sup>54</sup>BRANDÃO, C. A. L. Op. cit. p. 87.

naturalismo, pela tensão e pelo contraste. O espaço, tanto arquitetônico quanto urbano, passa a ser mais dinâmico e heterogêneo. Há, principalmente nos edifícios religiosos, uma gradativa recuperação da longitudinalidade medieval, em oposição ao centralismo renascentista, que passa a ser considerado como pagão e herético. Tanto o racionalismo quanto o antropocentrismo começam a se desgastar, invadidos, segundo Brandão, por uma atmosfera tensa e onírica, na qual os conflitos, as indefinições e as incertezas passam a ser a característica maior. É o início do Barroco.<sup>55</sup>

Com o Barroco, surge por toda a Europa um poder municipal forte, uma vida mercantil livre e um artesanato organizado em corporações. O Estado Nacional marca esta transição e a conseqüente burocracia que o acompanha provoca a criação da capital, criação barroca, necessária à existência de uma corte permanente, sede de arquivos, chancelarias e tribunais, contrapondo-se à transumância feudal.<sup>56</sup>

Esta cidade burocrática asfixiou a estrutura urbana do mundo medieval enfraquecendo as cidades livres medievais, cujo poder municipal foi sufocado pela monarquia absoluta que se estendia. A cidade deixava de ser um local para se conseguir liberdade e segurança, local de crescimento de pequenos artesãos e mercadores para se tornar o meio de consolidação do poder político do estado absolutista. Nesse momento,

*necessitava a nobreza de um local não só para se estabelecer, mas que marcasse, a cada momento, a sua presença. Algo como o conseguido em Versailles, que a todo momento está a dizer que ali está o trono do Rei Sol, ou mesmo o próprio Luiz XIV. Passa a ser, então, o urbanismo, ou antes o traçado barroco, uma prerrogativa da realeza, num primeiro momento com o tratamento dado aos jardins dos palácios, partindo posteriormente para a planificação geral de bairros ou mesmo da própria cidade.<sup>57</sup>*

O termo “Barroco” popularizou-se no início do século XVIII, vindo do Francês “Barroque”, indicando a existência de irregularidade, extravagância. Nesta categoria encontrava-se a produção artística européia do final do século XVI até metade do XVIII, que não seguia as leis reguladoras do Renascimento. Tal produção era considerada inferior às obras renascentistas. Burckhardt, em 1855, a via como degeneração do Renascimento, enquanto Wolfflin, em 1888, coloca-a como um estilo independente, que veio em seguida ao Renascimento.

Enquanto estilo artístico, o Barroco convive com o início dos governos absolutistas europeus, principalmente na França, na Áustria e na Alemanha. Para sua glorificação pessoal, reis exigem das artes sua manifestação, seja na pintura, seja na escultura ou na arquitetura. Convive também com a Contra-Reforma, com a arquitetura intimamente ligada à construção de igrejas e mosteiros e com a Revolução Comercial. Segundo Suzy de Mello, de uma maneira geral, são considerados como o início do Barroco os períodos que correspondem aos pontificados de Sisto V (1585-1590) e de Paulo V (1605-1621). Tendo sua origem na Itália, esse movimento seria ainda a demonstração do triunfo do catolicismo sobre a Reforma Protestante, expresso na monumentalidade que se conseguiu imprimir a Roma.<sup>58</sup>

<sup>55</sup>BRANDÃO, C. A. L. Op. cit. p. 98.

<sup>56</sup>GOITIA, F. C. op. cit. p. 127-129.

<sup>57</sup>COELHO, G. N. **Uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: UCG, 1996. p. 18.

<sup>58</sup>MELLO, S. de. **Barroco**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11.

As aplicações do Barroco fora da Itália sofreram as alterações próprias de cada região. Na França, houve certa dificuldade no que se refere à sua aplicação nas artes em geral, exceção feita ao desenho urbano. Tal dificuldade deveu-se principalmente às convicções clássicas que persistiam apesar do forte absolutismo de Luiz XIV.

Na Áustria e na Alemanha, também absolutistas, a tendência teve grande aceitação e um forte desenvolvimento, o que não aconteceu com tanta facilidade na Espanha, onde foi grande a resistência no sentido de se firmar enquanto estilo de expressão nacional.

As especificidades próprias de cada país de certa forma dificultam o estudo do Barroco, devido, principalmente, às transições ocorridas até o classicismo do século XVIII, como o Barroco Tardio e o Rococó, assim como também o Realismo. Apesar de não haver se apresentado como um movimento inteiramente uniforme, houve, no entanto, unidade do estilo enquanto representação formal do Absolutismo e da Contra-Reforma no que correspondia ao poder e à pompa, valorizando o conjunto da obra artística tanto pela total integração de seus componentes de arquitetura, pintura e escultura quanto pelo permanente dinamismo.

*No Barroco, a arquitetura teve importância primordial e determinou as funções subsequentes da pintura e da escultura que passaram a complementá-la de forma excepcional e totalmente integrada. Assim, baseadas nesse princípio de subordinação, foram feitas as grandes construções - nobres ou religiosas, urbanas ou rurais - que alteraram todos os esquemas anteriores de disciplina rigidamente imposta. A própria decoração interna das construções, nos palácios e igrejas, também obedece à nova orientação que visa, acima de tudo, ao movimento constante e aos efeitos teatrais ou cenográficos, em variações contínuas e sempre ricas.<sup>59</sup>*

Ainda segundo Suzy de Mello, juntamente com a igreja e o palácio, vai ser o desenho da cidade um dos elementos fundamentais do Barroco.

A partir do século XVI, vai acontecer um novo surto de crescimento das cidades na Europa Ocidental. Fernando Goitia, em *Breve história do urbanismo*, acata a tese de Werner Sombart de que a forma como as primeiras grandes cidades foram criadas seria pela concentração do consumo, pois comerciantes e industriais não saem do círculo das pequenas cidades; daí as cidades que crescem não serem as produtoras, mas sim as consumidoras, aquelas que concentram a corte, a burocracia e o exército. Em suma, as capitais.

Teoricamente, a cidade barroca é herdeira dos estudos dos renascentistas, baseados na harmonia geométrica, independente da percepção visual. O grande achado do Barroco foi então a possibilidade de criar uma cidade que se apresentasse como obra de arte da percepção visual imediata,<sup>60</sup> utilizando, como recurso primordial, a perspectiva (fig.21) que, ainda segundo Goitia, pressupõe ou mesmo induz à contemplação do mundo a partir de um único e predeterminado ponto de vista, utilizando uma visada que consiga abarcar, de uma só vez, todo o panorama oferecido. É, assim, uma manifestação do que se pode considerar como poder humano. No caso, o poder absoluto do príncipe.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> MELLO, S. de. **O Barroco**. p. 13.

<sup>60</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 135.

<sup>61</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 137.

O poder absolutista é, então, através da perspectiva, representado graficamente no desenho da cidade, como um asterisco, onde as vias de circulação convergem para um ponto central, caracterizando esse mesmo poder na forma arquitetônica monumental de um palácio ou de uma catedral,<sup>62</sup> o que é reforçado por Suzy de Mello quando diz que, na cidade barroca, estabeleceu-se um desenho com a utilização de vias radiais, ruas ou avenidas que, partindo de grandes praças circulares, indicavam tanto uma centralização como uma irradiação, tendo sempre a praça como elemento central, ou ponto focal, o que era invariavelmente complementado pela implantação de edifícios harmônicos que, de uma forma ou de outra, contribuíam para a criação de um ambiente no qual o observador pudesse se sentir em um lugar onde os principais acontecimentos se sucedem.<sup>63</sup>

Temos, assim, a cidade barroca como a representação do poder, com toda a sua monumentalidade e teatralidade, elaborada através de elementos e técnicas desenvolvidos pelo Renascimento (fig.22) e em total oposição ao traçado medieval, voltado principalmente para uma população de origem rural que se urbaniza e que vai ser um de seus principais elementos formadores, através do desenvolvimento da economia, das artes e da religião.

Com base nesses conceitos considerados formadores, ou mesmo definidores do espaço urbano Barroco, fica fácil perceber a continuidade de um outro elemento de origem renascentista, que é a eliminação da participação popular na organização desse quadro, ou seja, não existe, entre os objetivos dos planejadores urbanos, preocupação em relação às pessoas que habitarão essa cidade. Os espaços não são concebidos tendo o homem como objetivo, as ruas e avenidas têm suas dimensões definidas em função, agora, do uso do carro e da melhor visualização do edifício que abriga o poder (fig.23). A praça transforma-se de local de encontro, em moldura para o palácio e para a catedral, o que leva à percepção do fato de que o traçado, ou o desenho urbano, não foi um direito de todos os núcleos urbanos existentes à época, mas sim prerrogativa do poder, existindo, através de adaptações, nos locais onde a presença desse poder assim o exigia.

Sendo assim, o Barroco, em todas as suas formas de expressão, e em especial no urbanismo, surge em atendimento a interesses direcionados, principalmente àqueles relacionados com o poder, o poder do rei, o poder da Igreja, e em hipótese alguma vai se apresentar como padrão a ser disseminado por todo o país ou expresso no traçado de todas as cidades. É uma prerrogativa do príncipe, portanto da capital. (fig.24)

*As perspectivas infinitas e a grande escala do Barroco só se tornaram possíveis em decorrência dos imensos e centralizados poderes autocráticos assumidos pelos dirigentes de certos estados europeus. Estes se unificaram por agregação de numerosas comunidades medievais, fundamentadas na autoridade local, e o engrandecimento pessoal veio a substituir os interesses coletivos em um bom número de casos. Os governantes absolutistas se fizeram com o poder político e com os meios econômicos necessários para instigar e levar a cabo complexos programas de planejamento em escalas desconhecidas até então.*<sup>64</sup>

<sup>62</sup> GRAEFF, E. A. **Goiânia: 50 anos**. Goiânia: UCG.,1985. p. 18.

<sup>63</sup> MELLO, S. de. **O Barroco**. p. 25.

<sup>64</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 178.

A cidade barroca vai trazer, além de uma série de elementos modernizadores, a dissociação definitiva entre as classes sociais. Se na cidade medieval a população apresentava-se como um conjunto único, no qual misturavam-se ricos e pobres pelas ruas e mercados da mesma forma como se encontravam também em frente às catedrais, com o surgimento das inúmeras e amplas avenidas da cidade barroca, os grupos sociais passam a assumir espaços diferenciados,<sup>65</sup> o que fica melhor compreendido nas palavras de Morris, quando diz que uma das questões fundamentais a serem observadas é que não só o urbanismo dito Barroco, mas praticamente todo o urbanismo renascentista, foi planejado tendo em vista o atendimento a um setor minoritário da sociedade, o que pode ser observado desde Versalles, em um dos extremos, até nos pequenos e modestos espaços urbanos londrinos do mesmo período.<sup>66</sup>

Cabe acrescentar que a cidade barroca se apresenta, em todos os sentidos, como algo que marca um novo momento político assim como um momento de retomada do poder da fé pelo cristianismo católico, e por isso vai desenvolver-se com maior intensidade exatamente onde essas duas formas de poder se apresentam de forma incontestada. É assim que podemos ver seu desenvolvimento maior na Itália e na França, seguidos da Alemanha e da Áustria, ao passo que, tanto na Inglaterra como nos Países Baixos, onde predominam formas diferentes de organização do poder, e onde o catolicismo é minoritário, tal movimento não se desenvolve com o mesmo vigor.

### 1.3.1. A Urbanização da Fé

A preocupação com a remodelação urbanística de Roma é uma questão que já vinha desde o século XV, quando, em decorrência do crescimento populacional, houve uma ampliação de pequenos bairros residenciais, surgidos sem nenhuma planificação, em torno do núcleo medieval.

A primeira preocupação no sentido de melhor ordenar o espaço urbano na cidade de Roma foi a abertura de novas vias, que de certa forma indicavam, ou promoviam diretrizes, orientando o crescimento que a cidade deveria seguir.

Entretanto, segundo Giulio Argan<sup>67</sup>, a remodelação a partir de vias direcionais apenas vem facilitar a circulação e os acessos, não promovendo as transformações necessárias a um verdadeiro desenvolvimento urbano.

Visando a integrar as sete principais basílicas romanas, o papa Sisto V pretendeu, durante o seu pontificado (1585-1590), estabelecer vias entre elas (fig.25), que definissem contatos e incentivassem sua visitação, visando a valorizar a fé católica, oferecendo uma visão geral do conjunto.

Outras vias de circulação amplas e diretas foram criadas em Roma, com grandes eixos marcantes com obeliscos egípcios ou colunas dos antigos imperadores, tendo como objetivo marcar a vitória do cristianismo católico e o poder da Santa Sé sobre o pensamento humanista do Renascimento.

Entretanto, e ainda de acordo com Argan, os aspectos religiosos e litúrgicos apresentados como pressupostos para tais reformulações coincidem

<sup>65</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 402.

<sup>66</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 178.

<sup>67</sup> ARGAN, G. C. **El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977. p. 51.

grandemente com outros aspectos, sendo esses já de ordem administrativa e política,<sup>68</sup> tendo em vista o fato de ser Sisto V um pontífice que teve, entre suas preocupações, não só a questão religiosa mas também a política, a econômica, a social, envolvendo-se mesmo com a industrialização.

Dois outros objetivos impulsionaram ainda Sisto V em relação a um planejamento para Roma: o primeiro, que seria o povoamento das colinas em torno da cidade, teria, na implantação das novas vias, sua possibilidade de crescimento, tendo em vista o fato de serem pouco habitadas apesar de serem climaticamente favorecidas. O segundo foi proporcionar à cidade uma estética que compreendesse a superação da configuração constante de ruas e espaços públicos como resultado da agregação de edifícios díspares.<sup>69</sup>

Temos, então, que o traçado de Roma, criado por Sisto V, é o mesmo que a caracteriza até hoje,

*mas o que bem salienta Siegfried Gideon em **Espaço Tempo e Arquitetura**, Sisto V “concebia a cidade como um organismo complexo, sabendo que a beleza das grandes praças e ruas amplas tinha que ser apoiada em um forte embasamento social”. Assim, não só ruas e avenidas são definidas nem apenas a distribuição de água é refeita, mas o sábio Papa constrói chafarizes e fontes públicas bem como albergues para os pobres, que passam a ter trabalho nas grandes obras e nas tecelagens de lã que também são incentivadas pelo pontífice. Aliás, um dos grandes tanques para lavagem de lã, criados na época, transformou-se na célebre Fontana de Trevi. Por tantas e tão boas razões, Gideon simplesmente considera Sisto V como o primeiro dos planejadores urbanos modernos.<sup>70</sup>*

Em um momento seguinte, Lorenzo Bernini percebe, no contexto da cidade, a importância da coexistência entre a escala gigantesca dos antigos monumentos e o seu oposto, ou seja, a escala reduzida com que se apresentam as edificações e bairros destinados à população em geral. Com base nessas observações é que cria a praça de São Pedro (fig.26), na qual imprime toda a teatralidade própria do Barroco e onde consegue, com o toque de sua genialidade, romper as barreiras existentes entre o ator e a platéia, fazendo, assim, com que todos tenham a possibilidade de participar dessa grande encenação.

Originalmente composta de três partes, essa praça teve concluídas duas delas, que são o espaço de linhas retas situado imediatamente em frente à Basílica, conhecida como “Piazza Retta”, e o grande espaço formado pelos semicírculos das colunatas, a “Piazza Oblíqua”. A terceira parte, tal como foi concebida no projeto de Bernini, nunca foi executada.<sup>71</sup> Foi a execução desse plano que promoveu a ligação visual e contextual da grande Basílica com o restante da cidade de Roma, que nesse momento se propunha não a tentar reviver ou trazer de volta o esplendor da Roma antiga, mas a custodiar e preservar suas ruínas, como um testemunho desse passado de glória, aprendendo a frequentá-la com naturalidade. Ainda segundo Benevolo, o desequilíbrio existente entre a vida presente e as memórias vivas do passado ensina a meditar sobre o tempo, que destrói seus monumentos, além de revelar a

<sup>68</sup> ARGAN, G. C. **El concepto** ... p. 52.

<sup>69</sup> MORRIS, E. A. J. op. cit. p. 200.

<sup>70</sup> GIDEON, S. apud MELLO, S. de. **O Barroco**. p. 26.

<sup>71</sup> MORRIS, E. A. J. op. cit. p. 208.

vaidade do mito criado sobre a Cidade Eterna, formando a moldura própria e característica do poder espiritual da Igreja.<sup>72</sup>

Essa vai ser a função primordial do Barroco desenvolvido em Roma, desenvolvido como elemento estético da Contra-Reforma. Entretanto, não se pode enquadrar nas mesmas características as demais cidades italianas que tiveram o Barroco em suas estruturas urbanas, desenvolvido com base principalmente no elemento político, não sendo vista em nenhuma delas a interferência religiosa encontrada em Roma.

Exemplo desse modelo de organização na Itália vai ser a cidade de Nápoles que, sob o governo do rei Carlos de Bourbon, recebe importantes intervenções, sendo a principal delas a instalação da “Villa” de Capodimonte, em 1743, e da “Villa” de Caserta, em 1752. Esta segunda, projetada por Vanvitelli, cria um conjunto de proporções monumentais, sem comparação dentro do território italiano à época.<sup>73</sup>

### 1.3.2. A Cidade do Rei

As grandes praças foram uma criação romana, mas a interligação das construções com a natureza foi uma realização francesa, complementando as propostas italianas. O que as difere é que, em Roma, glorificava-se o poder da fé católica e na França glorificava-se a afirmação do poder absolutista, o grande componente político do Barroco, crescente a partir da segunda metade do século XVII.

Houve, na França, duas grandes linhas de planejamento de exteriores: as praças reais - praças monumentais, no estilo italiano - e a do paisagismo, caracterizada por amplos jardins, usados tanto em residências nobres como em cidades, com a predominância de amplos canteiros geométricos, organizados de modo a acentuar as perspectivas, criando apreciados efeitos cenográficos barrocos.

Ao se transformar em paradigma do absolutismo europeu no século XVIII, a França passa a exportar seus modelos para o resto da Europa, principalmente nas realizações paisagísticas dos castelos, integrando edifícios e natureza, além de acentuar a grandiosidade da aristocracia e do rei (fig.27), o que fica claro na observação de Goitia, quando diz que o urbanismo desenvolvido pelos franceses nesse período apresenta, desde já, um tema que, com muito entusiasmo, será adotado pela urbanização própria do Barroco, que é a praça monumental, que tem por finalidade servir de moldura para um determinado monumento. Consegue-se, assim, pelo desenvolvimento de elementos próprios do desenho da cidade, exaltar o poder da monarquia centralista, considerada como sendo o vértice de todo o sistema político-administrativo.<sup>74</sup>

Tal cidade contará com ruas de percursos retilíneos, que deixarão a funcionalidade medieval para se tornarem também um recurso visual, decorativo, apropriadas para o trânsito de carruagens e para organização de efeitos cênicos, estéticos e de perspectiva, além de resolver problemas viários que as ruas medievais, estreitas e tortuosas, não faziam a contento. A rua renascentista

<sup>72</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 456.

<sup>73</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 532.

<sup>74</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 143.

transformar-se-á, no Barroco, em cenário para procissões, paradas e cortejos, suporte para uma arquitetura da burguesia e da nobreza.<sup>75</sup>

Os espaços entre os grandes traçados foram preenchidos pela quadrícula, utilizada como organização habitacional e hierarquizadora do espaço. (fig.28)

De acordo com Lamas,

*a cidade clássica renascentista e barroca, adquire assim grande unidade estética e visual, pensada em arquitetura em três dimensões. A urbanística integra o desenho dos edifícios como instrumento da composição urbana, atingindo-se efeitos de grande qualidade como na Place des Vosges, na Baixa Pombalina, na Rue de Rivoli, nos crescents de Bath ou na Place Vendôme. Nestes exemplos, o desenho urbano prolonga-se pelo desenho das fachadas, admitindo-se que os construtores as respeitem e construam o interior do edifício com perfeita liberdade. Como é evidente, esse processo exigia um planejamento minucioso e cuidadoso e uma autoridade capaz de comandar a indisciplina dos construtores, obrigando-os a respeitarem regras minuciosas. Tal sistema vai deixar influências. Mesmo quando não existe desenho prévio, a utilização repetida de elementos e pormenores construtivos confere unidade estética ao espaço urbano.*<sup>76</sup>

Desse modo, a cidade barroca, principalmente na França, utilizando-se de todos esses elementos, aos quais é incorporado o planejamento do jardim, do bairro e da cidade, com a utilização de técnicas inovadoras e de uma visualização privilegiada, vai procurar apresentar como finalidade última o engrandecimento da figura real, a demonstração, pela ostentação, de todo o poder conferido ao governante.

A avenida passa também a contribuir de forma decisiva como o símbolo mais importante desse processo e, em parceria com a perspectiva, define tudo o que a cidade se propõe a imprimir na sociedade. Ampliam-se os espaços urbanos e, segundo Mumford, a avenida e a perspectiva, associadas a um terceiro elemento, que seria a topografia, vão subordinar a vida urbana à forma exterior, como já havia afirmado Lamas. Se a topografia do terreno escolhido fosse irregular, este deveria, sem sombra de dúvidas ser aplainado, não importando aí o valor a ser dispendido em materiais e mesmo em mão-de-obra. O que interessava realmente era fazer funcionar o plano, pois segundo o conceito de urbanismo barroco, a avenida em hipótese alguma poderá ter seu curso desviado, ou sua largura alterada, mesmo que isso signifique o sacrifício de uma bela árvore, ou a integridade de um precioso edifício.<sup>77</sup>

A partir daí, a cidade deixa de ser apenas local de abrigo e segurança. Passando por processos de desenvolvimento e aperfeiçoamento constantes, ela passa a ser também o local das decisões políticas, a referência da vida social e de definição do poder,<sup>78</sup> incorporando, mais do que nunca, também o controle social.

### 1.3.3. O Crescent, o Circus e o Square

<sup>75</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 172.

<sup>76</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 179.

<sup>77</sup> MUMFORD, L. op. cit. p. 425.

<sup>78</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 184.



A modernização, tanto do urbanismo como das artes em geral, na Inglaterra, foi, segundo Morris, precedida do estabelecimento de um clima intelectual favorecido por um amplo desenvolvimento literário e científico e teve como monumento inicial a urbanização do Convent Garden, por volta de 1630, em Londres. Esse trabalho foi realizado sob a orientação de Inigo Jones, considerado como o primeiro arquiteto inglês a compreender e se aperfeiçoar nos princípios norteadores do desenho urbano moderno.<sup>79</sup>

O século XVIII vai apresentar o desenvolvimento, na Inglaterra, de tipologias urbanas próprias, mesmo tendo seus primeiros urbanistas vindo de Roma e demonstrando forte influência francesa. Fazendo sempre a relação entre o edifício, o desenho urbano e a natureza, através de uma vegetação intensa e exuberante (fig.29), criam, os ingleses, dentro de suas cidades, espaços amplos que se desenvolvem até meados do século XIX.

Os trabalhos aí desenvolvidos são, portanto, exemplos bastante conhecidos, cujo interesse se encontra sobretudo na forma inovadora e revolucionária como se desenvolvem os modelos teóricos procedentes da Itália.<sup>80</sup>

O primeiro desses modelos, o Crescent, apresenta essencialmente um edifício de forma semicircular, com a fachada principal voltada para um amplo espaço aberto e ajardinado. No caso de o edifício principal não possuir porte suficiente para completar todo o conjunto edificado, são então construídas várias edificações, porém com uma rígida padronização exterior, mesmo que a parte interna possua diferentes formas de organização. O Crescent de Bath apresenta um conjunto de trinta edifícios, nos quais a padronização da fachada é a característica principal.<sup>81</sup> Sua composição básica vai ser, então, o edifício, o prado e a área verde.

De forma rigorosamente circular, o Circus é um espaço urbano cercado de edifícios em todo o seu perímetro, tendo no interior um espaço ajardinado. A Square, que se apresenta também como elemento da estrutura urbana desenvolvido durante o século XVIII, não chega a ser propriamente uma praça. De formato quadrangular, com edifícios construídos em seus quatro lados, desenvolve em seu interior um jardim ou mesmo um pequeno bosque, permitindo conforto ambiental em locais de grande densidade populacional. (fig.30)

Temos, assim, que, mesmo recebendo influência direta de Roma e dos trabalhos desenvolvidos na França, os ingleses imprimiram a suas cidades características próprias derivadas daquelas. É bom observar, no entanto, que, apesar de desenvolver tais características, não houve na Inglaterra maiores repercussões do padrão barroco de desenho urbano, tão fortemente encontrado no continente europeu.

Apesar de produzir importantes inovações em sua urbanística, não houve na Inglaterra o desenvolvimento de elementos que enaltecessem o poder da mesma forma como se via principalmente na vizinha França.

Na Grã Bretanha, houve sempre a preocupação, por parte da população, de não permitir excessos aos membros da monarquia, que tinham suas atividades restritas à capital e ligadas diretamente ao controle e à administração do erário público. Em decorrência disso, não houve aí espaço para o surgimento de elementos que favorecessem o desenvolvimento de um

<sup>79</sup> MORRIS, E. A. J. op. cit. p. 283.

<sup>80</sup> QUARONI, L. **La torre de babel**. Barcelona: Gustavo Gili, 1969. p. 214.

<sup>81</sup> LAMAS, J. M. R. G. op. cit. p. 194.

urbanismo barroco,<sup>82</sup> mantendo a modernidade inglesa um aspecto extremamente sóbrio e contido, apesar de muito bem elaborado.

Entretanto, se no restante da Europa a organização urbana estava integralmente à cargo da corte, ou mesmo da municipalidade, o que acontece na Inglaterra é um amontoado de pequenas iniciativas isoladas umas das outras e, principalmente, desvinculadas do poder central. Conseqüência de uma estrutura política, econômica e social diversa do ocorrido em outras capitais do continente, a cidade de Londres vai ser, assim, a primeira das grandes cidades burguesas onde a forma urbana independe da intervenção direta dos governantes ou mesmo de uma restrita classe dominante. Aí, as intervenções urbanas surgem basicamente da soma de um número considerável de pequenas intervenções realizadas mais no nível particular,<sup>83</sup> operadas principalmente por uma classe social dominante, com influência tanto no poder econômico quanto político.

#### 1.3.4. A Cidade que Saiu do Mar

Desempenhando um papel de extrema importância e originalidade, que decorre da forma como se relaciona com o controle das águas - através de canais, diques e pontes -, a Holanda conseguiu criar, no decorrer do século XVII, uma interessante rede de canais semicirculares em Amsterdã, desenvolvidos com uma tecnologia própria, associada a uma proposta de organização urbana única em todo aquele século. Executada com base em uma legislação rígida de controle sobre as edificações, Amsterdã conseguiu garantir seu crescimento, constituindo, assim, um admirável exemplo de planejamento urbano,<sup>84</sup> que posteriormente foi exportado e influenciou praticamente todo o norte da Europa.<sup>85</sup>

Amsterdã (fig.31) é, nesse momento, a cidade mais importante do norte da Europa. Dedicada ao comércio, à indústria e às atividades bancárias, e embasa seu crescimento na associação entre métodos administrativos inovadores, o emprego de tecnologias modernas e uma organização política mais próxima daquela desenvolvida na Inglaterra, fazendo, assim, com que não exista interferência do poder central na estruturação das cidades, como ocorre no restante da Europa.

E tal como Amsterdã, praticamente todo o norte da Europa se desenvolve e organiza suas cidades voltadas não para o engrandecimento da fé ou de um determinado governante. O elemento primordial de caracterização dessas cidades, e que vai diferenciá-las profundamente em relação às outras cidades européias do mesmo período, é o fato de se apresentarem, como muito propriamente observou Benevolo, como cidades e não como um cenário desprovido de calor humano. Em Amsterdã,

*os canais são ambientes de vida, os volumes circundantes são habitações e locais de trabalho, que pertencem a todos os cidadãos e não a um soberano absoluto (...). Demonstra a vitalidade das regras urbanísticas medievais, que estabelecem uma relação frutífera entre o poder público e as iniciativas dos particulares, também na época do absolutismo e do progresso científico.*<sup>86</sup>

<sup>82</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 178.

<sup>83</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 547.

<sup>84</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 249.

<sup>85</sup> HAROUÉL, J. L. op. cit. p. 94-95.

<sup>86</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 538.

Segundo Suzy de Mello, a influência da Igreja católica teria sido decisiva para o desenvolvimento do Barroco. Conseqüência disso é a pouca expressividade desse movimento em regiões de influência protestante, como é o caso da Escandinávia, dos Países Baixos e mesmo da Inglaterra.

## 2. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

### 2.1. Antecedentes Portugêses

Sendo o Brasil colônia de Portugal e tendo sido ocupado em consonância com os interesses da Coroa portuguesa, são as características da ocupação espacial e da organização de cidades desenvolvidas em Portugal que vão definir o traçado dos primeiros núcleos urbanos no Brasil.

Com o início de sua história política encravado em plena Idade Média, o Estado português vai se desenvolver seguindo duas marcas fundamentais em sua organização. Por um lado, as influências da dominação árabe vão deixar profundos sinais em praticamente todos os segmentos da cultura lusitana, da culinária à agricultura, da gramática à indumentária e aos esportes. Artes, arquitetura, técnicas construtivas estão impregnadas dessa influência que se mostrará também refletida como influência indireta nos balcões e rótulas encontrados em Olinda, assim como no Muxarabi de Diamantina, na utilização da taipa de pilão da casa do Padre Inácio, em Cotia, ou ainda nos azulejos de Portinari para o Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e para a igreja da Pampulha, em Belo Horizonte. E assim como esses inúmeros outros detalhes de legítima herança mourisca podem ser encontrados tanto na arquitetura como no traçado de cidades brasileiras.<sup>87</sup>

Por outro lado, o medievo cristão também foi decisivo na formação do povo português e de sua cultura, deixando sinais indistigáveis de sua presença, que podem ser observados tanto na arquitetura como no traçado de um grande número de cidades, conservados ainda hoje.

---

<sup>87</sup> MELLO, E. K. de. **A herança mourisca da arquitetura brasileira**. São Paulo: FAUUSP, s.d. p. 17.

De todos os elementos componentes da organização cultural portuguesa, vai ser na estruturação das cidades, em sua formação e na organização dos espaços, tanto públicos como privados, que tais influências vão se mostrar com maior clareza, complementando-se e definindo elementos e características próprias que serão, séculos depois, transpostos para as colônias da América, da Ásia e da África.

Com relação à arquitetura urbana desenvolvida em Portugal, o que se pode ver é o território português dividido em duas grandes regiões, sendo o norte caracterizado pela arquitetura de pedra e o sul onde se encontra basicamente uma arquitetura desenvolvida em barro.

Em seu estudo sobre a arquitetura popular produzida em Portugal, Mario Moutinho faz ainda uma subdivisão dessas duas regiões, estando o norte compreendido por norte litoral e norte interior e o sul compreendido por centro litoral, Alentejo e Algarve. Segundo Moutinho, essa forma de dividir o país em função da arquitetura apresenta uma certa coerência também no que se refere às formas de povoamento, à relação da edificação com os modelos de produção e ao predomínio de cores na arquitetura.<sup>88</sup>

No geral, ao se estudar o desenvolvimento e a evolução da arquitetura urbana, convém observar que existe sempre, por parte da chamada arquitetura erudita, uma sensibilidade maior com relação à evolução dos estilos, além de uma predisposição a mudanças. Entretanto, a arquitetura popular vai apresentar sempre uma tendência à imobilidade, conservando indefinidamente formas já consagradas e de comprovada eficácia, que são repetidas ao longo do tempo e de várias gerações.<sup>89</sup>

Na região norte, essa arquitetura de cunho mais popular apresenta-se organizada em aglomerados que se desenvolvem de forma dispersa ou linear no litoral (fig.1) e aglomerada ou circular mais ao interior. (fig.2)

No entanto, em qualquer dos casos, o edifício estará diretamente ligado ou relacionado à produção econômica, desenvolvendo-se sob forte influência da forma como a economia está estruturada. Construídas geralmente em granito ou xisto, com cobertura em quatro águas, as edificações apresentam-se distribuídas em dois pavimentos, sendo o térreo utilizado basicamente em função do trabalho, contendo curral, pocilga e adega, e o superior, cujo acesso é feito por uma escada também de pedra, utilizado como residência.

A diferença básica entre a construção do litoral e a do interior vai estar na forma como os materiais são preparados e empregados: pedras aparelhadas ou em estado bruto, uso ou não de argamassa ou reboco, ombreiras, padieiras e aventais elaborados em pedra ou madeira, telhados em duas ou quatro águas, com a utilização de telhas, placas de xisto, lousa ou colmo. Assim, tanto uma quanto outra integram o que se pode chamar ou caracterizar como “arquitetura de pedra”.

Nessa região, as construções religiosas são encontradas com uma freqüência muito grande, em sua maioria construídas em pedra, às vezes rebocadas e pintadas de branco, apresentando uma decoração extremamente pobre.

As cores encontradas são o branco da calagem e, no geral, a cor própria das pedras, material básico empregado nas construções.

<sup>88</sup> MOUTINHO, M. **A arquitetura popular portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979. p. 37.

<sup>89</sup> TOLEDO, B. L. de. Do século XVI ao início do século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó. In: ZANINE, W. (org.) **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: IWMS/FDG, p. 109.

Porém, tanto nos povoadamentos dispersos quanto nos aglomerados, as ruas, bastante estreitas e talhadas na rocha, que é a composição básica do solo, organizam-se de forma a atender tanto o acesso às residências quanto aos currais, o que faz com que sejam constantemente percorridas por animais indo ou voltando das pastagens.<sup>90</sup>

A primeira subdivisão com que Moutinho trabalha a região sul é a denominada por ele de região do centro litoral. Aqui, pode ser encontrada uma variedade maior nas formas como a arquitetura das casas se organiza, que pode ser dividida em quatro modelos diferentes, que são a casa de madeira, encontrada no litoral, a casa alpendrada, a casa saloia e a casa ribatejana. Com exceção da primeira, cujo nome já indica o tipo de material empregado, as demais são todas construídas tendo o barro como material básico, empregado na forma de adobe ou mesmo de tijolo, ou ainda em taipa-de-pilão, com o enquadramento de portas e janelas feito em madeira.

As diferenças entre um modelo e outro ficam por conta da distribuição interna, do tipo de acabamento e da forma como em cada uma é resolvida a questão da utilização de cores. A casa alpendrada possui piso assoalhado e teto forrado de madeira, é toda caiada de branco, além de possuir nos fundos um pátio de serviços, para onde se abrem o forno, o curral, a adega e o depósito de lenha. Na casa ribatejana aparece a caiação policromada e a chaminé se apresenta como elemento de destaque.

O modelo arquitetônico denominado casa saloia, encontrado basicamente nas proximidades de Lisboa, na região da Estremadura, e que já mereceu vários estudos específicos, é o que apresenta características mais marcantes de influência do período de dominação árabe. Segundo José Manoel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro, em seu estudo sobre esse modelo da arquitetura portuguesa, o próprio termo saloio derivaria de *cahrói*, que em árabe significa “homem do campo”.<sup>91</sup>

Levando-se em conta as teses que, de uma forma ou de outra, tentam fazer uma analogia dessa casa com a formação e a evolução cultural das comunidades que ao longo do tempo contribuíram para a estruturação do Estado português, é possível perceber o desenvolvimento de um processo, até certo ponto lento, direcionado no sentido de consolidar os modelos da arquitetura como base estrutural dessas sociedades. Sendo assim, os modelos originais da arquitetura portuguesa devem ser buscados em momentos bem mais remotos do que aquele definido como o início da história da nacionalidade portuguesa, seguindo etapas e graus sucessivos de aperfeiçoamento, à medida que as populações responsáveis pela ocupação territorial se adaptam às exigências da região.<sup>92</sup>

Tal aperfeiçoamento pode ser visto tanto na possível miscigenação cultural, em que a arquitetura de origem muçulmana teria se apropriado de elementos da arquitetura militar cristã, favorecendo o surgimento de edificações torreadas, como em sentido contrário, tendo também essas construções, que tão fortemente marcam a região da Estremadura, influenciado o desenvolvimento de novos modelos arquitetônicos, inclusive de características mais eruditas, como a

<sup>90</sup>MOUTINHO, M. op. cit. p. 41.

<sup>91</sup>FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. de L. **Arquitetura vernacular da região Saloia**. Lisboa: ICALP, 1991. p. 22.

<sup>92</sup>FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. de L. op. cit. p. 28.

arquitetura chã,<sup>93</sup> e os monumentos pombalinos do século XVIII, nos quais o uso do modelo saloio de cobertura é evidente.<sup>94</sup>

Falando sobre o patrimônio artístico da cidade de Cascais, Raquel Silva comenta sobre as casas que, construídas em seqüência, empregam de maneira muito particular os valores formais das habitações saloias, descrevendo tais construções como sendo de volumetria marcante, com emprego de formas geométricas simples e com predominância acentuada do cheio sobre o vazio em suas paredes espessas, destacadas pela brancura da pintura à cal ou subitamente avivadas por manchas inteiras onde é valorizado o uso da cor. Com aberturas bem marcadas, divididas em porta central e janelas laterais, essas construções apresentam, segundo a autora, o rosto de cada um no próprio rosto da casa.<sup>95</sup>

Os solares e os palácios da Estremadura, que apresentam uma sobriedade e uma volumetria extremamente disciplinadas, demonstram em seu conjunto toda a força da arquitetura vernacular que está em sua origem, na qual, em hipótese alguma, a intenção de lhe aplicar um toque de eruditismo conseguiu se contrapor à força da influência determinada tanto pelo ambiente quanto pelo caráter e pela força dos homens que o rodeiam, que sem dúvida contribuíram para sua edificação, imprimindo aí todo o saber e o esforço acumulados por várias gerações.<sup>96</sup>

Com relação aos materiais utilizados, tanto a alvenaria de pedra quanto a taipa são encontrados, estando este último, na maioria das vezes, empregado associado ao contraforte, como elemento estrutural. A telha canal é o material empregado na cobertura, sendo que o beiral, curto, recebe acabamento do tipo seveira.

As construções religiosas do centro litoral, se bem que em número menor em relação ao que se vê na região norte, apresentam-se como pequenas capelas caiadas de branco e são geralmente contornadas por um pequeno muro, criando um espaço de apoio denominado adro, apresentando ainda, em muitos casos, um alpendre de entrada semelhante àqueles encontrados nas habitações alpendradas, que fazem a característica principal desta região.<sup>97</sup>

Nessa parte do país, as povoações desenvolvem-se de forma linear e, em sua grande maioria, acompanham, de um lado e de outro, as estradas ou as vias de comunicação, sendo que nas vilas de pescadores o sentido das ruas é perpendicular à praia.

Na região do Alentejo, as habitações estão divididas basicamente em dois modelos principais, que são o monte alentejano e a casa de povoado.

Dentro dos modelos característicos de cada região, o monte alentejano vai ser a construção residencial de cunho popular com maiores dimensões encontrada em Portugal. Apresenta um grande número de quartos, além de várias dependências destinadas ao trabalho, como celeiro, queijaria,

<sup>93</sup>De acordo com George Kubler, no livro **A arquitetura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706**. o termo "arquitetura chã" se aplicaria à arquitetura produzida em Portugal entre o final do período Manuelino, por volta da década de 1520-1530, e o ano de 1700, que corresponde à volta de uma decoração mais exuberante à arquitetura daquele país, já no período da Restauração. Seria um tipo de arquitetura que, mesmo acontecendo em paralelo com o Maneirismo e o início do Barroco, não se confunde com tais movimentos, apresentando-se como uma arquitetura erudita, de características vernaculares, desprovida quase que totalmente de atributos decorativos.

<sup>94</sup> FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. de L. op. cit. p. 25- 30

<sup>95</sup> SILVA, R. H. **Cascais**. Lisboa: Presença, 1988. p.25.

<sup>96</sup> NORBERTO, J. (org.) **Arquitetura popular em Portugal**. Lisboa: AAP, 1988. p. 234.

<sup>97</sup> MOUTINHO, M. op. cit. p. 91.

forno, coqueira, cavaliçã etc, sendo que, em alguns casos, a habitação do proprietário é separada da do caseiro apenas por uma parede.

Os materiais construtivos aí encontrados, como no centro litoral, são basicamente aqueles derivados do barro, sendo aqui empregados na forma de alvenaria de taipa e tijolo, com as paredes, em alguns casos, reforçadas com contrafortes, também conhecidos como gigantes. O barro pode ser encontrado também na cobertura, feita com telha canal, e no piso que, quando não é de chão batido, é recoberto com ladrilhos de barro cozido, a mezanela.

O outro modelo de habitação encontrado no Alentejo, a casa de povoado, apresenta como característica básica, que a diferencia do monte alentejano, o fato de, no mais das vezes, apresentar um segundo pavimento, ocupado invariavelmente por quartos.

Os materiais aí empregados são também a taipa e o tijolo, que nesse caso é mais utilizado para a construção de abóbadas e chaminés, e a telha de barro tipo canal. As paredes são todas caiadas de branco, tanto as externas quanto as internas, sendo portas e janelas sempre pintadas com cores fortes (vermelho, verde, azul escuro etc).

As capelas, em número bem reduzido, apresentam vários elementos de influência árabe, como arcos, cúpulas, abobadas e contrafortes.

*A forma das aglomerações mais característica dessa região é composta por dois alinhamentos de casas que se fazem frente, separadas por um vasto espaço livre chamado "terreiro". O acesso às habitações faz-se por esse terreiro, enquanto os anexos são geralmente abertos para as traseiras. Noutras povoações, as ruas, já com uma dimensão mais reduzida, são bordadas por casas de um ou dois pisos e ritmadas pelas chaminés que aparecem marcadas nas fronteiras ou junto ao beiral.<sup>98</sup>*

Finalmente tem-se a região do Algarve, onde aparecem também dois tipos de habitação: a casa de pescadores e a casa rural. Os materiais empregados nos edifícios encontrados nessa região são a alvenaria de pedra e o tijolo, e as habitações apresentam ainda forte influência do período de dominação árabe. Além da caição branca nas paredes, aparecem também as açotéias, que se apresentam revestidas de ladrilhos e apoiadas em abobadas que fazem a cobertura de cada compartimento individualmente.

Uma das diferenças fundamentais entre a casa característica da dominação romana e a do período árabe, nessa região, pode ser observada, entre outros detalhes, na cobertura, onde é encontrado mais comumente um telhado de uma ou duas águas, na primeira, e de açotéia ou terraço, na segunda. Sendo assim, a predominância do uso de telhado de uma água sobre o uso de açotéia nas construções residenciais tanto algarvias quanto alentejanas pode ser facilmente explicada pelo fato de haver sido forte, nessas regiões, a colonização feita por elementos berberes, oriundos de uma região do norte da África onde esse tipo de telhado é utilizado com certa freqüência.<sup>99</sup>

No nível da organização do espaço urbano, o que se tem aí é o mesmo tipo de aglomeração já observado, sendo disperso quando a população se dedica à economia agrícola, e concentrado no caso da economia pesqueira.

Podemos ver, assim, claramente, as diferenças existentes entre essas duas grandes regiões que, mesmo subdivididas, como propõe Moutinho,

<sup>98</sup> MOUTINHO, M. op. cit. p. 117.

<sup>99</sup> MARQUES, A. H. de O. **A sociedade medieval portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1987. p. 63.

conservam diferenciadas tanto a organização espacial urbana, quanto a estruturação e as técnicas construtivas empregadas nas edificações. Essas diferenças podem ser observadas no emprego maciço da pedra na região norte, que chega até a ser utilizada na cobertura das habitações e em construções isoladas, com acabamento rústico, nas quais, na maioria das vezes, o reboco nem é utilizado ou, quando muito, a caiação é aplicada diretamente sobre a pedra. Observam-se também ruas lavradas na pedra, e a associação, em um mesmo edifício, das funções de habitação, local de trabalho e de guarda e proteção de animais.

Nas áreas representativas da região sul, o que se encontra são aglomerações onde as ruas são definidas praticamente em função dos edifícios residenciais, que são em sua maioria colados lateralmente uns aos outros, rebocados e caiados de branco, com a utilização de cores fortes no madeiramento de portas e janelas, e, em alguns casos, em barrados na parte inferior das paredes, podendo-se observar também o emprego de técnicas e elementos originários da arquitetura de influência árabe, além de uma religiosidade menor em relação ao norte, o que pode ser observado em decorrência do pequeno número de capelas aí encontrado, se comparado ao que acontece naquela outra região.

#### 2.1.1. A Cidade Medieval Árabe

Tendo sua organização social e política definida ou mesmo determinada a partir da chegada dos mouros, em 711, sofreu a Península Ibérica, desde essa época, um processo de evolução extremamente importante, se bem que com períodos de duração específicos para cada uma das várias regiões do seu território. Durante oito séculos, os povos ibéricos conviveram com a presença e o domínio do Império Islâmico, o que, sem sombra de dúvida, contribuiu grandemente para que ocorressem aí importantes e radicais modificações, além de, com o passar do tempo, essa região ter sido transformada no maior centro cultural de todo o Islã, sendo seu auge o período de vigência do califado de Córdoba.

Oito séculos permaneceram os árabes em território ibérico, sendo que desses apenas cinco na região compreendida pelo atual Estado português, deixando aí um cabedal de conhecimentos não legado por nenhum outro povo dominador até então.

Tendo passado pela dominação romana e visigótica, além de já haver sido ocupado anteriormente por povos de origem celta, foi, no entanto, a tradição urbana romana que predominou na Península Ibérica, em especial no território português, até a chegada dos mouros, em 711. Isso não significa, é claro, uma ruptura drástica com base na passagem de domínio romano para visigótico, ou mesmo deste para o muçulmano.

A partir do século III, o Império Romano, assim como seus inúmeros centros urbanos, entra em uma fase de lenta agonia, inclusive com a evasão da maior parte de sua população para o meio rural, onde eram mais garantidas as possibilidades de sobrevivência. A chegada dos visigodos, por volta do século V, não acrescenta nada de novo a essa situação, não havendo o surgimento de nenhuma proposta inovadora, mesmo nos núcleos agora ocupados pelos novos



dominadores, que de uma forma ou de outra se adaptaram aos centros urbanos já existentes.

Foi somente com a influência árabe que os portugueses tiveram oportunidade de se organizarem social e politicamente, implantando suas principais cidades e criando uma arquitetura própria, baseada principalmente nos conhecimentos trazidos pelos mouros que aí se instalaram, e que, em um primeiro momento, utilizaram e adaptaram ao seu modo de vida o que sobrou das cidades de origem romana então existentes.

O modelo de cidade implantado pelos muçulmanos na Península Ibérica representa o traçado característico desenvolvido por esse povo ao longo do tempo (fig.3), baseado principalmente em sua orientação religiosa, associada a conhecimentos adquiridos no contato com civilizações de organização cultural estabelecida e que foram dominados e incorporados ao Império Islâmico.

As cidades medievais árabes têm como característica principal uma grande semelhança de traçado, o que faz com que sejam parecidas cidades construídas em localidades tão distintas quanto a Espanha e a Índia, só para citar os extremos de seu território. Essa semelhança fica, assim, bem mais estranha se considerarmos o fato de haverem os árabes herdado, subitamente, cidades completamente diferentes, em decorrência de suas origens e formas de colonização, às quais tiveram de se adaptar. Além disso, pelo fato de não possuírem uma cultura própria e por não haverem ainda desenvolvido uma tradição urbana, não tinham como apresentar alternativas concretas, fazendo assim do processo construtivo das cidades uma forma de assimilação cultural, que vai ser a grande marca da produção islâmica durante o seu desenvolvimento e expansão.

As cidades desenvolvidas pelos árabes ao longo do tempo apresentam-se de forma bem mais simplificada do que aquelas edificadas sob influência das culturas helenística e romana no mesmo período.

Sendo um povo eminentemente nômade, os árabes, ao iniciarem sua expansão religiosa, dando seus primeiros passos rumo à organização do Império Muçulmano, praticamente desconheciam os processos de organização urbana, já que os núcleos populacionais encontrados na Península Arábica estavam quase que restritos aos acampamentos implantados junto aos oásis com o intuito de fornecer apoio às caravanas de mercadores que constantemente cruzavam o deserto. Localidades como Meca e Yatrib, que possuíam um número maior de habitantes com uma permanência mais efetiva, apresentavam-se como aglomerados compostos de representantes de várias etnias, assim como de elementos oriundos dos vários povos estabelecidos secularmente nas proximidades da península.

Vai ser, portanto, basicamente à partir da expansão e do contato estabelecido com os povos dominados, possuidores de uma cultura já definida, que os árabes passarão a estruturar uma cultura mais ampla e de certa forma com uma sofisticação maior, na qual vão incluir a preocupação com a representação artística, com uma arquitetura e um urbanismo próprios, aos quais passam a associar novos conhecimentos e elementos decorativos de cada novo povo conquistado, cada nova incorporação feita em nome do Corão. E aqui é bom observar que, diferentemente dos outros povos dominadores responsáveis pela implantação dos principais impérios da antigüidade, os árabes não se impunham pela força ou pela dominação radical sobre os vencidos. Ao incorporarem uma nova região ao seu império, os muçulmanos utilizavam uma

política de tolerância, respeitando os usos, os costumes, a cultura, as línguas regionais, os métodos administrativos e até mesmo a estrutura religiosa,<sup>100</sup> de onde tiravam o conhecimento necessário à sua própria organização. Somente em um segundo momento preocupavam-se em transmitir seus conhecimentos, tanto de idioma como religiosos, que passaram a ser a grande característica unificadora do império. Tal forma de organização representa ainda o elemento principal de confusão e de dificuldade com que certos historiadores se defrontam ao tentarem compreender a estrutura e o pensamento dos árabes em relação ao poder e à sua forma de dominação.

De acordo com Sérgio Carvalho, a forma como os povos islâmicos encaravam os núcleos urbanos tinha por base três parâmetros fundamentais: a defesa, o clima e a religião, o que faz com que a cidade se apresente com suas características ruas estreitas, que não obedecem a um sentido regular de direção, provocando o surgimento de um emaranhado de ruas e azinhagas, que no mais das vezes termina em becos sem saída (fig.4). E não é necessário uma observação bastante atenta para perceber que este tipo de planta urbana, de traçado irregular, é uma característica comum a praticamente todas as cidades e vilas desenvolvidas no período medieval, com ênfase especial às mediterrânicas, onde a tradição muçulmana acentua tal tendência, dando à cidade de fundação islâmica um traçado peculiar.<sup>101</sup>

Dentre os conhecimentos assimilados de outros povos e adaptados à sua própria cultura - a cultura árabe - o de maior relevância foi a arquitetura, e consequentemente a organização das cidades.

A cidade, ou o núcleo urbano, não tinha para o muçulmano o mesmo sentido que aí encontravam os grupos ocidentais. Para eles, a cidade significava o local onde era possível cumprir, em toda a sua plenitude, os deveres religiosos, morais e sociais, o que pode ser claramente observado quando Goitia informa que Idris II, no momento em que se preparava para fundar a cidade de Fez, no Marrocos, em conversa com um velho ermitão, disse que o seu objetivo ao construir esse novo núcleo era oferecer a seus comandados um local onde se pudesse adorar o Deus Supremo, onde, cumprindo todas as exigências, se pudesse ler em paz o seu livro sagrado e, principalmente, onde as ordens de Alá pudessem ser cumpridas.<sup>102</sup>

Goitia observa ainda ser esse o objetivo único a que se restringe o programa da cidade islâmica, motivo pelo qual elementos urbanos como teatros, auditórios, estádios, praças (no sentido da ágora), fundamentais nas cidades européias, aí praticamente inexistem.

Segundo Morris, são as determinantes sociais que definem a expressão da forma urbana islâmica, sendo seu crescimento desenvolvido com características orgânicas extremamente peculiares. Entretanto, mesmo considerando tratar-se de um desenvolvimento não planejado, não se pode, em hipótese alguma, considerá-lo como incontrolado ou que houvesse uma total ausência de qualquer tipo de autoridade urbana encarregada de planejar e posteriormente implantar um determinado plano. Essas cidades viram-se compensadas, em considerável medida, pela forma como se conseguia que os processos de crescimento celular e aditivo se acomodassem e se incorporassem

<sup>100</sup> MELLO, E. K. de. op. cit. p. 23.

<sup>101</sup> CARVALHO, S. L. **Cidades medievais portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. p. 15-16.

<sup>102</sup> GOITIA, F. C. op. cit. p. 63.

ao que se pode chamar de uma lei natural indefinida,<sup>103</sup> em uma conformação espacial orgânica bem característica.

Se por um lado as bases da organização urbana desenvolvida pelos árabes buscam suas raízes nas ancestrais cidades da Mesopotâmia e da Pérsia, com suas ruas estreitas e seus edifícios, construídos em terra (taipa e adobe), desenvolvidos em torno de pátios internos, que de certa forma suavizam os exageros do clima dessa região, por outro, novas influências vão, ao longo do tempo, contribuir para o seu desenvolvimento e consolidação. Egito, Bizancio, Magreb, além de influenciarem na estrutura religiosa e no pensamento social e cultural, vão interferir e dar sua parcela de contribuição à maneira como vão se estruturar as cidades construídas dentro das fronteiras do Império.

Segundo Oliveira Marques, a cidade islâmica subdivide-se em vários modelos, dependendo da região de influência onde se estabelece. De acordo com esse autor, os principais modelos seriam o árabe-aramaico, no qual prevalecem as influências originárias da Arábia, do Egito e da Ásia Menor, o pérsico-índico, desenvolvido a partir das influências originárias da Pérsia e da Índia muçulmana, o modelo turco-mongol com influências da Turquia, do Turquestão e da Ásia Central, e finalmente o modelo hamita, que é o tipo de cidade encontrado no norte da África e na Península Ibérica.<sup>104</sup>

Entre as principais características da cidade hamita está o fato de sua localização ser, sempre que possível, junto a um monte, próximo do litoral ou às margens de um rio, o que torna possível sua organização em cidade alta (a qasbah), amuralhada e situada na parte mais alta do terreno, destinada à população mais aristocrática, e cidade baixa, que é a parte espalhada pela encosta, destinada basicamente à população de baixa renda, além de servir de apoio ao comércio marítimo ou fluvial, quando é o caso. Outra característica da cidade hamita é a forma que o núcleo assume, geralmente triangular ou trapezoidal, com a muralha incorporando a parte baixa ao topo da cidade alta.

Dentro desse modelo de organização urbana, é grande o número de núcleos implantados em território Ibérico, principalmente espanhol, podendo ser caracterizadas como triangulares as cidades de Cadis, Granada e Guadalajara, e como trapezoidais as de Cáceres, Gibraltar e Málaga.<sup>105</sup>

É bom observar, no entanto, que mesmo havendo modelos regionais, com características próprias e influências específicas, existem elementos encontrados nas cidades islâmicas que fazem parte de uma globalização do modelo e que superam os regionalismos, aparecendo de um extremo ao outro do território ocupado por este império.

Segundo Goitia, um dos principais elementos diferenciadores da cidade islâmica em relação à cidade ocidental é o fato de que essa é organizada de fora para dentro, ou seja, da rua, do espaço coletivo, para o doméstico, no caso a habitação, enquanto aquela se organiza de dentro para fora, fazendo com que a rua perca por completo seu valor estrutural. Em alguns casos, chegam mesmo, os muçulmanos, a privatizar grande parte do espaço público, com a criação de adarves, o que, no geral, contribui para dar um aspecto intimista à rua, o que se harmoniza grandemente com o caráter secreto que este povo dá à cidade como um todo.<sup>106</sup>

<sup>103</sup> MORRIS, E. A. J. op. cit. p. 163.

<sup>104</sup> MARQUES, A. H. de O. Introdução à história da cidade medieval portuguesa. **Revista Bracara Augusta**, v. 35, f. 79. jan./dez. 1981. p. 8-9.

<sup>105</sup> MARQUES, A. H. de O. **Introdução** ... p. 13.

<sup>106</sup> GOITIA, F.C. op. cit. p. 71-73.

Aqui, é bom observar ainda que,

*enquanto o ocidente europeu declinava no seu comércio, na sua indústria e no esplendor das suas cidades, o "Império" muçulmano, do século VII ao século XI, atravessava uma das épocas mais brilhantes de crescimento urbano. Antigos centros populacionais, plenos de tradição e glória, conheciam nova fase de prosperidade, desenvolviam-se, transformavam-se dinamicamente - Damasco, Antióquia, Alexandria, Tânger, Córdova. Outras eram fundadas aqui e além, de extremo a extremo do mundo islâmico: Bagdad, Tunis, Kairawân, Argel, Fez, Marrakech, Almería, Tlencen. Antigas e modernas cidades conheciam densidades elevadas de concentração demográfica.*<sup>107</sup>

Comumente, a cidade muçulmana se organiza a partir da implantação de ruas estreitas, irregulares, no mais das vezes criando curvas e cotovelos que impedem a visão de perspectiva e de continuidade encontradas em cidades de traçado regular. Essa forma de estruturação empregada pela cidade islâmica proporciona o surgimento de um sentido intimista que, associado a uma série de questões tanto culturais quanto religiosas, confere ao traçado urbano um caráter secreto, inespugnável aos olhos e à compreensão ocidentais. No geral, a importância dada pelos árabes a essa intimidade e a esse caráter secreto vai transparecer nas habitações, que em sua maioria são construídas, voltadas para pátios internos e protegidas do exterior. De certa forma, essa introspecção representa também uma resposta à situação climática, tendo em vista estar o Império Muçulmano incrustado, em toda a sua extensão, dentro de uma mesma faixa de clima, situada logo acima da Linha do Equador, sendo que calor e luz requerem, segundo Oliveira Marques, ruas estreitas e tortuosas<sup>108</sup> que, apesar de Benevolo afirmar representarem uma orientação de Maomé<sup>109</sup>, são características das cidades pré-islâmicas da Pérsia e da Mesopotâmia.

Em Portugal, tanto essa intimidade quanto o caráter secreto, associados ao recato imposto às mulheres pelo modo de vida islâmico, determinaram formas e procedimentos na construção das habitações desconhecidos pelos povos de outras origens que até então viviam na Península Ibérica.

A chegada dos romanos a essa região, por volta do ano 209 a.C, e sua permanência por sete séculos, deixou, além de algumas cidades como Porto, Braga e Astorga, de traçado claramente latino, também a instituição do regime agrário da Vila, com suas técnicas e formas construtivas baseadas na tradição mediterrânea herdada dos gregos.

No geral, essa arquitetura rural romana, que servia de residência ao proprietário de terras e depois foi transplantada para o meio urbano, apresenta quatro corpos de construção fechando um jardim interno, para o qual se abrem as varandas, denominadas cláustros. Dessa mesma forma se organiza a morada rústica do empregado rural, ou servo, apenas que apresentando um pátio de serviços no lugar do jardim, para onde se abrem a cozinha, os depósitos e os demais compartimentos de trabalho.<sup>110</sup>

Assim, se em alguns elementos a habitação desenvolvida pelos muçulmanos se aproximava dessa outra, de origem romana, como por exemplo

<sup>107</sup> MARQUES, A. H. de O. **Introdução** ... p. 7 - 8.

<sup>108</sup> MARQUES, A. H. de O. **Introdução** ... p. 5.

<sup>109</sup> BENEVOLO, L. op. cit. p. 226.

<sup>110</sup> NORBERTO, J. op. cit. p. 18.

na utilização de pátios internos, que no caso islâmico tanto pode ser utilizado para jardim como para desenvolvimento de trabalhos, em outros casos a diferença se acentuava sobremaneira. Exemplo disso é a forma como se apresenta o corredor de acesso, quebrado na forma de um cotovelo, impedindo assim que da rua as pessoas possam ver seu interior, principalmente o pátio interno, onde geralmente estão as mulheres em suas atividades domésticas.<sup>111</sup>

A transferência de parte do poder muçulmano para a Península Ibérica provocou o desenvolvimento e a adaptação de antigas cidades romanas, assim como a implantação de outras de considerável importância comercial para essa região do Império. Com a instalação do Califado de Córdoba, a Península Ibérica passou a ser um dos principais centros culturais do mundo islâmico, com a implantação de bibliotecas, universidades e centros de estudos e pesquisas. Para aí acorreram escritores, artistas e filósofos não só de língua árabe, em busca de melhor espaço e de maior liberdade para o desenvolvimento de seus estudos. Apesar de menores em relação aos centros populacionais do norte da Europa, as cidades muçulmanas da Península Ibérica, notadamente as do atual território Espanhol, apresentam uma população relativamente bem maior.

Segundo José Mattoso, em relação às cidades espanholas, os núcleos implantados pelos mouros em território português são “*pequenas urbs provincianas*”, mantidas sempre numa situação de inferioridade e subordinadas aos interesses militares, impedindo um desenvolvimento cultural nos moldes do acontecido nas cidades espanholas e fazendo com que para essas se transferissem também os intelectuais lusitanos.<sup>112</sup>

Ainda segundo esse autor, a permanência do elemento muçulmano como força de ocupação em território português durante vários séculos, seguida da sobreposição cultural imposta pelo Cristianismo chegado através dos novos dominadores vindos do norte, foi responsável por conseqüências que não se pode ignorar. Tais conseqüências tornam-se ainda mais determinantes sobretudo para o período em que o processo de aculturação atingiu o auge, isto é, o momento imediatamente posterior à reconquista cristã,<sup>113</sup> o que faz com que a individualidade portuguesa não seja fruto de uma única fonte de influência, mas sim o resultado, a síntese, da união de duas civilizações diversas que se opunham em muitos aspectos e que, fundindo-se em um meio cultural propício, favoreceram o surgimento de uma cultura única, com elementos característicos próprios de cada uma delas.

## 1.2. A Cidade Medieval Cristã

O surgimento do Estado português como nação, no século XII, está diretamente relacionado à reconquista dos territórios perdidos pelos cristãos para os muçulmanos, que aí se estabeleceram a partir de inícios do século VIII. No decorrer dessa reconquista, à medida que os cristãos vão progressivamente se instalando, o que encontram é uma tradição urbana de bases bem mais sólidas, o que proporciona uma situação de ocupação completamente diversa daquela encontrada pelos muçulmanos quando ali chegaram.

<sup>111</sup> MARQUES, A. H. de O. A sociedade ... p. 65.

<sup>112</sup> MATTOSO, J. **Identificação de um país**. Lisboa: Estampa, 1988. p. 324.

<sup>113</sup> MATTOSO, J. op. cit. p. 313.

Acontece, então, que as cidades surgidas ou adaptadas pelo novo poder cristão vão se apresentar com características mais regulares e bem mais próximas das cidades europeias de além-Pirinéus do que das suas antecessoras hispano-muçulmanas.

Sabe-se que, em reação à dominação árabe na Península Ibérica, um grupo ligado à nobreza visigótica, não aceitando submeter-se ao jugo muçulmano, estabeleceu-se na região das Astúrias, dando origem à primeira monarquia cristã da Espanha, denominada posteriormente de Oviedo e Leão, nome das duas cidades que primeiramente lhe serviram de capital. Entrincheirados em uma região montanhosa e árida, esses visigodos rebelados conseguiram manter uma resistência armada de tal ordem que, em momento algum, lograram os mouros aí penetrar.

Comandados inicialmente por Pelágio e posteriormente por seu filho, Fafila, foi, no entanto, somente com o terceiro de seus governantes, Afonso I, cunhado e sucessor de Fafila, que os cristãos das Astúrias abandonaram a posição meramente defensiva para assumirem uma postura ofensiva em relação aos invasores mouros, promovendo incursões aos territórios da Galiza, Leão e Castela, incorporando parte dessas regiões à medida que derrotavam e forçavam a retirada dos árabes aí estabelecidos. A providência imediata era, então, reconstruir tanto as povoações reconquistadas quanto os templos e paços.

Em 866, Afonso III assume o trono cristão, que estendera ainda mais seus territórios após doze anos de uma série quase ininterrupta de batalhas que incorporaram a antiga região da Lusitânia, passando, assim, para seu domínio, centros como Lamego, Viseu e Coimbra. Por ocasião da morte desse governante, em 910, os territórios asturianos, já bastante dilatados, foram divididos entre seus filhos, na primeira tentativa de desmembramento da monarquia espanhola, ficando Garcia com Leão, Fruela governando as Astúrias e Ordonho a Galiza, além de já estar Navarra nas mãos de Sancho Inigo, o conde de Bigorre.

Entretanto, dessa época até 1002, as disputas internas entre os próprios cristãos favoreceram as investidas islâmicas, o que provocou uma considerável redução nos territórios cristãos, que chegaram mesmo, em determinados momentos, a se unirem aos árabes para buscar apoio e reforço contra seus desafetos, que muitas vezes eram seus pais, filhos ou irmãos. Parte da Lusitânia foi então reconquistada pelos sarracenos, e importantes núcleos da Galiza, de Leão, de Castela e de Navarra foram totalmente destruídos. A tentativa muçulmana de arrasar por completo Navarra, dedicando a esse intento todo o ano de 1002, forçou a união dos reinos cristãos em sua defesa, levando-os novamente ao crescimento, com seguidas vitórias sobre os árabes.<sup>114</sup>

Segundo Joaquim Serrão, em decorrência da tendência expansionista da Monarquia Leonesa, que tentava a todo custo conter o avanço sarraceno, começa, no século XI, a se estruturar e definir seus limites o futuro Condado Portucalense.

Por essa época, o rei de Leão já contava com o apoio, principalmente militar, das famílias de nobres que, de certa forma, controlavam essa região, impedindo a ofensiva árabe nos pontos considerados nevrálgicos da fronteira, além de cuidarem da ocupação, pelo povoamento, das áreas reconquistadas. Esse apoio era de fundamental importância no sentido de garantir os limites territoriais da Monarquia Leonesa e obrigava a Coroa a ceder a

<sup>114</sup> HERCULANO, A. **História de Portugal**. Venda Nova: Bertrand, 1989. v. 1, p. 183-215.

essas famílias, quase sempre a título hereditário, o governo de grandes extensões de terra, das quais estariam os governantes incumbidos de garantir não só a segurança como também a ocupação, incentivando o povoamento.<sup>115</sup>

Teria sido dessa forma que, contrariando a informação dada por Knesse de Mello, segundo a qual o conde D. Henrique de Borgonha havia recebido de Afonso VI os territórios compreendidos entre o Minho e o Tejo, em 1097, como recompensa por feitos heróicos na conquista de Toledo,<sup>116</sup> Herculano afirma que tal doação, com direitos de hereditariedade, foi feita em decorrência do casamento de D. Henrique com D. Teresa, filha do rei Leonês, estando D. Henrique no governo do território portugalense já em fins de 1094.<sup>117</sup> Em 1140, após sérias disputas com Afonso VII, auto-intitulado imperador de Leão, Afonso Henrique, filho de D. Henrique e D. Teresa, é reconhecido como primeiro rei de Portugal, o que equivale a dizer que essa região se encontrava definitivamente independente do poder Leonês. Em 1144, também o Papa Alexandre III reconhecia a condição real de Afonso Henrique, ficando, assim, também em relação à hierarquia da Igreja, desvinculado Portugal do restante da Espanha, principalmente de Toledo, a que estava jurisdicionado.

Com o título real de Afonso I, morreu Afonso Henriques em 1185, após haver ampliado em muito os limites portugueses de então. Portanto,

*meio século bastou para o Condado Portucalense, conduzido com inegável pendor autónomo pelos condes D. Henrique e D. Teresa, se transformar num reino independente, graças à pertinácia guerreira de D. Afonso Henriques e à acção militar dos seus quatro sucessores. A conquista definitiva do Algarve, em 1249-1250, completava a primeira fase da história portuguesa, a que se seguiu a obtenção das terras de Ribacoeira e dos castelos da margem esquerda do Guadiana, que D. Dinis alcançou em 1297.<sup>118</sup>*

A partir dessas informações, é possível perceber o grau de influência recebido pelas várias regiões portuguesas e conseqüentemente as determinantes que, de uma forma ou de outra, vão definir ou apenas influenciar a formação do espaço urbano a partir de então. De resto, mesmo a própria historiografia portuguesa, segundo Sérgio Carvalho, tem-se mostrado incansável ao se referir à grande diferença existente entre o Portugal nortenho, rural e de formação religiosa cristã, e a região sul do país, de organização urbana e tendências paganizantes deixando claro que essa diferença, longe de agravar antagonismos, será a responsável pela formação do caráter unitário da nacionalidade portuguesa.<sup>119</sup>

E é assim que, mesmo antes da formação do Estado português, várias cidades, além daquelas de origem moura, já existiam em seu território, plantadas pela dominação romana ou mesmo pelas anteriores a esta, sendo por ela apropriadas e organizadas dentro de seus princípios estéticos. Da dominação visigótica pouco se sabe no que se refere à organização de centros urbanos além do fato de reaproveitarem as cidades já existentes, abandonadas pelos romanos.

Uma das primeiras preocupações do poder cristão em Portugal foi eliminar de imediato qualquer influência ou elemento que pudesse lembrar a

<sup>115</sup> SERRÃO, J. V. **História de Portugal**, Lisboa: Verbo, 1980. v. 1, p. 62-63

<sup>116</sup> MELLO, E. K. de. op. cit. p. 31.

<sup>117</sup> HERCULANO, A. op. cit. p. 270.

<sup>118</sup> SERRÃO, J. V. op. cit. p. 14.

<sup>119</sup> CARVALHO, S. L. op. cit. p. 17.

presença muçulmana em parte do seu território por tempo tão significativo. Com o apoio da Igreja, mesquitas foram demolidas ou transformadas para atender a ofícios religiosos cristãos e os edifícios públicos foram de tal forma descaracterizados que em nada podiam lembrar as técnicas, os elementos decorativos ou mesmo as características próprias da arquitetura muçulmana. Dentro da área de influência árabe, no entanto, tais elementos não puderam ser eliminados do conhecimento popular. Se levamos em consideração o fato de haverem os árabes permanecido nessa região por um período de aproximadamente quinhentos anos, fica fácil compreender a forma como as populações aí existentes assimilaram sua cultura de construir e de organizar os espaços. Expulsar daí as pessoas de sangue mouro ou eliminar de sua arquitetura as técnicas construtivas de origem muçulmana seriam tarefas impossíveis, pois, segundo Gilberto Freyre, foram exatamente essas populações, impregnadas do sangue e da cultura árabe, que se transformaram na base de formação da nacionalidade portuguesa.<sup>120</sup>

No entanto, novos espaços foram ocupados, novas cidades construídas, e a influência da Europa cristã passou a predominar nas edificações implantadas a partir de então. Os séculos XI e XII vão, segundo Sérgio Carvalho, assistir ao que se pode chamar de um “renascer urbano”, o que vai acontecer paralelamente ao que ocorre no restante da Europa além-Pirineus.<sup>121</sup>

Os tempos que se seguiram à criação do Estado português, se bem que encontrando sua população no empenho desse renascer urbano e no propósito de uma ocupação definitiva do território, não foram, no entanto, de paz. De forma acirrada, continuaram as disputas com os árabes no sentido de garantir fronteiras, além de não haverem sido menos violentas as guerras com os demais reinos cristãos da Espanha, que não reconheciam o direito português de constituir-se como nação.

Com relação à questão urbana, o que se pode observar nesse momento é a coexistência de uma infinidade de períodos, origens e formas de organização impressos às vezes em um único núcleo, onde aparecem desde elementos característicos das dominações pré-romanas até influências vindas da Europa cristã medieval. Sendo assim, mesmo os núcleos implantados após a reconquista, com características marcadamente cristãs, não estão isentos da influência de outros períodos e povos que dominaram o território português e as cidades, mesmo sendo chamadas de cristãs, vão sempre apresentar, em maior ou menor grau, resquícios da herança deixada por esses povos. Finalmente, ao estar definitivamente demarcado, Portugal incluiu em seu território nacional regiões que por cerca de quinhentos anos estiveram sob domínio mouro, o que fez com que tais populações assumissem como seus os conhecimentos adquiridos no contato com os dominadores.

Característica fundamental das cidades surgidas a partir da reconquista vai ser a preocupação com as questões relativas à segurança. Sendo assim, mesmo nos menores núcleos, a construção ou mesmo a manutenção da muralha tem lugar de destaque, o que faz desse elemento parte decisiva da paisagem que se pretende urbana (fig.5). Segundo Amélia Andrade,

*a muralha constituía uma barreira de carácter ambivalente. Era-o para os que viviam na área que ela encerrava e também para aqueles que, vindos*

<sup>120</sup> FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986. p. 237.

<sup>121</sup> CARVALHO, S. L. op. cit. p. 17.



*de fora, a queriam transpor. Permanecer no seu interior obrigava à sujeição a normas e à aceitação de exigências. Transpô-la, implicava, para a maioria dos forasteiros, o cumprimento de certas condições entre as quais o bem conhecido imposto de portagem.*<sup>122</sup>

Ao longo desse período, e até praticamente o final do século XIV, a muralha vai ser também elemento utilizado para demonstrar o surto de crescimento das cidades, tendo em vista a constante construção de novas cintas abarcando áreas cada vez maiores do que aquelas contidas no interior do sítio primitivo. De acordo com Oliveira Marques, a área amuralhada constituía um precioso indicativo da importância da cidade, assim como da proporção média de sua população.<sup>123</sup>

Seguindo o modelo básico de organização do espaço urbano desenvolvido no restante da Europa, as cidades portuguesas implantadas a partir desse período apresentam ainda uma outra característica, também relacionada com a defesa, que é o fato de estarem situadas sempre em um sítio elevado, o que compromete seu traçado de forma inequívoca, pela topografia do terreno, e, mesmo apresentando em sua estrutura elementos coincidentes com aqueles encontrados nas cidades de origem árabe, tais elementos, surgidos em decorrência de um programa diverso, estarão também organizados de forma diversa. Assim, tanto a irregularidade das ruas como a distribuição das diversas atividades econômicas dentro da malha urbana, e mesmo o uso que se faz das vias, acontecem de forma diferente em cada uma delas.

Para o muçulmano, a rua não é, em hipótese alguma, o espaço vivo e dinâmico onde a cidade se organiza. É, sim, e antes de tudo, o caminho que leva à casa, que passa a ser o local de vida, o elemento de maior importância estrutural urbana. Para o cristão, ao contrário, o espaço livre possui uma carga de valor muito mais forte, o que leva à implantação de um considerável número de locais públicos com usos distintos dentro da malha urbana.<sup>124</sup> As ruas de grandes dimensões, como as avenidas e alamedas da cidade moderna, inexistiam nessa época, já sabemos, mas em todo o período encontramos vias de importância fundamental dentro dos núcleos, assumindo funções de eixo condutor e gerador do espaço urbano.

*Simultaneamente meio de comunicação e espaço de vivência do quotidiano, a rua era o elemento mais rico e variado da paisagem urbana medieval. Definindo eixos de ocupação humana estabelecia conexões no interior do perímetro amuralhado e permitia o contacto com o exterior,*<sup>125</sup>

não podendo ser, em decorrência disso, estática ou imutável. Com a função precípua de eixo ordenador, encontramos em praticamente todas as povoações portuguesas da Idade Média a denominada Rua Direita (fig.6), que em princípio faz a ligação das duas principais portas da cidade, transformando-se, a partir daí, na estrada que leva ao núcleo mais próximo, podendo ser ainda aquela que liga pontos importantes como a igreja, a feira, o rossio ou a cadeia.

A partir dos anos finais do século XIII vai surgir também como elemento de grande valor urbano a chamada “rua nova”, que vem a se constituir no principal núcleo de comércio e que Oliveira Marques considera como sendo o

<sup>122</sup> ANDRADE, A. A. **Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima**. Lisboa: Horizonte, 1990. p.16.

<sup>123</sup> MARQUES, A. H. de O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987. p. 182.

<sup>124</sup> CARVALHO, S. L. op. cit. p. 33-34.

<sup>125</sup> ANDRADE, A. A. op. cit. p. 27.

“primeiro exemplo de planejamento em cidades já formadas”, e que vai se transformar no verdadeiro coração da cidade.<sup>126</sup>

No geral, o que se tem em relação às ruas é que cada uma delas é conhecida pela principal atividade que aí se desenvolve, podendo ser encontrada uma rua dos sapateiros, uma rua dos açougues, dos douradores e assim por diante. Convém aqui observar que a proximidades de vários profissionais de mesma atividade em uma mesma via acontecia de forma espontânea e provocada pelos próprios oficiais, o que pode ser atribuído a uma busca de maior segurança, além de procurar facilitar ao cliente a oferta dos serviços aí desenvolvidos. E é por isso que, falando sobre a rua, Sérgio Carvalho diz que

*não erraremos muito se dissermos que a rua medieval das cidades mediterrâneas em geral e das portuguesas em particular é uma rua de contornos irregulares, geralmente estreita (elemento que se acentua com a herança muçulmana), rua que conduz habitualmente a espaços abertos (espaços de maior pendor cristão), onde se desenvolvia a actividade religiosa (na igreja) e a económica (no mercado).<sup>127</sup>*

Outro elemento que muito bem caracteriza a cidade cristã desse período é exatamente a existência dessa praça central, destinada principalmente ao mercado ou à igreja (fig.7), além de outras manifestações e usos públicos. Em várias cidades reconquistadas, principalmente naquelas de origem moura, várias edificações tiveram de ser demolidas para que tal praça pudesse existir. Segundo Oliveira Marques, em muitas cidades, principalmente no sul de Portugal, essa praça, pela maneira como está implantada, se apresenta de forma extremamente artificial<sup>128</sup>, já que tanto sua forma como sua utilização são incompatíveis com o traçado e o caráter da cidade de origem muçulmana.

Em relação à divisão interna, as cidades cristãs do medievo português estavam organizadas em paróquias, contando cada uma com sua igreja, seu cemitério, suas confrarias etc, constituindo, no geral, pequenos mundos, ou microcosmos, dentro da própria cidade. Em função do poder exercido pela Igreja à época, é interessante observar o grande número de paróquias em que às vezes estava dividida uma cidade.<sup>129</sup>

Outra forma de divisão interna dos núcleos urbanos era aquele relacionado à segregação dos grupos étnicos minoritários, notadamente dos mouros e judeus, cujos bairros recebiam respectivamente os nomes de mouraria e judiaria. Tais bairros eram encontrados em praticamente toda a extensão do território português, estando as mourarias mais concentradas na região sul, enquanto as judiarias podiam ser vistas com uma distribuição mais regular por todo o país. Ambos funcionavam como guetos, não sendo permitido que os membros dessas comunidades residissem fora dos seus respectivos bairros.

Em decorrências das atividades profissionais desenvolvidas pelos membros de tais grupos é que se definia seu espaço dentro da malha urbana. Sendo assim, as judiarias, pelo fato de os judeus dedicarem-se a atividades relacionadas ao comércio, ao artesanato e às finanças, estavam no mais das vezes situadas junto ao centro administrativo, próximas das artérias principais. Por outro lado, em função de estarem os mouros ligados diretamente às

<sup>126</sup> MARQUES, A. H. de O. **Portugal** ... p. 194.

<sup>127</sup> CARVALHO, S. L. op. cit. p. 34.

<sup>128</sup> MARQUES, A. H. de O. **Introdução** ... p. 20.

<sup>129</sup> CARVALHO, S. L. op. cit. p. 40.

atividades agrícolas, seus bairros se encontravam sempre nos limites da cidade, nas regiões mais periféricas.

Com relação à habitação, o que se tem na Idade Média portuguesa é, inicialmente, o desenvolvimento de dois modelos construtivos básicos que, assim como as cidades, alicerçam-se nas principais culturas que ao longo do tempo dominaram o país. Na região norte, tanto a casa urbana quanto a rural seguem modelos derivados do tipo de construção implantado aí pelos romanos, com a utilização dos mesmos materiais e técnicas, assim como o mesmo programa e a mesma forma de organização utilizados em outras partes do império. Originalmente, eram construções com características senhoriais, desenvolvendo-se com suas varandas em torno de um jardim interno e compondo um conjunto com os edifícios destinados ao uso da criadagem.

Posteriormente desvinculadas, essas edificações deram origem a modelos diferenciados de arquitetura, tendo a primeira, mais aristocrática, e em número bem reduzido, seguindo uma linha mais erudita, enquanto a segunda, de características vernaculares, passou a representar o modelo tradicional de arquitetura popular encontrado nessa região.

Nos dois casos, o elemento construtivo básico utilizado vai ser a pedra, diferenciando-se apenas no que se refere ao acabamento, não recebendo, o modelo popular, o aparelhamento adequado das peças, além de apresentá-las geralmente à vista, enquanto o outro modelo é geralmente melhor agenciado, além de ter suas paredes invariavelmente revestidas e decoradas.

No sul, a influência dos povos arabizados do norte da África vai determinar o modelo característico das edificações, com a utilização de argila nas paredes, empregada na forma de taipa-de-pilão, adobe e pau-a-pique, além de terem, em sua maioria, os telhados substituídos por açotéias, que são terraços apoiados em estruturas abobadadas autoportantes. Apropriadas ao clima quente das regiões dominadas pelo Império Islâmico, esse material e as técnicas apropriadas ao seu emprego adaptaram-se sem problemas a essa região do território português.

O passar do tempo e a construção do país com base na união de povos de formação tão distinta quanto a cristã e a islâmica levam ao desenvolvimento de uma arquitetura e de um urbanismo que refletem a participação dessas duas influências. Toda a organização e estrutura do edifício refletem, segundo Oliveira Marques, um sentido de comodidade e aconchego inovadores, que serão os responsáveis pelo início de uma nova era para a arquitetura produzida em território português,<sup>130</sup> o que é complementado por José Mattoso quando diz que a individualidade portuguesa é a síntese dessas duas civilizações, que em muitas coisas se apresentavam não só diferentes mas até mesmo opostas.<sup>131</sup> E, mesmo que nas guerras de reconquista e na definição das fronteiras portuguesas os mouros tenham sido derrotados pelos cristãos, sua contribuição para a formação do novo país já se encontrava arraigada em sua população.

### 2.1.3. Portugal à Época dos Descobrimentos

<sup>130</sup> MARQUES, A. H. de O. **A sociedade ...** p. 74.

<sup>131</sup> MATTOSO, J. op. cit. p. 314.

De acordo com Joaquim Serrão, a unidade do Estado português foi forjada ao longo dos dois séculos e meio iniciais de sua existência, sendo efetivada a partir de três momentos fundamentais. O primeiro deles teria acontecido no decorrer do século XII e seria a formação do Estado; o segundo, representado pela consolidação das fronteiras, no século seguinte, teria ocorrido durante o reinado de D. Dinis e finalmente em terceiro, o alcance dos foros de Nação, já em fins do século XIV.<sup>132</sup> Durante esse tempo prevaleceu, em território português, em relação à arquitetura, a miscigenação do medieval árabe e do medieval cristão nas edificações populares e um medieval cristão pobre, se comparado ao produzido no restante da Europa, nos edifícios oficiais e religiosos.

Estando o surgimento de Portugal vinculado à vitória do Cristianismo, tanto os representantes da nobreza quanto os do clero preocuparam-se em eliminar da arquitetura oficial, assim como da religiosa, qualquer elemento que fizesse referência à cultura islâmica. Com isso, os edifícios que não foram demolidos passaram por um processo de descaracterização tal que até meados do século XVI, o que se viu no país, em relação às edificações públicas e religiosas, foi algo extremamente simples, que em nada se compara ao produzido no restante do continente.

Segundo Pedro Dias, em cada cidade de origem islâmica conquistada, a mesquita principal era consagrada e transformada em catedral e as demais, menores em importância, eram convertidas em paróquias, quando não dadas a alguma ordem religiosa.<sup>133</sup> É assim que,

*até esse período, final do século XV e início do XVI, a arquitetura portuguesa mantém-se com um certo conservadorismo, com o Renascimento contribuindo apenas através da utilização de alguns elementos ou algumas de suas ordens aplicadas a edifícios oficiais. Praticamente a arquitetura portuguesa passa diretamente do medieval ao Maneirismo, não apresentando uma produção renascentista de maior consistência,<sup>134</sup>*

o que de certa maneira vai se refletir também na forma de organização das cidades que, não conhecendo novas propostas, atravessam todo o período de desenvolvimento do movimento renascentista reproduzindo os esquemas próprios conhecidos desde sua origem como organismo político. Ainda de acordo com Pedro Dias, a estrutura urbana das cidades portuguesas manteve-se inalterada por praticamente toda a Idade Média, pois, mesmo quando se melhoravam ou se reconstruíam edificações deterioradas pelo tempo, eram invariavelmente respeitados os alinhamentos das antigas fachadas, incluindo-se aí as saliências impostas pelos balcões, construídos como marquises por sobre o espaço da rua.<sup>135</sup> Devemos ainda considerar que, nesse momento, mesmo o restante da Europa não apresentou modificações de grande relevo no que se refere à organização das cidades. Sendo assim, a arquitetura portuguesa manteve seu caráter medieval até o início do período maneirista, indo o tratamento das cidades receber modificações consideradas como relevantes apenas com o Barroco.

<sup>132</sup> SERRÃO, J. V. op. cit. p. 14.

<sup>133</sup> DIAS, P. Arquitetura mudejar portuguesa. **Mare Liberum**. n. 8. dez. 1994. p. 51.

<sup>134</sup> COELHO, G. N. A arquitetura portuguesa à época dos descobrimentos. **Estudos**, Goiânia. v. 18, n. 1-4, p. 107, 1991.

<sup>135</sup> DIAS, P. op. cit. p. 51

Por outro lado, o conservadorismo na arquitetura desenvolvida em Portugal, imposto principalmente pela influência da Igreja junto ao poder temporal, somente será tocado por elementos modernizadores com a subida de D. Manoel I, o Venturoso, ao trono português, nos anos finais do século XV. Por volta de 1498, em decorrência de seu casamento com D. Isabel, filha dos reis católicos de Castela, D. Manoel empreende uma viagem pela Espanha, onde o contato com os principais monumentos espanhóis, representativos da arquitetura mourisca, vão entusiasmar de tal forma o novo monarca que uma de suas primeiras ações à frente do poder em Portugal será a restauração, no paço de Sintra, dos elementos mouros eliminados em sucessivas reformas.

Com uma visão mais aberta em relação às artes e à arquitetura, D. Manoel vai não só investir na restauração dos elementos característicos da arquitetura de origem árabe como também contratar arquitetos italianos e franceses para desenvolverem projetos no país, o que em certa medida traz para Portugal parte da discussão em desenvolvimento no restante da Europa. Fazem ainda parte do seu projeto de modernização a contratação de mestres construtores, vindos das conquistas portuguesas do norte da África, a busca de inspiração na Andaluzia e o incentivo à instalação de olarias em todo o território nacional, com o objetivo de produzir azulejos, que passam a ser largamente utilizados na arquitetura, deixando inclusive de apresentar os desenhos estilizados de origem árabe para desenvolver motivos figurativos, considerados mais próximos da cultura cristã ocidental.<sup>136</sup>

Ocorre, então, a partir de toda essa movimentação provocada por D. Manoel, um momento que será considerado

*único na arquitetura lusitana, em que todos esses elementos (medievais, renascentistas e mouriscos) se fundem ao ideal de navegação, produzindo o que seria mais um elemento decorativo do que um estilo arquitetônico propriamente dito: o Manuelino. O mar e a navegação passam a ser, nesse momento, os grandes fornecedores das imagens a serem utilizadas como material decorativo e de composição. Velames, barretes de marinheiros e principalmente cordoalhas serão largamente empregados, e da maneira mais naturalista possível. São explorados com requintes ainda não conhecidos pela arquitetura portuguesa os elementos estruturais do gótico e a decoração das janelas e dos arcos, utilizados pelos muçulmanos em seus edifícios ibéricos.*<sup>137</sup>

Apesar de ter sido de curta duração, esse momento foi de grande importância para o desenvolvimento posterior da arquitetura portuguesa (fig.8), levando-a inclusive a uma aproximação, a partir daí, com os estíleas desenvolvidos no restante da Europa. De um modo geral, o Manuelino manteve, segundo John Bury, a predominância arquitetônica do gótico tardio nas construções portuguesas do início do quinhentismo, abandonando-a, posteriormente, em favor de influências mais ligadas aos modelos de determinações renascentistas<sup>138</sup>, principalmente o Maneirismo, (fig.9) de grande aceitação não só estética como também política, principalmente por ter tido como maiores incentivadores os padres da Companhia de Jesus, líderes da Contra-Reforma portuguesa.

<sup>136</sup> MELLO, E. K. de. op. cit. p. 41.

<sup>137</sup> COELHO, G. N. **A arquitetura portuguesa à época dos descobrimentos.** p. 108.

<sup>138</sup> BURY, J. **Arquitetura e arte no Brasil colonial.** São Paulo: Nobel, 1991. p. 99.

No geral, a arquitetura religiosa em Portugal mantém, ao longo do tempo, uma tendência clara pelo uso de formas simplificadas, pelo desenvolvimento de composições retilíneas, e por volumes compactos, além da preferência pelas plantas concentradas, o que vai demonstrar uma forte associação aos modelos de espírito mais românico.<sup>139</sup> Vão ser exatamente essas características, encontradas em sua essência mais pura nas capelas rurais, tanto do interior português quanto do italiano, que os jesuítas vão utilizar como base para o desenvolvimento de uma arquitetura própria. A arquitetura dos jesuítas vai ser, então, caracterizada por uma simplicidade extremada, que se estrutura, na planta, pelo uso generalizado de apenas uma nave, além de apresentar a fachada completamente desprovida de elementos decorativos, marcada pela forma retangular e geralmente coroada por um frontão triangular reto.<sup>140</sup>

Mesmo assim, a orientação classicizante das formas renascentistas herdadas pelo Maneirismo aparece, a partir daí, também nos edifícios públicos, e vai marcar esse tipo de construção não só na metrópole mas também em todo o mundo colonial português.

## 2.2. A Ocupação territorial Brasileira

Três décadas decorreram entre o descobrimento do Brasil e a primeira manifestação de interesse da Coroa portuguesa na exploração de sua colônia americana, tempo suficiente para que acontecimentos importantes ocorressem, modificando profundamente a história portuguesa. Entre eles, podem-se observar, primeiramente, o surgimento, o ápice e o desaparecimento do Manuelino como estilo representativo da arquitetura desenvolvida com apoio oficial em território metropolitano. Em segundo lugar, o esgotamento do opulento e relativamente fácil comércio dos produtos das Índias e, em terceiro, o fato de D. João III, herdeiro de D. Manoel, encontrar o erário vazio e a fazenda real em estado de penúria,<sup>141</sup> com uma dívida externa que dobrava a cada quatro anos.

Assumindo o poder a 19 de abril de 1521, D. João III, encontrou o território metropolitano assolado por um enorme período de seca, o que acarretou, de modo geral, a miséria, a fome e a peste. Não possuindo recursos com que aplacar tal situação, restava ao novo monarca apenas enveredar-se ainda mais nos empréstimos tomados a países amigos, passando posteriormente a solicitar empréstimos individuais, quando os primeiros começaram a ser negados. A situação de endividamento da Coroa portuguesa chegou a tal ponto que várias praças-fortes da costa africana tiveram de ser abandonadas, por não conseguir mais a metrópole manter o seu controle e sustento. Sendo assim, poucas eram as possibilidades, por essa época, de Portugal investir na ocupação e na colonização do território americano.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades financeiras por que passava o poder português, de acordo com Sergio Buarque, eram constantes os envios de esquadras com o intuito de policiar o litoral brasileiro, tentando, com

<sup>139</sup> BAZIN, G. **A arquitetura religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 365.

<sup>140</sup> COELHO, G. N. **A arquitetura portuguesa à época dos descobrimentos**. p. 111.

<sup>141</sup> LUIZ, W. **Na capitania de São Vicente**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. p. 21.

isso, intimidar contrabandistas de madeira e demais produtos da terra.<sup>142</sup> Para dar apoio a tais esquadras, surgiram, nos anos iniciais do novo território, algumas modestas feitorias que, segundo Aroldo de Azevedo, seriam os mais remotos embriões de nossas cidades,<sup>143</sup> associando a fortificação defensiva ao depósito, geralmente de produtos como madeira, que posteriormente seriam embarcados para o reino.

Sabe-se ainda que, agravando a situação da Coroa no sentido de ocupar tão vasto território, pelo senso de 1526 a população continental portuguesa era de 1.122.128 habitantes, e

*se se levar em conta que metade dessa população seria feminina, se dela se descontassem os velhos, as crianças, os enfermos, os que deveriam ficar para o amanhã das terras, os ricos e fidalgos que não abandonariam seus bens e morgadios, o alto e o baixo funcionalismo, os que guarneceriam as esquadras, há de se concluir que bem pouca gente ficaria, numa época de violências, para ocupar e segurar a América Portuguesa, cuja superfície iria somar mais de oito milhões de quilômetros quadrados virgens e selvagens.<sup>144</sup>*

Entretanto, notícias vindas da Espanha davam conta de fabulosas minas de ouro e prata, que se avultavam ainda mais em decorrência das lendas que a tais notícias se acrescentavam. Exploradores espanhóis navegavam os grandes rios do interior da América, apossando-se de metais e pedrarias que, em função de serem as fronteiras tão pouco definidas e desconhecidas, poderiam muito bem pertencer a Portugal. Além disso, era conhecido, na corte portuguesa, do grande sucesso dos franceses que, com a ajuda dos nativos, e mesmo a despeito das tentativas lusitanas de policiamento da costa brasileira, exploravam a madeira cor de brasa, de grande aceitação e uso nas tinturarias européias.

Animados com as informações de imensas riquezas em ouro, prata e pedrarias, e até mesmo de que o ouro dito do Peru, alardeado pela coroa Espanhola, estaria sendo extraído em território da Capitania de Porto Seguro,<sup>145</sup> organizaram-se várias expedições exploradoras que, após partirem rumo ao interior, jamais regressaram ou voltaram a dar sinal de existência, de onde se conclui haverem sido massacradas por grupos indígenas hostis. Também na Capitania de São Vicente, Martim Afonso fez partir de Cananeia uma expedição composta por 40 besteiros e 40 espingardeiros, comandados por Pero Lobo, rumo às afamadas minas do rio Paraguai. Entretanto, tais minas nunca foram encontradas, assim como não foi descoberto o caminho para elas. Pero Lobo e seus oitenta homens foram trucidados pelos índios carijós junto à foz do rio Iguaçu, no rio Paraná.<sup>146</sup>

Sendo poucos os recursos oficiais e pequeno o interesse daqueles agraciados com o direito de explorar as capitanias, além de serem reduzidos os direitos dos donatários em relação às suas obrigações, o certo é que o modelo escolhido pela Coroa portuguesa para a ocupação do território brasileiro não deu certo, sendo necessário o estudo de outras formas e propostas, o que, de certa forma, demonstra o interesse real na manutenção e na defesa do novo território.

Tem início, então sob o comando de D. João III, a tentativa de ocupação da colônia portuguesa na América, que deveria acontecer com base na

<sup>142</sup> HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel 1981. V. 1, p. 97.

<sup>143</sup> AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Geografia espaço e memória**. n.10, p. 27.

<sup>144</sup> LUIZ, W. op. cit. p. 23.

<sup>145</sup> HOLANDA, S. B. de. op. cit. V.1, p. 134.

<sup>146</sup> LUIS, W. op. cit. p. 42-44.

produção agrícola e na descoberta de jazidas minerais: a primeira coroada pelo grande sucesso da produção açucareira da Capitania de Pernambuco e a segunda causa de grandes tragédias e perdas humanas nos primeiros anos da ocupação territorial.

Com relação à implantação de núcleos urbanos em território brasileiro, a Coroa deixava sua principal tarefa a cargo dos donatários, o que fica evidente se observarmos que das trinta e sete povoações fundadas até 1650 apenas sete o foram por conta e em terras da Coroa, sendo as restantes obra dos donatários e colonizadores. Os núcleos de maior importância, que já surgiam ostentando a condição de cidades eram implantados sempre nas capitanias pertencentes à Coroa, a quem cabia seu controle e a tarefa de urbanização. Com base nisso, seus habitantes subordinavam-se diretamente ao Governo Geral, sendo tais núcleos conhecidos como cidades reais.

De acordo com Nestor Goulart, as cidades portuguesas na colônia eram estabelecidas em pontos considerados estratégicos, funcionando, em todos os aspectos, como centros regionais, sendo por meio delas que se revelavam as tendências centralizadoras da política administrativa de Portugal. Era a localização das cidades, inclusive, uma forma, ainda que discreta, de conter a dispersão da população pelo território.<sup>147</sup>

Os primeiros aglomerados implantados no Brasil, de caráter eminentemente militar, tinham a função básica de garantir a defesa do território, além de servirem de apoio às expedições em trânsito para as Índias. Geralmente em posição de destaque em relação à topografia, esses aglomerados situavam-se à beira-mar, protegidos por fortificações avançadas ou a cavaleiro de alguma elevação. Constituíam-se geralmente de uma casa-forte ocupada por soldados, colonos e degredados, além de galpões para depósito. Tinha a função de garantir o interesse da Coroa portuguesa, que era a colonização de pontos considerados como sendo de maior conveniência ao longo de toda a costa, além de utilizarem os rios navegáveis como vias que garantissem a penetração para o interior. É assim que, entre o mar e o sertão desconhecido, encontravam-se os aglomerados portugueses<sup>148</sup> das décadas iniciais da colonização, ocupando uma área que se estendia do atual estado do Rio Grande do Norte até o de São Paulo.

Aqui é bom observar que, nesse período, apenas um único núcleo se estabeleceu sertão a dentro, que foi a vila de São Paulo de Piratininga, que se ligava ao litoral por antigos caminhos, já secularmente utilizados pelos primitivos habitantes.

Em 1532, tem início a implantação do que se poderia considerar como sendo os primeiros assentamentos permanentes na Colônia. Isso porque os núcleos surgidos durante os primeiros trinta anos de nossa história tinham por característica não permanecerem fincados no local onde eram inicialmente plantados, mudando de lugar à medida que as necessidades assim o exigissem. Ainda segundo Aroldo de Azevedo, entre os núcleos surgidos no período anterior a 1530 estariam Igaraçu e Conceição de Itamaracá, em Pernambuco; Santa Cruz, na Bahia; Cabo Frio, no estado de Rio de Janeiro, além da cidade do Rio

<sup>147</sup> REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968. p. 67.

<sup>148</sup> CENTURIÃO, L. R. M. As cidades na América colonial portuguesa. **Estudos Ibero-Americanos**. v.21. n.1, p. 130.



de Janeiro, da qual Fernão de Magalhães encontrou vestígios junto à Baía de Guanabara no ano de 1519.<sup>149</sup>

Dos núcleos considerados permanentes, sabe-se que o primeiro foi São Vicente, fundado por Martim Afonso na capitania do mesmo nome e base para o surgimento de vários outros, que em curto espaço de tempo pontilharam o litoral da nova colônia. (fig.10) Alguns de duração efêmera, como Santo André da Borda do Campo, desaparecido ainda no primeiro século da ocupação, e outros, como Santos, que ainda hoje são encontrados como centros de fundamental importância econômica. Fundados sem preocupação com um plano prévio, os aglomerados surgidos nesse período apresentam basicamente as características gerais das cidades portuguesas, que trazem em sua formação elementos próprios dos modelos medievais árabes e cristãos, já arraigados e inteiramente assimilados pelos colonizadores que, não conhecendo forma diferente de construção, transferem para a colônia a lembrança que têm das cidades conhecidas desde sempre em território metropolitano.

Com relação aos edifícios aí construídos, o que se sabe é que eram praticamente todos edificadas em taipa de mão e cobertos de palha. Segundo Washington Luís, na vila de São Paulo, em 1575, portanto 17 anos após sua instalação, para o “enobrecimento das moradas”, foi contratada a fabricação de telhas com Cristóvão Gonçalves, o que só muito mais tarde se concretizou.<sup>150</sup> De traçado irregular, e bem ao gosto lusitano, diferem esses núcleos radicalmente daqueles implantados pela Coroa Espanhola em sua porção colonial da América.

Ocupando suas colônias americanas ao mesmo tempo em que Portugal desbravava o território brasileiro, a Espanha, provavelmente em função da situação diferenciada em que encontrou sua parte da América, tanto no que se refere à geografia quanto à cultura dos povos autóctones, além de sua própria situação de organização do poder como Estado, procurou dar um aspecto de rigidez e planejamento no tocante à implantação de vilas e cidades em suas colônias. Para tanto, foram criadas leis extremamente rígidas, organizadas gradativamente ao longo do século XVI, e que levaram em consideração todos os aspectos relacionados à ordenação espacial do novo continente, com todas as especificidades existentes e as características próprias do território americano. O resultado foi uma relação de cidades semelhantes entre si, implantadas desde o México até o Chile, baseadas em um mesmo plano, de traçado em grelha, tendo como ponto principal e irradiador a “Plaza Mayor” ou a “Plaza de Armas”, de forma quadrangular, com a cidade se desenvolvendo à sua volta (fig.11) e que no conjunto demonstrava o poder espanhol na colônia.

É assim, como reflexo desse código de leis, conhecido como “Leyes de Índias”, que vamos encontrar cidades como Santiago de Leon de Caracas, Buenos Aires (fig.12) ou ainda Santiago de Cuba.

Por outro lado, Portugal, em suas “Ordenações do Reino”, demonstra uma quase total despreocupação com o assunto dentro de suas fronteiras, tratando o problema da criação de vilas e cidades, tanto no Brasil como nas colônias da África e da Ásia, da mesma forma como elaborava aquelas situadas em território metropolitano.

Segundo Paulo Santos,

<sup>149</sup> AZEVEDO, A. de. op. cit. p. 27. (nota)

<sup>150</sup> LUIS, W. op. cit. p. 87.

*a diferença de método do Urbanismo Colonial português em relação ao espanhol começa pela legislação. Ao passo que esses últimos possuíam - já vimos -, um código legislativo de âmbito geral para ser observado pelos povoadores, os primeiros limitavam a sua legislação ao que se continha nas Ordenações do Reino, que cuidavam antes dos Edifícios e Servidões como limitação ao direito de propriedade do que de como actuar para fundar cidades.<sup>151</sup>*

A fundação de cidades no Brasil era considerada como sendo “cada caso um caso”, ou seja, existiam, para cada cidade ou vila a ser implantada, especificidades que deveriam ser respeitadas e trabalhadas de forma individual. Entretanto, as Cartas Régias iam, com o tempo, definindo preceitos que acabaram por se constituir em um corpo de doutrina.

Murillo Marx, ao estudar esse assunto, observa que a falta de clareza ou mesmo de detalhamento com que as Cartas Régias se apresentavam ao definirem a implantação de uma nova vila ou cidade eram os maiores responsáveis pelos resultados que faziam com que se repetisse, em terras brasileiras, o que já se conhecia na metrópole, impondo uma grande semelhança entre os núcleos urbanos existentes em Portugal e no Brasil<sup>152</sup> e, de acordo com Paulo Santos, independente dos períodos por que passou a colonização brasileira, os núcleos implantados seguem quatro modelos característicos, que são aqueles de traçado inteiramente irregular, de traçado com relativa regularidade, traçados inicialmente irregulares, mas que passaram por processo de regularização, e traçados de perfeita regularidade,<sup>153</sup> estando os dois últimos ligados à participação profissional dos engenheiros militares, que aqui vinham, com maior ou menor freqüência, dependendo do período. Os dois primeiros grupos correspondem aos núcleos surgidos sem participação oficial, estando representadas aí as aglomerações implantadas pelos primeiros colonizadores, assim como aquelas surgidas durante o período minerador, quando a velocidade da ocupação espacial não deixava tempo para planejamentos.

No geral, as Ordenações portuguesas não interferiam na definição do traçado, mas traziam, em alguns casos, importantes elementos organizadores. Núcleos como Salvador e Rio de Janeiro (fig.13) apresentam uma certa regularidade em seu traçado, o que se atribui à participação de engenheiros militares no quando de sua implantação dos aldeamentos indígenas e das colônias militares. (fig. 14)

Apesar disso, o sentido do provisório e do fugaz com que os colonos encaravam o território revelava-se na forma como encaravam os núcleos urbanos aí existentes. Sendo a economia eminentemente agrária, fica fácil também observar que o principal da vida dessa população se encontrava não nas cidades, mas no meio rural, nas fazendas e nos engenhos, fazendo com que os núcleos e as casas urbanas permanecessem desabitados durante grande parte do ano, levando as cidades a terem vida ativa quase que apenas durante os períodos de festa religiosa e de comercialização das safras, quando chegavam navios da Europa, com grandes carregamentos de produtos supérfluos.

Após o período inicial de ocupação, representado pelas primeiras décadas, a urbanização colonial brasileira passa basicamente por três etapas de

<sup>151</sup> SANTOS, P. F. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Coimbra, 1968. p. 38.

<sup>152</sup> MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Edusp, 1991. p. 12.

<sup>153</sup> SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 50.

evolução, que correspondem ao período Filipino (1580-1640), o da Restauração Portuguesa (1640-1700) e o do Urbanismo Minerador (1700-1750).

### 2.2.1. O Período Filipino

Com a morte de D. Sebastião, em 1578, sobe ao trono português seu tio, o Cardeal D. Henrique, e, não havendo mais descendentes legítimos, termina no cardeal a mais importante dinastia da história portuguesa, a dinastia de Avis. Com a morte do Cardeal, Felipe II, rei da Espanha, vê a possibilidade de realizar um de seus mais caros projetos de governo, que é a chamada “União Peninsular”, incorporando Portugal aos seus domínios em uma união que se estenderá por todo o seu reinado e ainda pelos de Felipe III e parte do de Felipe IV e terminando 60 anos depois com a Revolução Restauradora, que colocou no trono português D. João, Duque de Bragança, o futuro rei D. João IV.<sup>154</sup>

Como consequência da união entre Portugal e Espanha sob uma mesma Coroa, duas questões se apresentaram como fundamentais. Por um lado, a adoção no Brasil das determinações Filipinas, tanto na arquitetura quanto nas questões urbanas e, por outro, o favorecimento de uma certa movimentação dentro do território, da qual saiu lucrando o Brasil, com relação ao que seriam suas futuras fronteiras.

No que se refere à implantação, em território brasileiro, de núcleos urbanos com traçado baseado na legislação espanhola, o que se tem é uma modificação quase radical na forma como os aglomerados eram tratados pelos portugueses até então.

As *Ordenanças de Descobrimento e Povoação*, assinadas por Felipe II em 1573, foram organizadas tendo como base tanto a legislação como as experiências anteriormente desenvolvidas em território metropolitano espanhol, em especial durante os governos de Carlos II e Carlos V. A elas foram acrescentadas as experiências realizadas nas colônias, além de tratados teóricos desenvolvidos principalmente na Itália durante os cem anos que antecederam sua publicação. Entretanto, estão as ordenanças organizadas de tal maneira e apresentando um panorama tão completo e original, tanto no que se refere à forma e ao desenho da cidade quanto na maneira como estão aí inseridos os principais elementos urbanos, que o mais provável é que tenham existido outras influências que, por um motivo ou outro, não foram ainda detectadas.<sup>155</sup>

Hardoy localiza ainda as influências de Vitruvius, que aparecem em alguns momentos de forma bem direta, enquanto em outros se apresentam indiretamente, nas contribuições daqueles teóricos que se utilizam de seus ensinamentos, como Alberti, Averlino e mesmo Filarete, Palladio e Vignola.

De um total de 148 ordenanças, apenas as compreendidas entre os números 32 e 42 se ocupam da elaboração de uma síntese de legislação urbana. Aquelas situadas entre os números 111 e 130 desenvolvem temas relacionados à forma das cidades, o traçado da Praça Maior e das secundárias, além da implantação dos principais edifícios na malha urbana. Também as de número 133, 134 e 135 relacionam-se ao urbano, ocupando-se do desenho e da disposição conjunta das residências. As demais tratam desde as vantagens

<sup>154</sup> HOLANDA, S. B. de. op. cit. v. 1, p. 176.

<sup>155</sup> HARDOY, J. op. cit. p. 96.

concedidas aos descobridores até a forma de se relacionar e catequisar os índios.

Ainda de acordo com os estudos de Hardoy, as ordenanças de número 111 a 115 são exatamente as que apresentam claramente as influências de Vitruvius, tratando diretamente sobre a escolha do terreno para a implantação de novos núcleos, a locação e o dimensionamento das praças e a orientação das vias principais. Também Alberti e Paládio têm suas teorias urbanas identificadas nesse grupo de ordenanças, nas questões relacionadas a largura e direcionamento das vias e praças menores.<sup>156</sup>

E mesmo que tais influências sejam detectadas por vários estudiosos, Morris não vê ligação alguma entre o traçado das cidades espanholas da América e as teorias desenvolvidas anteriormente pelos urbanistas acima citados. Segundo esse autor, o traçado reticulado empregado pelos espanhóis em território americano representava nada mais que uma questão de oportunidade e conveniência, e a relação entre o traçado das cidades e tais teorias teria a finalidade única de dar uma justificativa intelectual à retícula.<sup>157</sup>

No entanto, é importante observar que, se por um lado Morris nega a influência dos grandes teóricos, seu trabalho não procura aprofundar tal assunto, ao passo que aqueles que defendem essas influências, e entre eles Hardoy, procuram mostrar os claros caminhos percorridos por aqueles que direta ou indiretamente colaboraram na elaboração da legislação filipina.

Com base nessa estruturação teórica, a organização espacial que a Coroa espanhola escolhe, ou antes define, para a implantação de suas cidades na colônia americana não acontece por acaso. É antes uma relação dialética bastante clara, que reflete todos os aspectos da dominação hispânica. Quando os espanhóis fundavam uma cidade na América, seguiam à risca as minuciosas prescrições do Conselho das Índias.

Os planos eram traçados segundo um modelo geométrico, apresentando inicialmente uma praça central, a Praça Maior ou Praça de Armas, um conjunto de praças secundárias, definidas segundo interesses predeterminados, e um conjunto de ruas dispostas em xadrez, que delimitavam as quadras residenciais.<sup>158</sup> Em seguida os espaços urbanos eram divididos entre os diversos habitantes, delimitavam-se áreas para os principais edifícios e ordens religiosas. Tal organização era um reflexo claro da força e dos valores característicos do Império. Levava-se em conta, no dimensionamento dos espaços, que a praça principal deveria ter seu tamanho proporcional ao número de habitantes da cidade, considerando aí também a possibilidade futura de crescimento, posto que esse era um dos seus principais objetivos.

Representam assim, essas Ordenanças, a primeira tentativa ou o primeiro esforço no sentido de se estabelecer uma legislação ampla e completa sobre a fundação e a administração de cidades pela Coroa espanhola. Estão incluídos nessa legislação desde os privilégios a serem oferecidos aos descobridores até as formas de pacificação e relacionamento com os índios submetidos. Com relação às cidades, discutem desde as formas como serão implantadas até as medidas e as formas a serem dadas tanto às praças maiores

---

<sup>156</sup> HARDOY, J. op. cit. 96-101.

<sup>157</sup> MORRIS, A. E. J. op. cit. p. 376.

<sup>158</sup> BAUDOT, G. op. cit. p. 253.

como às secundárias, além de definirem a localização de igrejas e de edifícios públicos.<sup>159</sup>

Vai ser com base nos aspectos administrativos dessa legislação que a proposta política espanhola em relação ao Brasil consistirá, em um primeiro momento, em não modificar em nada as relações já existentes entre a metrópole portuguesa e sua colônia. Nenhuma autoridade portuguesa foi substituída, havendo mesmo o incentivo para que permanecessem nos cargos públicos os portugueses que neles já se encontrassem. Era objetivo espanhol considerar Portugal não como um país conquistado mas como um território pertencente à Coroa espanhola, mesmo que, em relação às terras americanas ficasse bem clara a repartição que fazia crer ser aí espanhol o que era espanhol e português o que já de longa data era português.<sup>160</sup>

Apesar do interesse espanhol em manter essa diferenciação, a principal característica desse período para a ocupação territorial brasileira vai ser a elaboração de uma política coordenada entre o Brasil e as colônias da Espanha. Como consequência, a ocupação do território passa a ser orientada segundo três movimentos básicos. O primeiro vem no sentido de garantir uma ocupação otimizada da região norte, garantindo um controle em relação à penetração pelo Amazonas, o que de certa forma promovia um serviço de retaguarda espanhola, evitando o contrabando e a ocupação dessa região por outras nações européias.

O segundo movimento de ocupação diz respeito à situação externa da colônia. Portugal era aliado da Holanda, inimiga política da Espanha. Em consequência, estabelece-se uma relação de inimizade também entre os dois, passando a Holanda a atacar as feitorias portuguesas da África, impedindo o abastecimento de mão-de-obra escrava para os engenhos nordestinos. Posteriormente, os ataques passam a ser dirigidos diretamente ao território brasileiro, no sentido de tentar impedir o desenvolvimento da indústria açucareira.

Como consequência desse segundo movimento, surge então um terceiro. A falta de escravos africanos proporciona aos paulistas a organização de expedições que circulam pelo interior da colônia em busca de um outro tipo de mão -de-obra, o escravo índio, para os serviços dos engenhos nordestinos. Em princípio, o objetivo principal dessas expedições era os aldeamentos jesuítas em território espanhol, e se por um lado a união das coroas facilitou o controle espanhol no litoral brasileiro, por outro, o interior ficou fora do controle do poder e inteiramente nas mãos dos bandeirantes, o que de certa forma vai interferir, ou definir, os limites entre as colônias portuguesa e espanhola, no momento seguinte.

Os núcleos urbanos remanescentes do primeiro século apresentam uma característica bem peculiar, que é a localização, geralmente no alto de uma colina, demonstrando a clara preocupação com a defesa. Salvador, primeira cidade brasileira e única a ser implantada como tal sem passar pelas condições de povoado ou vila, recebeu previamente um projeto elaborado em Portugal por um engenheiro militar, o que faz com que se apresente com uma tendência ao traçado renascentista. De um modo geral, vários outros núcleos vão seguir o mesmo padrão de organização espacial, como foi o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro.

---

<sup>159</sup> HARDOY, J. op. cit. p. 98.

<sup>160</sup> HOLANDA, S. B. de. op. cit. v. 1, p. 180.

Por outro lado, centros como São Luiz e Belém (fig.15), implantados durante o período Filipino, apresentam-se com uma conformação bastante diferenciada, sendo organizados com base em um traçado inicial em grelha, de acordo com o modelo tradicionalmente implantado pelos espanhóis em suas colônias e, apesar de apresentarem um traçado bem mais regular que o das cidades do período anterior, essa regularidade está ainda longe de poder ser considerada completa. Entretanto, em qualquer dos casos, nas cidades brasileiras de traçado regular, o crescimento, a partir do momento em que extrapola o limite planejado, acontece de forma bastante conhecida dos portugueses, e a situação cidade alta-cidade baixa encontrada em Salvador (fig.16) pode ser observada também na portuguesa cidade do Porto.

O que pode ser considerado como o grande avanço desse período vai ser a presença de arquitetos e de engenheiros militares acompanhando as iniciativas governamentais, promovendo melhores condições e padrões de qualidade nos núcleos urbanos. Vários desses profissionais tiveram seus nomes ligados a importantes obras desenvolvidas em diferentes regiões da colônia espanhola. Segundo Nestor Goulart, a presença de tais profissionais em atividade no Brasil não significa necessariamente que se encontre aqui as soluções monumentais tão freqüentemente implantadas na América espanhola. Segundo esse autor, os sistemas urbanísticos portugueses foram sempre completamente diferentes daqueles desenvolvidos pelos espanhóis em suas colônias americanas. Diferentes não só no que se refere ao traçado, mas também em relação ao dimensionamento e mesmo à própria forma de estruturar a arquitetura urbana, que era executada com base em normas e medidas diferenciadas, quando não inversas,<sup>161</sup> o que leva à implantação de soluções distintas, baseadas em elementos próprios da cultura lusa.

Aqui é bom observar que, mesmo considerando a presença de tais profissionais como um grande avanço representativo desse período, não se trata de uma novidade para as colônias portuguesas, pois o próprio Nestor Goulart afirma que,

*a partir de 1549, a Coroa envia para o Brasil alguns engenheiros, colocando-os a serviço dos governos regionais e destinando-os sobretudo ao atendimento das necessidades das cidades reais. Sua presença é bem indicativa da importância dos mesmos engenheiros e centros regionais nos mecanismos de controle que a Metrópole cuida de estabelecer; uns, os centros, no controle político geral, e outros, os engenheiros, no controle das transformações da organização espacial,<sup>162</sup>*

mostrando ainda que tal preocupação por parte da Coroa portuguesa é anterior mesmo ao descobrimento do Brasil, com a presença desses profissionais nas colônias da África e da Ásia, sendo o número de engenheiros em uma determinada região considerado como o responsável pelo desenvolvimento das técnicas construtivas e de organização do espaço urbano aí encontrados.

Com relação à arquitetura, ainda segundo Nestor Goulart, o período espanhol foi caracterizado por um esforço em substituir construções simples do período anterior por outras de melhor qualidade e feitura, principalmente no que se refere a materiais construtivos, com a substituição do barro pela pedra. As

<sup>161</sup> REIS FILHO, N. G. La ciudad barroca: analisis regionales - 1573/1750. In: CERRILLOS, M. L. **Historia urbana de iberoamerica**. Madrid: Testimonio, 1990. p. 530.

<sup>162</sup> REIS FILHO, N. G. **Evolução ...** p. 70.

características dos edifícios religiosos e públicos estão próximas do renascentista, porém com extrema simplicidade. Não havia, por parte da Coroa portuguesa, interesse em investir nos edifícios ou mesmo nas cidades. O interesse estava no campo, e é aí que estava a preocupação em investir.<sup>163</sup> Entretanto, se levarmos em consideração o traçado dos núcleos implantados durante esse período, é possível observar uma considerável diferença em relação ao período anterior. Cidades como Taubaté e Parati, estabelecidas já com uma certa regularidade, representam a preocupação oficial com os padrões de organização espacial, além de tentar garantir melhores condições de qualidade urbana.

Um dos centros urbanos brasileiros que melhor representa o período filipino é o de São Luís, (fig.17) fortificação francesa implantada em 1612 por Daniel de La Touche e reconquistada pelos portugueses em 1616. Encarregado da organização espacial do novo centro urbano, Francisco Frias de Mesquita procurou adaptar o núcleo preexistente às exigências definidas pelas Leis das Índias, conforme ordens de Madri, dando a São Luís características próximas do desenho renascentista, que tão fortemente marca aquele código espanhol. É com base nessa legislação que a cidade passa a apresentar o traçado ortogonal na organização do seu arruamento, o que serviu também de diretriz para a definição da malha de expansão do núcleo urbano. Também aí está a base da definição de um conjunto de ruas com largura constante, independente de sua classificação como via principal ou secundária, além da orientação com base nos pontos cardeais,<sup>164</sup> fazendo, no entanto, algumas modificações, em que o código era esquecido em função de atender algumas determinantes já implantadas desde os tempos dos franceses, como é o caso do centro cívico, estabelecido não em quadra, como define a legislação espanhola, mas na forma de largo, junto ao forte de São Luís, onde foi levantada a primeira cruz, pelos padres franceses. Sem muralhas ou fossos que dessem proteção ou mesmo um limite mais consistente ao núcleo, Silva Filho observa que a região a leste do convento do Carmo apresenta-se como uma provável expansão em relação à parte da cidade traçada por Frias, perdendo a regularidade definida pela Ordenação Filipina. Entretanto, as fundações brasileiras desse período, mesmo apresentando uma inegável regularidade, raramente apresentam o conhecido e característico traçado em xadrez desenvolvido com tanta rigidez pelos espanhóis.

Longe de ser uma característica portuguesa, a desordenação do traçado de cidades originadas com base nas Ordenações Filipinas é uma constante em praticamente todo o continente ibero-americano, onde o fato visto em São Luís pode ser também observado em várias outras importantes cidades da colônia espanhola. Na cidade do México, traçada por Alonso Garcia Bravo sobre as ruínas da capital indígena, Baudot observa que, em decorrência da doação de terrenos a ordens religiosas, o traçado da cidade perde por completo sua característica regular quando se torna necessário o uso de terrenos situados além dos limites dos conventos,<sup>165</sup> demonstrando, no caso português e no espanhol, que a participação popular, eliminada a interferência oficial, comparece com toda a sua carga de heranças medievais, implantando um traçado no mais das vezes de uma irregularidade marcante.

<sup>163</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p. 532.

<sup>164</sup> SILVA FILHO, O. P. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. São Paulo: Efecê Editora, 1986. p. 18/19.

<sup>165</sup> BAUDOT, G. op. cit. p. 262.

Entretanto, essa irregularidade não chega a interferir na conservação e na preservação, ao longo do tempo, do traçado inicial, como é o caso de São Luís, que mantém a regularidade do seu traçado até os dias atuais e onde, segundo Silva Filho, mesmo as construções executadas no decorrer do século XIX no núcleo central da cidade obedeciam a uma rigorosa simetria em suas fachadas e mesmo em sua implantação dentro do terreno, mantendo, assim, o constante alinhamento das vias.<sup>166</sup>

Durante o período filipino, cerca de 16 novos núcleos foram implantados em território brasileiro, contra onze do período anterior, estando divididos entre os de interesse espanhol, situados principalmente nas regiões norte e nordeste, e os considerados como sendo “boca de sertão”, como Mogi das Cruzes e Santana do Paraíba, utilizados como apoio pelos bandeirantes paulistas em suas incursões pelo interior do continente.

Considerados como detentores de uma certa liberdade em relação à política do litoral, e conseqüentemente da metrópole, esses paulistas do sertão apresentavam uma arquitetura de cunho rural, desenvolvida com características próprias, divorciada daquela litorânea, e obedecendo a um programa rígido em relação às suas necessidades, mas ao mesmo tempo mais livre, se comparada à residência rural implantada em outras regiões da colônia. Essas liberdade e independência aparecem também na organização dos núcleos aí implantados, que surgem sem qualquer interferência quer do poder português quer do espanhol, obedecendo unicamente aos interesses e às necessidades dessa população planáltina.

Tal situação, iniciada na década de trinta do século XVI, só apresentará modificações significativas por volta do ano 1700, com o início da mineração nas Gerais e do movimento denominado “torna viagem”, quando os paulistas, voltando com o ouro das regiões mineradoras, instalam-se de preferência nos núcleos urbanos do interior paulista.

### 2.2.2. A Restauração Portuguesa

Coroado D. João IV, novo rei de Portugal, novos interesses e novas formas de ocupação vão caracterizar a colonização portuguesa no Brasil, passando os interesses coloniais a serem não mais o apoio e retaguarda das possessões espanholas, mas sim a afirmação territorial das fronteiras e a ocupação do interior, já agora bastante conhecido, em decorrência dos trabalhos desenvolvidos pelos bandeirantes paulistas que durante muito tempo ocuparam-se do apresamento de índios para o serviço escravo dos engenhos de açúcar do litoral. Cabia, nesse momento, ao novo governo português, a consolidação da nova política, além da implantação de uma relação mais direta com os administradores públicos estabelecidos no Brasil.

Durante os momentos iniciais de estabelecimento do novo regime, dois fatos de fundamental importância vão ocorrer. Em decorrência da necessidade do poder metropolitano de manter esse relacionamento com a administração colonial, foi criado, em 1643, o Conselho Ultramarino, que passa, segundo Buarque de Holanda, a centralizar as relações entre a metrópole e suas colônias, indo, no caso brasileiro, interferir de forma direta tanto nas questões

<sup>166</sup> SILVA FILHO, O.P. op. cit. p. 24.



políticas quanto nas administrativas.<sup>167</sup> E aqui é bom observar que o primeiro presidente do referido conselho foi o Marquês de Montalvão, o mesmo que, em 1640, no momento da coroação de D. João IV, atuava como capitão-geral e vice-rei do Brasil, instalado na Bahia, sendo um dos seus principais conselheiros Salvador Correia, considerado um dos maiores proprietários de terras e de escravos do Brasil. Ao mesmo tempo em que essa nova relação política se processava, a Igreja, através da Companhia de Jesus, procurava impedir a continuidade da escravização do índio, inclusive sob a pena de excomunhão, no que era respaldada por um breve do papa Urbano VIII, além de contar com o apoio de pessoas influentes, ligadas ao poder tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro. Reação mais forte a essa posição da Igreja ocorreu principalmente entre os habitantes do planalto de Piratininga, que tinham no apresamento sua atividade econômica mais rentável.

Com a restauração da Coroa portuguesa, o Brasil passou a ser visto de uma forma diferente. Ele é agora a principal fonte de renda de que dispõe a metrópole, o que faz com que haja uma preocupação maior no que se refere às formas de exploração, e de ocupação do território brasileiro. O novo governo provoca, com base nas novas formas de exploração colonial, a transferência para o Brasil de grupos que até aquele momento estiveram diretamente vinculados ao mercado urbano da metrópole, beneficiando-se, através de trocas, do mercado de produtos rurais brasileiros.

A expulsão dos holandeses das costas brasileiras, ocorrida durante os primeiros anos do governo de D. João IV, provocou o estabelecimento, por parte desses, de um forte império açucareiro nas Antilhas, com uma produção que ao longo do tempo veio a se transformar em forte concorrente ao açúcar brasileiro, por ser bem mais elaborado e barato para o mercado europeu, principalmente pela maior proximidade, assim como pela maior vinculação aos interesses comerciais flamencos.<sup>168</sup>

Essa queda na comercialização do açúcar brasileiro no mercado europeu não significou, no entanto, um colapso na economia colonial, como pode parecer a muitos. As perspectivas de um crescimento com base no desenvolvimento de uma agricultura de exportação cede lugar à busca de novas formas econômicas, tendo em vista o fato de que, a longo ou médio prazo, o açúcar não mais responderia como antes às expectativas do lucro até então conhecido.

Baseado nos modelos de controle de produção dos holandeses, foi criada, no Brasil, em 1649, a Companhia Geral do Comércio, como uma das primeiras providências tomadas pelo padre Antonio Vieira, já atuando como conselheiro do rei. Essa Companhia tinha por finalidade, em regime monopolista, controlar todo o comércio de importação e de exportação da colônia. Se por um lado a criação da companhia trouxe benefícios, controlando a expansão comercial, por outro, através da eliminação de parte considerável do lucro dos proprietários rurais e pela cobrança de novos impostos, criou sérios problemas com os senhores de engenho que, endividados, eram constantemente pressionados pelos comerciantes portugueses ligados à companhia, o que de certa forma provocou sérios enfrentamentos ao longo do tempo, principalmente em fins do século XVII e início do XVIII.

<sup>167</sup> HOLANDA, S. B. de. op. cit. v. 2, p. 14

<sup>168</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p.534.

A centralização política passa, então, a influir na centralização econômica, que vai assim acontecer em larga escala, principalmente através do comércio que, pela nova legislação, deve ser exercido exclusivamente, e com privilégios de todas as ordens, pelos portugueses, com sérios prejuízos para os brasileiros, tanto aos ligados à produção quanto àqueles dedicados ao comércio local. E vai ser a partir desse período, como conseqüência do crescimento das disputas econômicas, que começarão a surgir, entre os colonos mais antigos ligados à economia local, as primeiras manifestações de consciência nacionalista, com o reconhecimento de sua condição de brasileiros, e não mais como acontecia anteriormente, quando se definiam simplesmente como portugueses do Brasil.

Esse desapego com que o colonizador tratava o território é considerado por muitos autores como o principal responsável pelo que consideram como sendo o desleixo com que é tratada a urbanização brasileira dos primeiros séculos. Entretanto, Paulo Santos, ao criticar a posição dos que assim pensam, afirma serem as características desse “aparente desleixo”, o cunho inequívoco da influência metropolitana, onde, guardadas as características regionais, o que se tem, é a implantação de cidades eminentemente portuguesas em nosso território, da mesma forma como essas mesmas cidades portuguesas podem ser encontradas nas colônias da Ásia e da África,<sup>169</sup> onde a associação do traçado das cidades com o comportamento e a ambição dos primeiros colonos, mesmo não havendo, da parte desses, o interesse em se fixar em território colonial, a implantação dos núcleos urbanos atendia a interesses bem mais amplos, não dependendo, portanto, da vontade ou da opinião daqueles que aqui se estabeleciam, não esquecendo ainda que, de acordo com Emanuel Araújo, o elemento principal de estruturação da vida urbana na Colônia não está nas cidades, mas disperso pelo interior, nos centros de trabalho distribuídos pelos engenhos e fazendas de criação.<sup>170</sup> Lima de Toledo chega a dizer, com relação à implantação dos núcleos coloniais, que em muitos casos não só o seu traçado reproduzia o encontrado em Portugal como também a designação das ruas,<sup>171</sup> e muitas vezes até a do própria núcleo, o que faz surgirem em território brasileiro novas “Alcobaças”, “Barcelos”, “Viçosas”, “Mossâmedes”, entre muitíssimas outras.

Isso, no entanto, não muda o objetivo principal do colono da primeira hora, que mesmo vivendo cercado da nomenclatura e das lembranças da mãe pátria, é lá que pensa viver, de preferência sendo visto como um vencedor, o que leva Emanuel Araújo a afirmar que por muito tempo os colonos encararam o Brasil como uma coisa provisória, como um local onde se podia com facilidade enriquecer para em seguida voltar para a metrópole e ter uma vida digna.<sup>172</sup>

A partir do início do período da Restauração, o controle centralizador exercido pela Coroa, associado à crise por que passa a economia açucareira, vai gerar um novo movimento interno na colônia, em que, além do já citado sentimento de brasilidade surgido nesse período, acontece também o fato de uma considerável parte da população abandonar as regiões tradicionalmente produtoras para se instalar com novas unidades agrícolas, também monocultoras, em locais distantes e fora do controle oficial. Segundo Nestor Goulart, essa

<sup>169</sup> SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 5.

<sup>170</sup> ARAUJO, E. **O teatro dos vícios**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993. p. 37.

<sup>171</sup> TOLEDO, B. L. de. op. cit. p. 103.

<sup>172</sup> ARAUJO, E. op. cit. p. 31-32.

dispersão vai provocar, por parte da administração metropolitana, uma reação no sentido de cobrar do governo colonial a organização dessa população dispersa, criando novos núcleos de onde se pudesse, de forma mais sistemática, exercer novamente o controle de toda a colônia. Ainda segundo esse autor, uma parte significativa dos núcleos surgidos nesse período tiveram sua origem baseada nessas orientações reais, além desse novo direcionamento político ter levado à incorporação progressiva das antigas capitâneas ao domínio da Coroa, assim como, a partir também de uma progressiva redução do poder municipal, as cidades passaram a se apresentar como simples instâncias da administração central, perdendo por completo sua autonomia.<sup>173</sup> E aqui é bom observar que, de acordo com os estudos de Aroldo de Azevedo, esse período produziu mais aglomerados urbanos que qualquer outro anterior (fig.18), com o surgimento de 24 novas vilas.<sup>174</sup>

Temos, com isso, uma política territorial com novas características de organização, baseada não somente nas conseqüências da crise do açúcar mas também na necessidade de reformulação e de redefinição das fronteiras com a Espanha, pois as mudanças políticas e econômicas portuguesas levam a uma preocupação maior com a ocupação dos vazios territoriais, não importando aí se as terras ocupadas eram realmente portuguesas ou se eram espanholas. Com base em novas necessidades econômicas, e levando em consideração a interferência da Igreja no que se refere ao aprisionamento de índios, é incrementado o incentivo à formação de bandeiras, que passam agora a atuar com finalidade mineradora, ao mesmo tempo que, na Bahia, os criadores de gado da região do São Francisco começam a se interiorizar, buscando novas pastagens e novas fronteiras. Nas cidades, as exigências administrativas e a permanências de tropas regulares levam à criação de populações fixas, o que de certa forma vai mudar tanto as relações de trabalho aí existentes como até mesmo a já secular relação cidade-campo, característica dos períodos anteriores à ocupação territorial. Por outro lado, a centralização da atividade comercial e a implantação da Companhia Geral do Comércio transformaram várias cidades do litoral em entrepostos, mudando assim toda a sua estrutura interna, além de modificar também as relações humanas e de trabalho aí exercidas.

Outra mudança de fundamental importância vai ser a própria estruturação interna dessas cidades, com o surgimento de bairros organizados a partir dos interesses específicos de seus moradores, aglutinando cada um deles uma população vinculada a uma determinada atividade econômica, como os comerciantes, os proprietários rurais, os artesãos e os prestadores de serviços, entre outros.

Tanto as modificações de ordem administrativa acontecidas nesse período quanto aquelas promovidas pela própria população, ao darem à cidade uma feição diferenciada, vão promover alterações significativas nos padrões urbanos conhecidos até então, imprimindo às cidades e aos seus principais edifícios um caráter de certa forma monumental. De acordo com Reis Filho, uma série de obras tem início, em Salvador, com a finalidade única de marcar, nessa cidade, a presença do Governo Geral, implantando na chamada Praça da Cidade, um conjunto de edifícios que ainda hoje desperta atenção.<sup>175</sup> Em menor escala, esses edifícios foram, em muitos casos, copiados para representar o

<sup>173</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p. 535.

<sup>174</sup> AZEVEDO, A. de. op. cit. p. 36-37

<sup>175</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p. 536.

poder administrativo em outros núcleos, tanto no interior da Bahia com em outras regiões, notadamente em Pernambuco, Rio de Janeiro e no litoral paulista, onde tal modelo de arquitetura aparece também na cidade de Santos.

De acordo com Paulo Santos, os mestres-de-obras do período colonial possuíam suficiente experiência no trato com o modelo irregular de nossas cidades, conseguindo criar situações curiosas, tirando partido e valorizando, através dessa irregularidade, determinados ângulos dos edifícios, o que, com outros modelos de traçado, não seria possível conseguir.<sup>176</sup> Isso é complementado por Reis Filho quando diz que a forma como algumas igrejas e capelas estavam dispostas na paisagem urbana permitia a associação da convergência de perspectiva das ruas com a posição topográfica do local onde esses edifícios eram implantados, dando-lhes um destaque visual impossível de ser observado quando as ruas estavam implantadas em paralelo às linhas laterais do edifício, ou mesmo quando esse se encontrava inserido parede-meia com as demais edificações, no meio da quadra. Se houve alguma preocupação com a aparência das ruas e das praças dos centros maiores em fins do século XVII, isso vai ser uma decorrência direta da importância crescente com que esses centros passavam a ser vistos, além de serem agora suas ruas entendidas como locais de permanência de uma parcela significativa e sempre crescente da população.<sup>177</sup>

Com isso é possível perceber a caracterização dessa pretendida monumentalidade não só através das dimensões impressas aos edifícios mas também através do trabalho dos profissionais da construção e até mesmo do uso da legislação, que em determinadas cidades proibia modificações nas fachadas dos edifícios quando ameaçassem perturbar o alinhamento das ruas ou mesmo a composição de conjunto das construções. Vai ser também com legislação pertinente que as Câmaras de várias cidades começarão a controlar o surgimento de novas ruas e construções, impondo regras tanto no que tange ao alinhamento do edifício em relação à rua quanto no que diz respeito à tipologia das edificações e ao aproveitamento do terreno.

Ainda em relação ao espaço urbano, um dos principais cuidados observados vai ser a crescente preocupação, por parte da Câmara, com o alinhamento dos edifícios ao longo das principais vias e como o calçamento com pedras de algumas ruas e praças. Em Salvador, chega a ser criado um imposto sobre a matança de gado no matadouro público, para investimento de recursos em obras que a cidade necessita, estando entre elas o calçamento e a conservação de ruas e fontes e como também do próprio matadouro. Esses melhoramentos, praticamente desconhecidos durante o período filipino, quando a preocupação com o espaço urbano surgiu como uma grande inovação no Brasil colonial, passam a ser vistos cada vez com maior preocupação por parte dos administradores, para quem, segundo Reis Filho, a disposição em se providenciar verbas fixas para garantir a continuidade dos serviços públicos fundamentais passa a ser uma constante.<sup>178</sup>

Entretanto, se a preocupação com a organização, a estruturação e a limpeza das cidades surge como uma questão de princípios para a administração pública do período da Restauração, isso não vai, em hipótese alguma, significar mudanças radicais na forma como tais questões são tratadas na colônia desde

<sup>176</sup> SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 7.

<sup>177</sup> REIS FILHO, N. G. **Evolução ...** p. 147.

<sup>178</sup> REIS FILHO, N. G. **Evolução ...** p. 140.

princípios do século XVI. A limpeza das ruas, se bem que já houvesse a isso referências no período Filipino, talvez por constar nas Ordenações espanholas, nunca fez parte das preocupações da população de nossas cidades coloniais. Inúmeras são as referências em Atas de Câmara, no período pós 1640, ameaçando inclusive com multas a quem sujasse ou permitisse que escravo de sua propriedade despejasse lixo nas ruas, becos e praças. Entretanto, inúmeros são os registros de doenças surgidas de forma tanto endêmica quanto epidêmica, cuja origem está constantemente relacionada à imundície lançada diariamente nas ruas.<sup>179</sup>

Se no período de união das coroas foram enviados ao Brasil os engenheiros militares, com o objetivo de projetar e acompanhar os melhoramentos exigidos pelas novas cidades, o período da Restauração vai representar o momento em que vão ser implantadas em território colonial as aulas militares, que tinham por objetivo preparar pessoal técnico para atender à demanda, já que o número de engenheiros enviados de Lisboa mostrava-se insuficiente para atendê-la. Com isso, tanto as construções oficiais quanto as religiosas tiveram oportunidade de passarem por reformas e reconstruções, o que era feito com o objetivo primordial de conseguir um apuro formal que, se não lhes conferia de imediato a desejada monumentalidade, permitia uma proximidade que, através do trabalho profissional dos novos engenheiros, facilmente seria alcançada.

No caso dos edifícios públicos, houve uma quase que total substituição por edificações mais ambiciosas. Tais modificações são associadas por Reis Filho ao fato de estar o governo interessado em aplicar planos mais agressivos de colonização, necessitando, assim, utilizar construções que demonstrassem, através de sua monumentalidade, a nova situação de poder e de dominação.<sup>180</sup>

Também as ordens religiosas foram influenciadas por essa monumentalidade, sendo que várias delas chegaram a demolir as antigas edificações de igrejas e conventos para, em seu lugar, levantar outras com caráter mais grandioso, chegando mesmo a utilizar influências barrocas.

Em decorrência, as modificações na estrutura econômica e a intensificação da vida urbana permitiram também que nesse momento parte da mão-de-obra escrava pudesse ser transferida para a construção civil, favorecendo o surgimento de uma nova tipologia de residência, baseada principalmente em uma considerável melhoria dos padrões construtivos que passa a caracterizar nas principais cidades, a habitação dos grandes proprietários.

### 2.2.3. O Urbanismo Minerador

A busca do interior do continente era já uma prática exercida pelos habitantes do planalto de Piratininga desde meados do século XVI, quando, percebendo a impropriedade do terreno vicentino para a produção de cana-de-açúcar, optou-se pelo apresamento do índio, que era vendido posteriormente para as fazendas açucareiras do nordeste como mão-de-obra escrava. Durante o período filipino, com os constantes ataques holandeses aos estabelecimentos

<sup>179</sup> ARAUJO, E. op. cit. p. 51.

<sup>180</sup> REIS FILHO, N. G. *Evolução ...* p. 163.

portugueses na África e a impossibilidade de vinda de escravos africanos para o trabalho nos engenhos, os empreendimentos paulistas pelo sertão foram intensificados, percorrendo esses desbravadores territórios tão diversos quanto as regiões compreendidas hoje pelo estado do Rio Grande do Sul, atingindo, no outro extremo, a região do rio Amazonas.

Durante o período da Restauração, com a queda do preço do açúcar brasileiro no mercado europeu, a economia lusitana dependia basicamente da exportação de sal, vinhos, pescados e azeite, além de frutas cítricas e drogas do Brasil. As importações superavam as disponibilidades financeiras do erário e a dívida externa tornava-se crônica. Passou, então, a Coroa, a incentivar a formação de empresas exploradoras com o objetivo de percorrer o interior, agora de fronteiras mais dilatadas, em busca de minerais preciosos, talvez como derradeira possibilidade econômica de manutenção do poder. A atuação dessas expedições exploradoras era facilitada principalmente em função de existir no interior do continente uma grande extensão de terra que, mesmo pertencendo à Coroa espanhola, estava completamente desabitada, o que favorecia a penetração e a exploração por parte dos portugueses, que aos poucos foram dilatando suas fronteiras, até que, em meados do século XVIII, os tratados de Madri, em 1750, e de El Pardo, em 1788, tentaram em definitivo demarcar, o que era América espanhola e o que era América portuguesa.

Desde a descoberta do Brasil e de sua colonização, o ouro sempre foi uma das grandes obsessões tanto dos governantes portugueses quanto dos colonizadores que aqui se estabeleceram. Segundo Suzy de Mello, durante os primeiros séculos de ocupação, era patente o ressentimento dos portugueses em relação à sua evidente falta de sorte em comparação à grande produção de ouro e prata conseguida pelos espanhóis em suas colônias americanas.<sup>181</sup> Isso fazia com que, em suas investidas pelo interior, as pesquisas minerais fossem uma constante e, mesmo que em pequenas quantidades, sempre traziam alguma partida do cobiçado metal.

De acordo com Silva e Sousa, teria Manoel Corrêa, em princípios do século XVII, em suas viagens à cata de índios na região dos Araés, levado para São Paulo certa quantidade de ouro, que foi doada para a confecção de uma coroa para a Senhora do Pilar da Matriz de Sorocaba, sua cidade.<sup>182</sup> A busca do índio para o trabalho escravo não elimina, no entanto, a preocupação com os descobrimentos que, constantes nos primeiros tempos, passaram a ser primordiais a partir da segunda metade do século XVII.

Segundo o padre Antonil, antes mesmo de ser descoberto em Minas Gerais, já era o ouro explorado e retirado em considerável quantidade em vários locais da Colônia, como Jaraguá e Parnaíba, no interior de São Paulo, além de Paranaguá e Curitiba, no atual estado do Paraná. Ainda segundo esse autor, também o ferro e a prata já haviam sido encontrados e extraídos em certa quantidade, no interior da Colônia, estando o primeiro concentrado em São Paulo e o segundo principalmente no Ceará, de onde os holandeses teriam extraído grande quantidade de metal de primeira qualidade.<sup>183</sup> Sendo assim, e levando-se em consideração a situação econômica por que passa a Coroa portuguesa, a única saída era o incentivo à interiorização e à exploração mais sistemática do

<sup>181</sup> MELLO, S. de. **O barroco mineiro**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 16.

<sup>182</sup> SILVA E SOUSA, L. A. **O descobrimento da capitania de Goyaz**. Goiânia: UFG, 1967. p. 7.

<sup>183</sup> ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 163.

território colonial, com ênfase no subsolo e nas prováveis riquezas minerais. Com base nisso, passa a existir um maior investimento na organização das bandeiras, com recomendações expressas para que procurassem as riquezas tão sonhadas,<sup>184</sup> o que veio a acontecer em fins do século XVII e início do XVIII, com o início da exploração em quantidades nunca imaginadas de ouro na região hoje compreendida pelo estado de Minas Gerais.

Esses descobrimentos, que ocorreram por volta de 1696, deram início às explorações de Ouro Preto, (fig.19) São João del Rey, Mariana e Sabará como principais pontos mineradores. Na lista dos centros de grande produção vinham à seguir Cuiabá, (fig.20) descoberta em 1718; Itajubá, em 1723; Rio das Contas, em 1724, e Vila Boa de Goiás, em 1726, seguidos pelo descobrimento de diamantes em 1730, em Diamantina; em 1744, em Paracatú, e finalmente, em 1747, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso.<sup>185</sup>

A descoberta do ouro vai provocar uma corrida de aventureiros sedentos de riqueza fácil à região das minas, ocorrendo aí o surgimento de uma forma diferente de ocupação espacial, até então desconhecida na colônia portuguesa da América.

Estando situados em locais às vezes distantes centenas de léguas uns dos outros, esses pontos de mineração contribuíram de maneira fundamental para a consolidação do que viriam a ser as fronteiras portuguesas estabelecidas nos tratados assinados com a Espanha em 1750 e 1788, além do estabelecimento de uma forma diferente de organização espacial urbana, que de uma forma ou de outra passa a representar o Brasil urbano, em oposição aos núcleos urbanos do Brasil rural dos séculos anteriores.

As opções de desenvolvimento econômico existentes até esse período proporcionavam o surgimento de núcleos urbanos que se apresentavam quase que exclusivamente como apoio à produção rural, com grande parte da população residindo junto aos locais de plantação ou mesmo de criação de gado, ficando as cidades na maior parte do tempo ocupadas por um número insignificante de pessoas, sendo que as mais populosas eram aquelas destinadas à administração ou a sediar corporações militares com função defensiva. Em função de ser a Europa, através da metrópole, o principal mercado consumidor dos produtos agrícolas brasileiros, os centros populacionais estavam estabelecidos preferencialmente no litoral, sendo que a ocupação do interior estava restrita praticamente ao planalto paulista, onde se entrincheiravam os bandeirantes quando não estavam embrenhados pelos sertões à cata de índios para o trabalho escravo.

As mudanças surgidas com a chegada do século XVIII e da economia baseada na mineração vão acontecer, assim, de forma radical. A região mineradora passa a interferir, também de forma radical, no processo de organização das regiões produtoras do litoral, principalmente na da canas-de-açúcar, no nordeste. Os novos valores alcançados no preço do escravo, determinados pela produção mineradora, interferem de maneira significativa na situação dos engenhos nordestinos. Além disso, a necessidade de abastecimento dessa vasta região, onde em hipótese alguma a mão-de-obra escrava poderia ser desviada dos veios para a produção de alimentos, favoreceu e incentivou o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em escala considerável, em outras regiões da colônia. De acordo com Reis Filho, as regiões do Rio de Janeiro e de

<sup>184</sup> MELLO, S. O **Barroco mineiro**. p. 19.

<sup>185</sup> REIS FILHO, N. G. **La ciudad ...** p. 538.

São Paulo foram beneficiadas por sua proximidade com as zonas mineradoras, para o comércio de sua produção de gêneros alimentícios, assim como as regiões mais ao sul de São Paulo foram as grandes fornecedoras de mulas para o transporte de alimentos e de produtos para as minas e de minério dessa região para o litoral.<sup>186</sup> Também em função da proximidade, lucraram os fazendeiros criadores de gado do vale do São Francisco, na Bahia, e a cidade de Belém, no Pará, que teve seu desenvolvimento estimulado pelo comércio com a região mineradora de Mato Grosso, cujo contato através de vias fluviais era mais vantajoso que o terrestre com São Paulo e Rio de Janeiro.

O processo minerador, pelo seu próprio caráter de organização, não comporta o estabelecimento da população de forma rural ou isolada. Assim, o seu desenvolvimento, baseado em uma forma de estruturação urbana completamente diferente da encontrada no período, faz com que o trabalho da mineração e o seu controle pelo estado, através da cobrança dos inúmeros impostos a ela associados, passem a exigir um tipo de organização no qual o agrupamento urbano vem a ser um elemento de fundamental importância. (fig.21) Temos, então, com o início da exploração do ouro em Minas Gerais, a instalação de uma população eminentemente urbana, que se opõe a uma outra, de cunho rural, existente nos períodos iniciais da ocupação territorial brasileira.

Segundo Antonil, o início da ocupação dos territórios mineradores ocorreu em função das repartições, que aconteciam de acordo com critérios preestabelecidos. Em cada local onde o ouro era descoberto, eram separadas três áreas, chamadas “datas inteiras”, medindo 30 braças em quadra cada uma, sendo a primeira pertencente ao descobridor, a segunda ao rei e a terceira ao guarda-mor. As demais repartições eram divididas entre os interessados na exploração do ouro em função do número de escravos que apresentassem para o trabalho, ficando estipulada uma área de duas braças em quadra para cada escravo apresentado, o que equivale a dizer que o minerador que apresentasse para o trabalho um lote de quinze escravos teria direito a uma data inteira.<sup>187</sup> A área reservada ao rei era vendida a quem mais oferecesse e era dado ao minerador o direito de venda ou permuta de suas datas quando bem resolvesse, não havendo qualquer interferência por parte da administração das minas.

Em decorrência da forma como os pontos de mineração se organizavam, com cada minerador estabelecendo-se com seus lotes de escravos junto às catas, entrincheirando-se junto ao próprio local do trabalho, e segundo Sylvio de Vasconcellos, aproveitando muitas das vezes as próprias bocas das minas como abrigo,<sup>188</sup> não houve dificuldade alguma na formação dos primeiros povoados, que se estabeleceram tendo como referências principais a estrada, que geralmente margeava os cursos d’água, e a capela, construída e ocupada de forma democrática e coletiva, onde era mantido um tosco oratório de viagem, trazido no mais das vezes pelos descobridores e ali colocado para a proteção comum de todo o grupo.

Aqui é bom observar que esse uso democrático das capelas vai ser uma característica encontrada apenas nos primeiros momentos da ocupação, pois à medida que a população sente necessidade de se estabelecer em definitivo, o surgimento das irmandades e confrarias passa a determinar a segregação racial e social, com cada grupo se reunindo em torno de uma

<sup>186</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p. 538.

<sup>187</sup> ANTONIL, A. J. op. cit. p. 169.

<sup>188</sup> VASCONCELLOS, S. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 16.



organização específica, com sua estrutura de apoio religioso e social, e principalmente sua capela, que passa a ser de uso exclusivo.

Com relação à ocupação do solo, se em um primeiro momento o abrigo e o estabelecimento dos primeiros descobridores não se apresentou como problema, a urbanização da região mineradora passa a ser efetiva à medida que a corrida de aventureiros em busca do ouro, fácil nesse primeiro estágio, se torna uma constante, fazendo com que a distribuição e a ocupação de áreas urbanas passe a ter um caráter mais definitivo a partir dos primeiros sinais de estabilidade da economia.<sup>189</sup>

Os primeiros núcleos implantados junto aos pontos de mineração recebiam o nome de “arraial” e, segundo Suzy de Mello, eram estabelecidos a curta distância uns dos outros, estando, na maioria das vezes, separados por densas matas e tendo como ponto comum a proximidade ou mesmo a ligação direta com o caminho geral, a estrada que, fazendo a ligação entre eles, promovia o abastecimento de gêneros vindos principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Esse foi, segundo essa autora, o elemento primordial e determinante no que se refere às primeiras fixações de mineradores. Adaptando-se à conformação irregular do terreno, seguiam as meias encostas, acompanhavam as curvas impostas pelos cursos d'água ou lançavam-se de cumeada, já que as regiões ricas em depósitos auríferos são caracterizadas por uma topografia marcadamente acidentada.<sup>190</sup>

Convém ainda observar que, para um maior controle do escoamento da produção aurífera, e conseqüentemente para tentar impedir o contrabando de pedras, era reduzido o número de estradas que faziam o contato da população mineradora com o exterior das áreas de mineração. Se por um lado isso facilitava o controle, por outro contribuía para o isolamento dessa população, o que gerou mais tarde uma cultura própria, característica dessa região, diferente de tudo o que aconteceu no restante da colônia.

Assim, o contato com a estrada passava a ser fundamental na vida do mineiro, sendo fonte de alimentos, de notícias e de informações, além de estabelecer o contato direto entre um centro minerador e outro, entre um arraial ou vila e qualquer outro núcleo de mineração.

Esse relacionamento com a estrada, além de dar ao núcleo uma conformação mais longilínea, faz com que a rua principal seja geralmente o aproveitamento da própria estrada ou de alguma outra via que será, no entanto, sempre paralela a ela. E aqui é bom observar que, mesmo apresentando uma série de elementos característicos da organização urbana encontrada no litoral, a presença da influência portuguesa é, de certa forma, bastante acentuada nos núcleos mineradores. A utilização da estrada como eixo principal de estrutura e organização dos núcleos, mesmo se apresentando como uma necessidade local, é elemento tradicionalmente conhecido em território português. João Sousa Morais observa, com relação a isso, que a área da cidade de Aljezur (fig.22) é marcada, em sua estrutura, pela mudança de direção da estrada, além de considerar que é a Estrada Nacional o elemento estruturante fundamental da região, sendo, juntamente com a rua Direita, o largo e a igreja, um dos principais

<sup>189</sup> BITTENCOURT, M. M. V. Urbanização colonial: estudo de um modelo de espaço urbano em Sabará.

**Barroco**. Belo Horizonte. n. 12. p. 247. 1982-1983.

<sup>190</sup> MELLO, S. de. **Barroco mineiro**. p. 71.

elementos de organização do tecido urbano desse núcleo da costa Vicentina portuguesa.<sup>191</sup>

Maria Bittencourt vê também a construção das residências como sendo um elemento fundamental de estruturação urbana na região mineira. Além disso, o partido típico das residências, de um único pavimento, construídas parede-meia e perpendicularmente ao arruamento, são aqui vistos como a mais autêntica herança ibérica, trazendo para o interior da colônia questões como estabilidade construtiva, simplificação da estrutura de cobertura, além de um modo bem característico de organização dos espaços internos, que se apresentam quase que padronizados. Tais edificações, ao serem implantadas no limite entre o lote e o espaço público, definem e dimensionam a rua, determinando também o caráter e a paisagem interna do núcleo.

Falando sobre a urbanização das regiões mineradoras, Sylvio de Vasconcellos observa a semelhança entre essas regiões e aquelas implantadas tanto em Portugal quanto no litoral brasileiro, levantando, no entanto, questões diversas das apresentadas por Maria Bittencourt no que se refere à participação do edifício na determinação do espaço urbano. Segundo esse autor, nos aglomerados urbanos tanto portugueses quanto brasileiros implantados junto ao mar, as construções estão geralmente grudadas umas nas outras, em decorrência basicamente da falta de terrenos disponíveis no interior das fortificações ou por questões próprias relacionadas com a defesa. Nas regiões mineradoras, as edificações encontram-se da mesma forma amontoadas, sendo que aí são outras as razões utilizadas como justificativa: geralmente só existe uma rua, que deve ser aproveitada em toda a sua disponibilidade, o que vai forçar uma redução exagerada das testadas dos terrenos, não restando outra forma de construir a não ser parede-meia.<sup>192</sup>

Sendo assim, em decorrência da migração que acontece de forma incontrolada, provocando uma certa disputa pelos locais mais valorizados, as cidades vão surgir de uma forma espontânea, sem planejamento ou ordem predeterminada. A divisão e ocupação dos terrenos disponíveis vai ser caracterizada pela pressa, o que faz com que o seu uso se apresente até mesmo intuitivo. As ruas, condicionadas pela topografia acidentada da região, adaptam-se a isso da melhor maneira possível, acompanhando e se ajustando às ondulações e curvas do terreno,<sup>193</sup> provocando uma estruturação do espaço urbano que, mesmo não apresentando preocupação com a defesa, reproduz o modelo medieval das cidades da metrópole.

---

<sup>191</sup> MORAIS, J. S. op. cit. p. 121.

<sup>192</sup> VASCONCELLOS, S. de. **Mineiridade**. São Paulo: Abril, 1981. p. 52.

<sup>193</sup> BITTENCOURT, M. M. V. op. cit. p. 248.

### 3. VILA BOA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

#### 3.1. O Ouro em Goiás

A descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, e posteriormente em Mato Grosso, no início do XVIII, despertou o interesse pela procura de metais preciosos também no vazio territorial compreendido entre essas duas regiões.

Conhecido e já percorrido desde fins do século XVI, o território goiano passa a ser oficialmente incorporado à colônia portuguesa na América a partir de 1727, quando, tendo em mãos um regimento assinado pelo governador de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, e aprovado pelo rei de Portugal, Bartolomeu Bueno e seus sócios, Domingos Rodrigues do Prado, João Leite da Silva Ortiz e o irmão deste último, Bartolomeu Paes, pai do historiador Pedro Tacques, encontraram ouro nas proximidades da serra Dourada, no leito do rio Vermelho, provavelmente no local onde havia acampado, cerca de quarenta anos antes, em companhia de seu pai, Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera.

Provavelmente a mais antiga bandeira a percorrer o solo goiano tenha sido a de Antonio Macedo e Domingos Grou, que no período de 1590 a 1593 andou por esses sertões, chegando até às proximidades do rio Tocantins. Várias outras expedições foram registradas em seguida, como as de Domingos Rodrigues, Afonso Sardinha e Belchior Carneiro, entre outras.<sup>194</sup> Entretanto, não foram somente os paulistas que por aqui andaram nesse período. Também os jesuítas, instalados em aldeamentos no Amazonas, por diversas vezes estiveram percorrendo o território goiano em busca de índios para suas aldeias. Diversos são os registros de expedições organizadas por esses religiosos que, subindo o rio Tocantins, chegaram a Goiás.<sup>195</sup> Além desses, também grupos de exploradores e mesmo fazendeiros baianos circularam por Goiás durante os dois primeiros séculos da ocupação colonial, mais especificamente pela região ocupada hoje pelo estado do Tocantins, o que leva Paulo Bertran a afirmar que, em algumas regiões dos atuais estados de Goiás e Tocantins, a pecuária teria antecedido a economia mineradora.<sup>196</sup>

Entre os jesuítas que estiveram em território goiano nesse período, os mais famosos talvez tenham sido o padre Vieira, em 1653, e o padre Raposo, que em 1674 saiu de Belém para encontrar-se com o paulista Sebastião Paes de Barros nas cabeceiras do rio Tocantins, onde estaria com sua bandeira à cata de ouro. Padre Raposo, com um grupo de 35 brancos e 300 índios, chegou até ao local do acampamento dos desbravadores paulistas, e o encontrou já abandonado, provavelmente destroçado pelos bilreiros. Em sua viagem de volta, aproveitou para levar consigo quase mil índios da nação aruaque, pretendendo estabelecê-los nos aldeamentos instalados no Pará.<sup>197</sup>

Durante todo o século XVII, foi o território dos atuais estados de Goiás e Tocantins percorrido em todas as direções, sem que nenhum desses aventureiros demonstrasse interesse em se fixar na região, visto ser, nessa época, o apresamento de índios o interesse principal das expedições. Além disso, era no litoral que o índio cativo se transformava em lucro, ao ser vendido como escravo. E era exatamente a esse lucro que visava Bartolomeu Bueno, o pai, quando aqui esteve em fins do século XVII, mesmo havendo descoberto e levado para São Paulo uma certa quantidade de ouro.

Entretanto, apesar de ser o índio o grande interesse dos desbravadores que por aqui estiveram, antes do final do século XVII o território goiano já era conhecido suficientemente não só pelos paulistas, mas também pela gente de Belém, do Maranhão e da Bahia, principalmente. Os caminhos já

<sup>194</sup> Segundo Luiz Palacín no livro **O século do ouro em Goiás**, sete outras bandeiras paulistas circularam por terras goianas nos séculos XVI e XVII.

<sup>195</sup> PALACIN, L. et alii. **História de Goiás**. Goiânia: UCG, 1986. p. 7.

<sup>196</sup> BERTRAN, P. **História da terra e do homem no planalto central**. Brasília: Solo, 1994. p. 60.

<sup>197</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: UCG, 1994. p. 18.

demarcados nesse sertão encontravam-se descritos em vários roteiros que corriam de mão em mão, acompanhados por rumores de riquezas fabulosas, como montanhas de ouro ou lagos dourados. Se por um lado era crescente o movimento de penetração das bandeiras, por outro, apresentava-se bastante limitado o seu êxito, principalmente em relação à descoberta de jazidas auríferas.<sup>198</sup>

Quando, na terceira década do século XVIII, Bueno se dispôs a refazer o roteiro da viagem feita por seu pai, com o intuito de explorar o ouro dos “goiazes”, não foi propriamente a ambição ou qualquer outro interesse em relação ao ouro, o que o moveu. Bueno, com seus outros principais sócios na empreitada, eram detentores de considerável riqueza em Minas Gerais, sendo seu genro e sócio, João Leite da Silva Ortiz, um dos homens mais ricos de São João del Rey. As constantes disputas ocorridas entre paulistas e emboabas (portugueses) em Minas Gerais, com a vitória dos últimos, haviam desiludido o velho bandeirante de ali permanecer. Pensavam eles também na possibilidade de receberem os impostos a serem cobrados pela travessia dos principais rios que cortavam o caminho das novas minas, além dos vários títulos e cargos que a descoberta fatalmente lhes facilitaria junto ao governo paulista e ao rei de Portugal.

Sendo a bandeira uma sociedade organizada por cotas de participação, ficava praticamente impossível controlar ideologicamente a inclusão aí, dos inúmeros interessados, principalmente porque cada pretendente significava armas, mantimentos, animais e principalmente escravos para o transporte.

Entretanto, mesmo tendo saído de Minas Gerais em decorrência de disputas com os portugueses, são eles que vão representar o maior contingente da bandeira de Bartolomeu Bueno.

De acordo com as observações feitas na carta escrita pelo alferes José Peixoto da Silva Braga, integrante da bandeira, fica clara a intransigência de Bueno em tudo o que se refere aos portugueses. Observa Braga, em relação ao roteiro a ser seguido pela comitiva, que ao serem solicitadas por Ortiz explicações de Bueno aos integrantes da bandeira, o comandante “respondeu-lhe que a resenha era escusada, porque os Amboabas (assim eram chamados os reinóis) não eram gente que lhe merecesse”, ou ainda que “resolveu o cabo marchar em ódio dos Amboabas, de quem era o voto.”<sup>199</sup>

Com tais informações, demonstra ele o descontentamento geral que se instalou não só entre os portugueses, mas também entre os próprios paulistas, que mais de uma vez se dispuseram a voltar para São Paulo, indispostos com as posições assumidas por Bueno. Entretanto, mesmo com todos os desentendimentos, inclusive entre Bueno e Ortiz, e com a bandeira reduzida a um mínimo de integrantes, em decorrência de mortes e deserções, conseguiu o segundo Anhanguera seu intento, voltando a São Paulo com a notícia de vários córregos auríferos, sendo alguns tão ricos quanto o Cuiabá.

Assim é que, em julho de 1726, a bandeira comandada por Bueno se estabeleceu às margens do rio Vermelho, dando início à ocupação espacial definitiva do território goiano e à implantação de seus primeiros arraiais. E é, segundo Palacín, em decorrência da exploração do ouro que tem início a

<sup>198</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás** p. 19.

<sup>199</sup> Carta escrita pelo alferes Braga, em 1734, ao padre Diogo Soares. In: Teles, J.M. **Memórias goianas I**. Goiânia: UCG, 1982. p. 13.

incorporação de Goiás à história. Bartolomeu Bueno, investido da dignidade do poder adquirido como superintendente das minas, entrava em território goiano sem sequer suspeitar que iria acontecer com ele o que já havia acontecido com tantos outros descobridores e conquistadores, que se mostraram grandes e imbatíveis na adversidade, mas extremamente vulneráveis no triunfo.<sup>200</sup>

### 3.1.1. A Dinâmica da Atividade Mineradora

O anúncio de novas descobertas sempre acarretou, em território brasileiro, uma corrida de aventureiros vindos não só das várias regiões da colônia, como também de Portugal e de outros países da Europa. Em suas observações sobre as regiões mineradoras que visitou em 1711, o padre André João Antonil diz que, a cada ano que se passava, era maior a quantidade de portugueses e de outros estrangeiros vindos da Europa interessados em se estabelecer como exploradores nas regiões de mineração. E não só do exterior chegavam os aventureiros. Chegavam também de todas as cidades, vilas, recôncavos e sertões do interior da própria colônia. Contavam-se, entre esses, tanto brancos, quanto pardos, negros e muitos índios, que trabalhavam nas lavras, a serviço dos paulistas,<sup>201</sup> o que é reforçado por Sylvio de Vasconcellos quando diz que de 1705 a 1750, cerca de 800.000 pessoas, quase metade de sua população, deixaram Portugal com o objetivo de se estabelecerem nas Minas.<sup>202</sup>

O descobrimento de ouro e de algumas poucas pedras preciosas, resultado de um antigo sonho colonialista português, vai assim provocar o aumento da população, em termos quantitativos, e a interiorização dessa mesma população.

As conseqüências disso vão ser a incorporação definitiva ao território brasileiro de regiões antes pertencentes à Espanha, além de alterações na forma da relação habitação/trabalho, com uma concentração agora maior nos núcleos urbanos, em oposição aos períodos anteriores, em que tanto a população quanto as atividades econômicas estavam sediadas no meio rural.

O número de habitantes nas minas cresce a tal ponto, em detrimento das outras regiões da colônia e inclusive da metrópole, que, alarmado, o rei manda proibir a entrada naquela região de novos mineradores, recomendando severas penas contra os infratores.

Com relação à acorrida de exploradores e aventureiros, pouca coisa vai mudar no que se refere à ocupação do território goiano, se comparado ao que aconteceu nas Gerais. Entretanto, se o descobrimento das minas de Goiás deu glória aos paulistas, sua ocupação foi profundamente marcada pela presença portuguesa, o que já era possível observar desde a composição da bandeira de Bartolomeu Bueno e João Ortiz, na qual entre aproximadamente 150 brancos, a maioria esmagadora era originária de Portugal, um vinha da Bahia e os cinco ou seis restantes eram paulistas, todos acompanhados por índios e negros, como era comum à época.<sup>203</sup> Foi, portanto, o ouro e o ajuntamento humano que sua exploração provoca que deu origem à Capitania de Goiás, semelhante ao

<sup>200</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás** p. 22.

<sup>201</sup> ANTONIL, A. J. Op. cit. p. 167.

<sup>202</sup> VASCONCELLOS, S. de. **Vila Rica**. p. 17/18.

<sup>203</sup> Relato do alferes Braga. cf.: TELLES, J. M. op. cit. p. 11.

ocorrido em Minas Gerais e no Mato Grosso, determinando-lhes o desenvolvimento e o progresso, durante o século XVIII. Da mesma forma, foi a influência de populações portuguesas vindas em número considerável nas bandeiras que determinou a forma como essa região foi ocupada, tanto no que se refere à organização do espaço urbano, como na determinação do espaço interno das edificações.

Como principal fator de determinação econômica da capitania, a exploração aurífera durou cerca de cinquenta anos, se considerarmos aí as fases de ascensão, apogeu e o conseqüente início de declínio, indo da grande produção inicial à simples faiscagem das últimas décadas do século.<sup>204</sup>

Esse período de tempo, que pode ser analisado em decorrência dos descobertos ocorridos, apresenta a década de trinta como a que mais representatividade teve nesse momento de expansão territorial, com o surgimento de grande número de núcleos mineradores.

Também no tocante à forma de ocupação e de organização do espaço urbano, algumas diferenças fundamentais podem ser observadas entre os modelos seguidos em Minas Gerais e Goiás. É nesse período que vai surgir no Brasil, pela primeira vez, a preocupação com relação a uma política urbana mais elaborada, com conotações culturais mais específicas.

Em ambos os casos, os núcleos urbanos originaram-se no próprio local de exploração, junto aos cursos d'água. No entanto, nas Gerais, eles se estabeleceram com uma certa proximidade um do outro, tendo ainda como ponto comum a relação existente entre núcleo e via de comunicação, ou seja: existia uma relação de interação entre o núcleo e a estrada, que Suzy de Mello considera como sendo fundamentalmente responsável pelas primeiras fixações mineradoras.<sup>205</sup> Com o aumento da população, a proximidade entre esses núcleos originais vai gerar, através de um processo urbano denominado conurbação, o surgimento de aglomerados maiores, dando início a vilas e arraiais mais estruturados. É assim que, com a união dos pequenos arraiais de "Cabeças", "Pilar", "Padre Farias", "Piedade", entre outros, vai surgir Vila Rica, atual Ouro Preto (fig.1), que por muito tempo foi capital de Minas Gerais. Nesse caso, a estrada passa a ser o eixo ou a via urbana principal.

Em Goiás, ao contrário, cada pequeno núcleo, se prosperar, dará origem, sozinho, a um aglomerado maior e, futuramente, a uma vila. Não existe aqui, como em Minas Gerais, uma preocupação com a fixação mais estável. Talvez em decorrência da rapidez com que o ouro se esgota, a mobilidade da população se torna intensa por todo o território, sendo possível observar vários descobertos sendo feitos por uma mesma pessoa em pontos diferentes da Capitania, como Santa Rita e Cachoeira, atribuídos a Antonio da Silva Cordovil, ou mesmo o caso de Manoel Rodrigues Tomar que, após sair de Vila Boa (Sant'Ana à época), vai ser o responsável pelos descobertos e pelo povoamento de Meia Ponte, São José e Água Quente.

A respeito dessa mobilidade e segundo Sylvio de Vasconcellos, em relação a Minas Gerais, não desmerecendo o valor e a importância dos paulistas no processo de ocupação daquela região mineradora, principalmente em decorrência de sua grande tendência ao nomadismo, o que favorecia grandemente os descobrimentos, não se pode desconhecer a importante

<sup>204</sup> SALLES, G. V. F. de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: Cegraf, 1992. p. 13

<sup>205</sup> MELLO, S. de. **Barroco Mineiro**. p. 71.

contribuição dos aventureiros portugueses e dos demais brasileiros de outras regiões na ocupação e no posterior desenvolvimento dos centros mineradores.<sup>206</sup>

A exploração do ouro proporcionou a Goiás uma ocupação territorial concentrada na região centro-norte e nordeste, com alguns pontos no sudeste, deixando totalmente vazios o norte, o sul e o sudoeste, que somente seriam ocupados no século seguinte, em decorrência da agropecuária, tendo visto a total inexistência do metal nessas regiões. (fig.2)

Temos, pois, que nos três primeiros anos de ocupação do território goiano, representados pelos últimos da década de 1720, foram fundados, além de Sant'Ana, os arraiais de Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Santa Rita, Anta e Santa Cruz. Mais de quinze núcleos surgem na década seguinte, tendo início aí o processo de diminuição dos descobertos, com dez núcleos implantados na década de 1740, quatro na de 1750 e apenas um na de 1760. A década de 1770 encerra o ciclo com cinco novos descobertos.

Não existe no processo de ocupação do território goiano uma seqüência racional na forma como surgem os núcleos urbanos e nem em sua distribuição espacial. Existe um centro inicial irradiador, que é Sant'Ana, de onde partem os exploradores em busca de novos descobrimentos, principalmente nos sentidos norte e nordeste, sendo poucos e esparsos os núcleos surgidos a sul e sudeste. A oeste de Sant'Ana, reduzidos descobertos provocam o surgimento de arraiais de curta duração, desaparecidos ainda no próprio século XVIII. O surgimento e manutenção dos centros urbanos em Goiás ficam, assim, condicionados à existência e à duração dos veios auríferos.

A década de 1730, além de representar o período de maior crescimento no número de descobertos, apresenta também, em números exatos, um período de grande arrecadação, registrando a entrada de grande quantidade de novos escravos na Capitania.

O crescimento observado na arrecadação, principalmente entre os anos 1736 e 1741, com a existência, no início desse período, de 10.263 novos escravos,<sup>207</sup> além de 28 núcleos já implantados no final de 1741, demonstrando, acima de tudo, o interesse do explorador em investir em novas catas, gerando maior produção de ouro e conseqüentemente maior arrecadação.

Posteriormente, no período que vai de 1752 a 1761, o que se percebe é uma oscilação nos rendimentos municipais, sempre no sentido decrescente.<sup>208</sup> Vila Boa, que arrecadou 1:828,35,7/2 em 1752, tem esse valor reduzido para 1:167, 67 em 1761. Pilar, que inicia com 694 em 1752, atinge 729 em 1757 e cai para 670 no final do período. Meia Ponte consegue um crescimento de 294 para 421, ao passo que Natividade vai cair de 1: 304, 9 em 1753 para apenas 622 em 1761. São Felix cai de 144 para 106, enquanto Arraiais cresce de 52 para 80 e o arraial de Traíras apresenta o único crescimento considerável nesse período, indo sua arrecadação de 543, em 1755, para 1:103 em 1761. Praticamente o dobro.

Da mesma forma como o surgimento e o desaparecimento dos núcleos urbanos e a ocupação territorial de um modo geral se encontram vinculados à maior ou menos produção de ouro nesse primeiro século da história

<sup>206</sup> VASCONCELLOS, S. de. **Vila Rica**. p. 20.

<sup>207</sup> PALACIN, L. et alii. **História de Goiás**. p. 10.

<sup>208</sup> Arquivo Histórico Nacional, Rio de Janeiro. **Rezumo dos rendimentos que teve o Concelho, em cada um anno dos dez desta caza.**



de Goiás, todas as outras formas de tributação, além do quinto, vacilam em consequência dessa produção.

A arrecadação com os Ofícios tem início em 1761, com um valor de 16:571\$819, alcançando, dois anos depois, o seu ponto máximo, com 21:201\$614, indo concluir o século com um valor arrecadado de 04:106\$245.

Também as Entradas, cuja maior arrecadação foi de 46:760\$762 em 1765, portanto três anos após seu início, termina o século com valores próximos a 42% do arrecadado em 1762, o que corresponde a uma redução da ordem de 58%, em 37 anos.<sup>209</sup>

A diminuição acelerada da arrecadação reflete o desaparecimento do metal em processo não menos rápido e como a estabilidade dos assentamentos está diretamente vinculada à produção aurífera, é esse o período em que um considerável número de arraiais vai desaparecer, entrando outros em rápido processo de abandono por parte de seus habitantes. O descaso com a manutenção desses núcleos é de tal ordem que, no século seguinte, Cunha Mattos<sup>210</sup> observa o estado de abandono e pobreza em que se encontram vários arraiais, em decorrência da ruína de uma ponte que ninguém se dispõe a reformar.

A economia da mineração no Brasil, considerando o seu curto período de duração, foi provavelmente a que maiores consequências acarretou para a Colônia, considerando aí vários aspectos, tanto no que se refere à população e à organização social quanto à urbanização e à definição da posse do território.

Entretanto, o sonho do eldorado pouco tempo durou. Na região de Goiás, mais do que na de Minas Gerais e menos um pouco que em Mato Grosso, a rapidez no esgotamento das jazidas foi alarmante. Segundo Eurípedes Funes, a exploração mineradora em Goiás se desenvolveu em um espaço de tempo relativamente curto, tendo se iniciado por volta de 1726, chegando ao máximo de sua produtividade em meados da década de 1750 para, a partir de então, entrar em um processo de franco esgotamento, o que coincide com o momento em que as outras duas regiões de economia mineradora, que são Minas Gerais e Mato Grosso passam também a enfrentar problemas com o declínio da produção aurífera.<sup>211</sup> Aqui é interessante observar o fato de Goiás haver sido a última região aurífera descoberta, tendo sua ocupação se iniciado cerca de dez anos depois da de Mato Grosso e praticamente um quarto de século depois da de Minas Gerais.

Ainda com relação ao esgotamento da produção do ouro em Goiás, considerado àquela época como sendo o

*pulmão da economia, provocou efeitos devastadores sobre toda a vida econômica da Capitania. A especialização da economia mineradora impediu outras atividades de se solidificarem, a brevidade do ouro impossibilitou uma sólida acumulação do capital; o processo de urbanização, apenas iniciado, não se cristalizou: muitos prédios construídos à época, como a matriz de Vila Boa, ruíram, assim como os sonhos dos primeiros dias.*<sup>212</sup>

<sup>209</sup>Fonte: Documentos do Museu das Bandeiras. Cidade de Goiás.

<sup>210</sup>CUNHA MATTOS, R. J. da. **Chorographia histórica da província de Goyáz**. Goiânia: Líder, p. 34-35

<sup>211</sup>FUNES, E.A. **Goiás 1800-1850 Um período de transição da mineração à agricultura**. Goiânia: UFG, 1986. p. 27.

<sup>212</sup>PALACIN, L. et. alii. **História de Goiás em documentos I. Colônia**. Goiânia: Cegraf, 1995. p. 98.

Tal observação, além de complementar as informações de Eurípedes Funes, levanta outras questões sobre a economia da mineração em Goiás, marcando, por um lado, o já bastante propalado fato do esgotamento dos veios, cujas primeiras manifestações coincidem com o próprio início da história política da região, pois em 1749, ano da instalação de Vila Boa e da Capitania de Goiás, seu primeiro governador, Conde dos Arcos, já manifestava em carta sua preocupação em relação ao rápido declínio na produção do ouro. Por outro lado, também é bastante conhecido o fato de ser, inicialmente, proibida qualquer atividade em região mineradora que desviasse a mão-de-obra escrava da exploração do metal. Já em 1730, eram proibidas, por carta de D. João a Caldeira Pimentel, a plantação de cana e a instalação de engenhos para fabricação de aguardente e rapadura na região das minas de Goiás, sendo, no entanto, permitidas nas de Mato Grosso, em virtude da dificuldade de acesso, a esse território minerador, dos produtos vindos da metrópole. No entanto, em 1738, essa posição era reavaliada, em decorrência de várias solicitações feitas, embasadas principalmente na demora de entrega do produto importado, o que era agravado pela perda, em decorrência da distancia e do péssimo estado em que se encontravam as estradas do sertão goiano. Isso interessou ao rei, pois tais solicitações acenavam com a possibilidades de maiores arrecadações, através da instituições de novos impostos.

O total desinteresse demonstrado pela população mineradora em relação à agropecuária como forma de desenvolvimento econômico era reforçado pela atuação das autoridades governamentais que, preocupadas unicamente com a produtividade e os rendimentos dos impostos apresentados pela mineração, procuravam obstar qualquer tentativa de desenvolvimento de produção econômica com base em atividade que de uma forma ou de outra viesse a desviar a força do trabalho escravo, ocupada nesse momento com a mineração.<sup>213</sup>

Com relação à especialização do modelo econômico, o que se percebe é que, mesmo sendo proibido o desenvolvimento da agropecuária, tal atividade sempre existiu, mesmo que em escala reduzida, tendo em vista o exagero que era o preço dos produtos destinados à alimentação da população mineradora oriundos de outras regiões. Preocupado com os preços dos gêneros e com a possível redução no número de exploradores, D. Luiz de Mascarenhas assinava, em 1740, um bando que obrigava todo aquele que quisesse se dirigir às minas de Goiás a primeiramente plantar roças para seu sustento e de seus escravos, correndo o risco de ter seus escravos confiscados caso minerasse sem o plantio das referidas roças. Não se tem, no entanto, notícia de resultados concretos e duradouros de tal medida. Entretanto, o fato de já existirem em Goiás, desde o início da ocupação, fazendas de gado, plantações e até mesmo engenhos para a produção de rapadura e cachaça, demonstrou que não houve, por parte dessa população, a preocupação em fazer com que essa atividade secundária pudesse se transformar em algo mais efetivo, tendo em vista o já previsível declínio da mineração.

Funes apresenta quatro pontos que considera como relevantes no desaparecimento do ouro em Goiás. Segundo esse autor, a mineração deixou de ser produtiva em função, principalmente, da utilização de técnicas rudimentares, da falta de braços para o trabalho e de capital e do comportamento equivocado das autoridades administrativas, que se preocupavam quase que exclusivamente

---

<sup>213</sup> FUNES, E. A. op. cit. p. 29.

com a arrecadação de impostos, e em especial o quinto, desobrigando-se de buscar solução para os problemas enfrentados pela população mineradora, principalmente nesse momento de refluxo na produção, o que vai trazer como consequência um descompasso não apenas na economia, mas em todos os segmentos de organização da Capitania.<sup>214</sup>

Segundo Palacin,

*a quebra de rendimento das minas, fonte de toda a atividade econômica, arrasta consigo os outros setores a uma ruína parcial: diminuição da importação e do comércio externo, menos rendimento dos impostos, diminuição da mão-de-obra por estancamento na importação de escravos, estreitamento do comércio interno, com tendência à formação de zonas de economia fechada, e um consumo dirigido à pura subsistência, esvaziamento dos centros de população, ruralização, empobrecimento e isolamento cultural.*<sup>215</sup>

Entretanto, o ouro vai se tornando cada vez mais difícil de encontrar e a cada vez em menor quantidade. A atividade mineradora, que desde o início mostrou-se uma atividade marcadamente individualista, a partir dessa época, fins do século XVIII, passa a sentir necessidade de proceder a mudanças em sua condução. Em Goiás, da mesma forma como já ocorria em outras regiões, a associação entre os mineradores era vista como única saída viável para a retomada de uma produção rentável. Tornava-se imprescindível a obtenção de capital para a exploração de jazidas que se sabia serem de grande riqueza mas ainda de difícil beneficiamento. No entanto, essa associação, mesmo que se soubesse de antemão necessária, e tendo em vista os grandes benefícios financeiros dela decorrentes, encontrava barreiras intransponíveis à sua concretização, e a principal delas estava no próprio caráter do minerador, em princípio individualista e de ambição incontrolada, além da sua tendência natural para a suspeita e a desconfiança, não esquecendo, ainda, o imediatismo dos seus interesses.<sup>216</sup> Tais fatores não impediram, no entanto, que algumas tentativas fossem feitas, apenas que sem resultados concretos.

A primeira década do século XIX, em especial, vai marcar em definitivo o final do sonho de enriquecimento fácil através da mineração. O ouro, que desde meados do século anterior já mostrava sinais de esgotamento, transformou-se, nas últimas décadas do século, em obsessão de uns poucos aventureiros e escravos forros, para tornar novamente, nos primeiros anos do novo século, principalmente com os novos descobertos do Anicuns, e a partir daí desaparecer em definitivo.

### 3.1.2. Outras Atividades Produtivas

Como já foi colocado nesse trabalho, é bem conhecido o descaso com que os primeiros habitantes da Capitania de Goiás encaravam essa região mineradora, sendo inclusive encontrada com certa freqüência a afirmação de que seu interesse era apenas o enriquecimento rápido, através da mineração, para em seguida passar a outras regiões do litoral ou mesmo da metrópole, onde

<sup>214</sup> FUNES, E. A. op. cit. p. 28.

<sup>215</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás**. p. 117.

<sup>216</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás**. 121.

desfrutar a riqueza adquirida. Tal atitude pode ser bem explicada pela afirmação de Nestor Goulart, quando diz que, ao longo dos primeiros séculos da ocupação, é fácil perceber o fato de os colonos portugueses, em hipótese alguma, apresentarem-se como brasileiros. Era como portugueses do Brasil que se viam, mesmo tendo nascido em território brasileiro e sendo filhos de brasileiros. Não pertenciam a uma categoria à parte, sendo a seu ver, parte integrante do universo português.<sup>217</sup>

Conseqüência dessa forma de encarar a região é a maneira quase nômade como percorrem o território goiano à procura de ouro. Os novos núcleos surgem e se estabelecem para logo em seguida desaparecerem ao menor sinal de esgotamento dos veios auríferos.

*Levados pela euforia do ouro e pela ganância de lucros, os mineradores atiravam-se com todas as forças à busca do referido metal, deixando de lado o cultivo do solo, o que viria a encarecer os gêneros de primeira necessidade. Isto, entretanto, não constituía preocupação, pois acreditavam poder comprar tudo o que fosse necessário com o produto de suas catas,<sup>218</sup>*

o que em muito breve tempo mostrou-se incorreto.

Se por um lado a visão individualista do mineiro não privilegia a região, por outro, o poder administrativo, preocupado unicamente com a manutenção, em um patamar considerável, da arrecadação dos impostos, em especial do quinto, menos importância ainda deu à tentativa de fazer com que essa população viesse a se fixar em definitivo na região.

Entretanto, esse desinteresse pela agropecuária em hipótese alguma significou a total inexistência de plantações de subsistência e mesmo de criação em pequena escala, tendo em vista basicamente o abastecimento do mineiro e de seu lote de escravos, não constituindo, portanto, alternativa econômica. Apesar da forte pressão inicial por parte do poder no sentido de impedir sua instalação e atividade, o engenho para produção de cachaça e rapadura foi o que de certa forma conseguiu se manter como atividade paralela à mineração nesse primeiro momento, inclusive com a obtenção de um considerável lucro.

Com o final da exploração mineradora como base principal da economia goiana a partir da segunda metade do século XVIII, grande contingente de mineradores passou para outras regiões, em busca de outras formas de enriquecimento rápido. Sendo assim, ficaram em Goiás apenas a parte do grupo de aventureiros que viria a se tornar a base da população goiana. Não tendo como abandonar a região, ou mesmo por não ter para onde ir, permaneceram aqui os negros libertos e os pardos, envolvidos com a faiscagem de pouca monta e a agricultura de subsistência. Permaneceram também os índios, que nesse momento estavam divididos em dois grupos, os aldeados e os livres, dispersos pelo sertão, em suas aldeias, considerados ainda como ameaça. Finalmente, e como elemento dominador, ficaram alguns brancos, vinculados à organização político-burocrática, funcionários públicos que passaram a ser também, a partir desse momento, os grandes proprietários de terras, assim como do comércio existente nos poucos núcleos que conseguiram subsistir,<sup>219</sup> ao que Funes

<sup>217</sup> REIS FILHO, N. G. *La ciudad ...* p. 520.

<sup>218</sup> FUNES, E. A. op. cit. p. 28-29.

<sup>219</sup> TIBALLI, E. F. A. *Expansão do povoamento em Goiás - século XIX*. Goiânia: Dissertação (Mestrado)

completa dizendo que, não havendo mais produção que garantisse o ouro para comprar tudo aquilo de que necessitava o mineiro, este se viu forçado a escolher entre duas alternativas: o abandono puro e simples da Capitania ou dedicar-se a uma atividade que até então considerava como desprezível, que era a agropecuária, mesmo que de subsistência. Sendo assim, por força de uma necessidade maior, o mineiro viu-se, de um momento para outro, transformado em criador e lavrador.<sup>220</sup>

Mostra desta situação é a cobrança do dízimo das plantações, que nos últimos anos do século XVIII apresentou uma oscilação considerável, indo de 14:968\$343, em 1795, para 18:186\$456, em 1797, para em seguida cair, em 1798, para 11:336\$423 e subir novamente para 15:109\$785, em 1799,<sup>221</sup> e isso levando-se em conta a produção de toda a Capitania. Aqui é interessante observar que, mesmo estando a arrecadação, de um modo geral, vindo em processo decrescente, nesses últimos anos do século estabilizam-se em um determinado patamar, só vindo a sofrer novos decréscimos já iniciado o século XIX.

De qualquer forma, mesmo sob ameaça e pressão da lei, falta de incentivos e com o desinteresse de grande parte da população, o que se observa é que, lenta, gradual e persistentemente, a agropecuária acompanha de forma crescente o declínio da mineração.

### 3.1.3. População

A exploração do ouro e a conseqüente ocupação do território, o movimento constante de levas de mineradores pelo interior de Goiás, o surgimento e o desaparecimento de arraiais em conseqüência do descobrimento e do rápido esgotamento das lavras contribuem para que seja quase que praticamente impossível, pelo menos nas primeiras décadas, calcular quantas pessoas viviam nas minas de Goiás.

Os mais antigos documentos da capitania que fazem referência à população são os registros de cobrança da captação, datados de 1736. Entretanto, tais documentos informam apenas a quantidade de escravos em atividade, que chega nesse ano a 10.265. Com base nesses números, Palacin acredita ser possível estabelecer uma relação entre escravos e livres, da ordem de três para um, durante os primeiros tempos de desenvolvimento da economia mineradora em Goiás. Sendo assim, a população da Capitania giraria entre treze e quatorze mil pessoas ao findar a primeira década da ocupação,<sup>222</sup> o que apresentaria uma população livre em torno de três a quatro mil habitantes. Esse número corresponde aproximadamente ao que foi registrado para o ano de 1734 apenas em Vila Rica, nas Gerais, onde são anotados, apenas no trecho compreendido entre o arraial de Passa-Dez e o de Padre Faria, 538 casas, ou sejam, 4.304 habitantes, à razão de oito por moradia.<sup>223</sup>

Existe no Arquivo do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, o resultado, ou parte dele, de um recenseamento realizado em 1798, nas freguesias de Anta, Corumbá, Pilar, Santa Cruz, São José do Tocantins, Crixás e

Universidade Federal de Goiás. p. 36.

<sup>220</sup> FUNES, E. A. op. cit. p. 33-34.

<sup>221</sup> Fonte: Documentos do Arquivo do Museu das Bandeiras.

<sup>222</sup> PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás** p. 30.

<sup>223</sup> VASCONCELLOS, S. de. **Vila Rica**. p. 35.

Santa Luzia, que apresenta um resumo da população estratificada apenas por idade e sexo, não informando, no entanto, o percentual de livres e cativos.

Por aí podemos ver que em Santa Cruz existiam 1.044 pessoas acima de 15 anos de idade, sendo desse total 524 homens e 525 mulheres. Pilar apresentava uma população composta de 2.511 homens e 1.604 mulheres, num total de 4.115 habitantes. Do total de 1.856 adultos de Santa Luzia, 955 eram homens e 901 eram mulheres. É provável que esse registro abarcasse apenas a população livre, excluindo os escravos, tendo em vista o fato de que o documento relativo a São José do Tocantins apresenta a população registrada de forma diferente. Ali, é indicada a presença de 648 homens livres e 874 escravos, além de 1.614 mulheres livres e 375 escravas, num total de 2.262 habitantes livres e 1.249 cativos, números que não são colocados de forma discrepante, se comparados com os anteriores.

Documentação completa sobre a população estabelecida na Capitania de Goiás vamos encontrar somente no censo de 1804, apresentado de forma detalhada por Silva e Sousa em seu trabalho. Com base nesse autor, temos a população da capitania distribuída da seguinte forma:

Compondo a Correição do Sul

Julgado de Vila Boa:

brancos	1.222
pardos e pretos livres	3.823
total livres	5.045
escravos	4.432
total geral	9.477

Julgado de Meia Ponte:

brancos	1.268
pardos e pretos livres	2.623
total livres	3.891
escravos	2.282
total geral	6.173

Julgado de Santa Luzia:

brancos	530
pardos e pretos livres	2.092
total livres	2.622
escravos	1.264
total geral	3.886

Julgado de Santa Cruz:

brancos	918
pardos e pretos livres	1.029
total livres	1.947
escravos	704
total geral	2.651

Julgado de Pilar:

brancos	365
pardos e pretos livres	1.689

total livres	2.054
escravos	1.845
total geral	3.899
<u>Julgado de Crixás:</u>	
brancos	79
pardos e pretos livres	890
total livres	969
escravos	634
total geral	1.603
<u>Julgado do Desemboque:</u>	
brancos	1.203
pardos e pretos livres	510
total livres	1.713
escravos	660
total geral	2.373
Compondo a Correição do Norte	
<u>Julgado de Traíras:</u>	
brancos	372
pardos e pretos livres	3.407
total livres	3.779
escravos	2.742
total geral	6.521
<u>Julgado de Cavalcante:</u>	
brancos	338
pardos e pretos livres	1.650
total livres	1.988
escravos	1.209
total geral	3.197
<u>Julgado de São Felix:</u>	
brancos	78
pardos e pretos livres	1.062
total livres	1.140
escravos	641
total geral	1.781
<u>Julgado de Arraias:</u>	
brancos	139
pardos e pretos livres	1.043
total livres	1.182
escravos	419
total geral	1.601
<u>Julgado de Barra do Palma:</u>	
brancos	199
pardos e pretos livres	1.211

total livres	1.410
escravos	684
total geral	2.094

Julgado de Natividade:

brancos	196
pardos e pretos livres	1.647
total livres	1.843
escravos	1.529
total geral	3.372

Julgado de Porto Real:

brancos	81
pardos e pretos livres	912
total livres	993
escravos	844
total geral	1.837

Com base nos dados individuais de cada julgado, teríamos então como resultado para cada correição:

Correição do Sul:

brancos	5.579
pardos e pretos livres	12.993
total livres	18.572
escravos	11.821
total geral	30.393

Correição do Norte:

brancos	1.403
pardos e pretos livres	10.932
total livres	12.335
escravos	8.068
total geral	20.403

Projetando assim para toda a Capitania, a seguinte população:

Capitania de Goiás:

brancos	6.982
pardos e pretos livres	23.925
total livres	30.907
escravos	19.889
total geral	50.796

Temos, portanto, a população distribuída ao longo do território com uma concentração maior na Correição do Sul, com cerca de 59,83% do total de habitantes instalados em 24 arraiais, contra cerca de 40,17% nos 29 núcleos da Correição do Norte. Convém ainda observar que a maior concentração



populacional encontra-se no julgado de Vila Boa, seguido por Traíras e Meia Ponte, abarcando, cada um desses últimos, dois terços da população do primeiro.

Com o fim do período de exploração do ouro, vamos ter a concentração da população na região centro-sul, próximo aos caminhos do comércio, que fazem a ligação com Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, como também nas terras mais férteis, próprias para o desenvolvimento do novo modelo econômico a ser implantado, a agropecuária.

Pode ser observada também a minoria absoluta que, no total dos habitantes, representa a população branca, tendo, no entanto, os pardos e pretos livres um número próximo à soma de brancos e escravos, sendo esses últimos o segundo maior contingente na composição da população da capitania.

Com relação ao censo de 1798, podemos perceber que, enquanto Santa Luzia teve um aumento populacional de quase 50%, Pilar, que em 1762 era citada pelo governador João Manoel de Mello como o arraial mais populoso da Capitania,<sup>224</sup> teve sua população reduzida praticamente à metade de 1798 para 1804.

É bom observar que, em 1804, a população goiana de 50.796 habitantes era inferior aos números obtidos em 1813 para a Comarca de Vila Rica, que contava com um total de 72.880 habitantes. Por essa época (1808), toda a Capitania de Minas Gerais registrava uma população de 433.049 habitantes.

### 3.1.4. Administração Pública e Privada

Tendo sido descobertas com o devido respaldo da Coroa portuguesa e o apoio do governo paulista, as minas de Goiás entraram para a história e para o mapa administrativo da colônia portuguesa na América como uma extensão da Capitania de São Paulo ou, mais especificamente um território minerador dentro da Capitania de São Paulo.<sup>225</sup>

A administração geral funcionava na vila de São Paulo, ficando a regional a cargo de uma pessoa de confiança do Capitão General. Com o título de Superintendente das Minas, essa pessoa cumpria ali as funções administrativas como um intermediário daquele. Não existia, no entanto, uma organização ou estrutura que pudesse impor o respeito necessário, com caráter administrativo mais definido ou mesmo coercitivo que controlasse a ocupação territorial e aplicasse as leis nos casos necessários, principalmente no que se refere aos crimes, que se sabe não eram poucos. Guardavam-se unicamente as leis que se relacionassem com as datas e repartições dos rios auríferos, como nos informa Sérgio Buarque, ao analisar o mesmo aspecto da ocupação nas Gerais.<sup>226</sup>

O primeiro desses administradores em Goiás teria sido Bartolomeu Bueno, que recebeu o título como uma deferência especial pelos serviços prestados como descobridor das minas, juntamente com outras vantagens garantidas por Sua Majestade. Entretanto, uma série de fatores contribuiu para que modificações profundas fossem realizadas na administração das minas de

<sup>224</sup> DUBUGRAS, E. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Brasília, p. 44 (mimeo)

<sup>225</sup> PALACIN, L. et alii. **História de Goiás** p. 27.

<sup>226</sup> HOLANDA, S. B. de. **A época colonial**, v. 2 p. 267.

Goiás, entre elas as desordens ocorridas, a parcialidade nas divisões de datas e a perda do controle administrativo. O poder foi, então, retirado das mãos de Bueno e passado para as de um Ouvidor, ficando aquele com o título de Capitão-Mor, o que de forma alguma dava a seu detentor a importância do título perdido, funcionando apenas como deferência de reconhecimento, posto de honra, já que uma guarnição militar só se estabeleceria em Goiás por volta de 1736, como garantia especial solicitada pelo Ouvidor, Dr. Gregório Dias da Silva.

Com o aumento dos descobertos auríferos, e consequentemente da população, sentiu a Coroa a necessidade de um controle mais efetivo das minas de Goiás. Era inviável a administração exercida à distância por São Paulo e em 1749, chegou a Goiás, tomando posse no dia 8 de novembro como primeiro governador e Capitão General da recém-criada Capitania de Goiás, o futuro Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha. É o início de uma nova etapa da história goiana.

A mudança do modelo administrativo implica um maior controle da produção, assim como um rendimento mais acentuado na arrecadação, com a implantação das casas de fundição de Goiás, em 1751, e de São Felix, em 1754. Entretanto, o poder na capitania não se resumia à pessoa do governador, nem sempre sendo exercido em harmonia com os juizes, vereadores, intendentess e mesmo com os ouvidores, estando sempre uns trabalhando no sentido de interferir ou mesmo desestabilizar os outros. Não poucos são os casos de intriga promovidos nas esferas do poder, provocando demissões, prisões e devassas.

Por outro lado, a organização administrativa baseava-se no apoio dado por duas formas de funcionalismo, os denominados “filhos da folha”, que eram os funcionários civis, militares e religiosos, e os “ofícios”, que não tinham seus rendimentos vinculados ao caixa público. Exerciam, esses últimos, atividades públicas arrematadas por um período de três anos, para as quais cobravam taxas predeterminadas por serviços prestados à população. Tal forma de contrato, longe de ser uma atividade própria da colônia, era procedimento conhecido já há séculos em Portugal e em toda a Europa mas trazia como principal inconveniente a fragilidade das relações que com muita facilidade tendiam para a corrupção.

Chegada a Goiás em 1736, a primeira guarnição militar vinda de Minas Gerais era o que se poderia chamar de insignificante, tendo em vista o reduzido número do seu efetivo, e a extensão do território que deveria atender. Era, entretanto, quem mais consumia os já minguados recursos destinados às despesas públicas da capitania.

Dentro da organização militar colonial, eram os Dragões os que mais se destacavam e se instituíam como profissionais de armas, tendo assim os maiores soldos. Também paga pelo erário público, mas sem a importância e o destaque atribuído aos Dragões, estava a Companhia de Pedestres, que funcionava como um corpo auxiliar, armado apenas com uma espada, e que desempenhava missões de enlace, vigilância e proteção. Com um salário bem inferior ao dos Dragões, além de ser composta de número infinitamente menor, eram os Pedestres, no entanto, considerados indispensáveis, principalmente como elementos de escolta.

O complemento necessário à segurança da capitania, em vista de tão reduzido número do efetivo militar, dava-se através de recurso herdado da tradição portuguesa, desenvolvida por D. Sebastião, de se enquadrar militarmente a população civil em destacamentos denominados “Ordenanças”.

Entretanto, como tudo na capitania funcionava de forma precária, irregular ou simplesmente não funcionava, também aqui a debilidade de organização é constante, existindo mais oficiais que tropa, o que limitava ao extremo a atividade de tal organização.

Foram criados também o regimento de Cavalaria Auxiliar, para o qual tiveram de trazer de Minas um sargento-mor e um ajudante. A companhia de Cavalaria, a Infantaria e os Henriques, que eram companhias de ordenanças formadas por negros.

Um fator fundamental em toda organização administrativa da colônia foi sempre a questão religiosa, sendo que no período dos descobrimentos auríferos nenhuma bandeira deixava São Paulo sem a companhia de um ou mais religiosos, havendo inclusive a preocupação de se confessarem, antes da partida, todos os integrantes da comitiva. Com Bartolomeu Bueno, vieram, em 1722, segundo o alferes Braga, dois frades Beneditinos, frei Antonio da Conceição e frei Luiz de Sant'Anna, e um Franciscano frei Cosme de Santo André. Em seu retorno, em 1726, veio o padre Antonio de Oliveira Gago.<sup>227</sup>

Entretanto, o comportamento pouco exemplar desses religiosos foi sempre motivo de preocupação para os administradores, principalmente nas áreas mais afastadas do litoral, onde se tornava difícil o seu controle. Já em 1725, D. João V demonstrava essa preocupação ao tentar coibir a entrada e a permanência de religiosos em regiões mineradoras, alegando estarem eles constantemente promovendo escândalos, através de brigas e discórdias, prejudiciais à ordem geral, além de contrabandear o ouro dos reais quintos.

Em 1734, em carta ao rei, o conde de Sarzedas pede providências contra os padres Antonio de Oliveira Gago, o mesmo que veio com Bartolomeu Bueno, e seu irmão João Gago, acusados de toda ordem de desmandos nas minas de Goiás, ordenando açoitarem e matar todo aquele que interferisse em seus interesses. Sarzedas sugere que sejam os religiosos presos e expulsos da capitania, no que é atendido por resolução real. Dois anos depois, seriam os padres Alexandre Marques do Vale e José de Frias acusados, pelo mesmo Sarzedas, em carta ao bispo do Rio de Janeiro, de incitamento da população mineradora contra o registro de escravos no tribunal da matrícula. Desordens, incitamento, enriquecimento ilícito, constituição de família são acusações encontradas contra os religiosos em Goiás desde o início da ocupação territorial até meados do século XIX, quando por aqui passaram cronistas estrangeiros como Saint-Hilaire, Pohl, e Gardner, entre outros.

Em nível de organização, inicialmente a região compreendida por Goiás, administrativamente ligada a São Paulo, tinha sua vinculação eclesiástica dependente do Bispado do Rio de Janeiro, assim como São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Em 1746, por Bula Papal, foi criada a prelazia de Goiás, ligada ainda ao Rio de Janeiro. Somente no século XIX mudaria tal situação, com a transformação de Vila Boa em cidade e a instalação do Bispado da Capitania.

### 3.2. O Espaço Urbano em Vila Boa

O descobrimento de ouro ao longo do rio Vermelho fez surgir, ainda em 1726, uma série de arraiais mineradores, ocupados por uma população que,

<sup>227</sup> Relato do alferes Braga. cf.: TELLES, J. M. op. cit. p. 121

nos anos que se seguiram, foi responsável pela implantação de vários outros pequenos núcleos de mineração em regiões cada vez mais afastadas de seu centro irradiador. Entretanto, mesmo com o crescente número de novos descobertos e a conseqüente instalação de núcleos em posições mais estratégicas, como é o caso de Meia Ponte, ou mesmo mais ricos em ouro, como Pilar e Traíras, Sant'ana continua sendo o arraial mais importante, além de ser a referência administrativa para o governo paulista, a quem se subordinavam as minas do sertão de Goiás.

Com sua implantação acontecendo em decorrência da mineração, o arraial de Sant'Ana teve sua estruturação inicial organizada da mesma forma que os demais núcleos à essa época existentes na região de Minas Gerais, com a divisão das datas mineradoras efetuada como o exposto por Antonil, em seu trabalho.<sup>228</sup> Vai ser somente em um segundo momento que o arraial e sua população vão se expandir para áreas mais afastadas da beira do rio e mesmo assim, segundo Suzy de Mello,<sup>229</sup> como acontece em toda região mineradora, sem obedecer a qualquer traçado regulador, o que de uma forma ou de outra era o que norteava o estabelecimento dos núcleos urbanos do litoral.

Paulo Bertran, ao estudar o desenvolvimento urbano de Vila Boa, utiliza-se dos conceitos de incidentalidade e intencionalidade como base de sua análise. Segundo esse autor, o fator incidentalidade está geralmente relacionado aos primeiros momentos de existência dos arraiais portugueses implantados em território americano, em especial àqueles surgidos nas regiões mineradoras, onde, inicialmente, o que se observa é uma conjuntura econômica adversa a investimentos urbanos. Como complemento desse desenvolvimento, surge o fator intencionalidade, que se apresenta como força alteradora da organização inicial do traçado urbano e mesmo de sua ocupação espacial, quando, aos elementos iniciais de organização espontânea, surgem aqueles representantes do poder e das classes sociais e que, de certa forma, definem e orientam o crescimento do núcleo, determinando espaços e indicando sua ocupação através de uma distribuição estratificada da população.<sup>230</sup>

A fase inicial de ocupação, considerada por Bertran como sendo a de incidentalidade, vai de 1727 a 1730 e corresponde, basicamente, ao momento de divisão das áreas de mineração, não diferindo em nada das demais regiões mineradoras, onde os poucos espaços destinados ao uso público se estendem ao longo e quase que paralelamente ao rio (fig.3). É assim que se estruturam núcleos como Ouro Preto e São João del Rey, em Minas Gerais, e, noutro extremo, Cuiabá, no Mato Grosso. Levando-se em conta a forma como esses espaços eram ocupados, em associação a questões relacionadas à produtividade, pagamento de impostos, e uso da mão-de-obra escrava exclusivamente no trabalho da mineração, a arquitetura dos primeiros momentos vai seguir também aquela implantada em outras regiões mineradoras, reduzindo-se a ranchos de cobertura vegetal, construídos no terreno da data mineradora.

Entretanto, é útil observar que, sendo o trabalho de mineração em Goiás desenvolvido de forma bastante rudimentar, a transformação das beira de rios em verdadeiros lamaçais era algo praticamente inevitável. Assim, com o intuito de fugir da quantidade de insetos nocivos que aí passavam a se

<sup>228</sup> ANTONIL, A. J. op. cit. p. 169.

<sup>229</sup> MELLO, S. de. **Barroco mineiro**. p. 70.

<sup>230</sup> BERTRAN, P. et alii. **Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Trabalho apresentado no ARQUIMEMÓRIA II. Belo Horizonte. ago.1987. p. 1-2

desenvolver, esses primeiros ranchos eram construídos a uma certa distância da água e, segundo Bertran,<sup>231</sup> não o suficiente para descaracterizar a propriedade. Localizavam-se portanto no extremo oposto do terreno em relação ao local de exploração, e foi dessa forma que surgiram as primeiras ruas conformadoras do núcleo urbano tendo, em um primeiro momento, a função de favorecer o acesso individual às datas. Seguindo ainda a forma tradicional mineradora, em um local mais alto e plano, com a mesma rusticidade das habitações, implantava-se uma capela, dedicada à invocação do santo do dia da instalação do assentamento.

Segundo Paulo Santos, era hábito em praticamente toda a colônia um povoamento se iniciar pela construção de uma pequena capela, e como nas regiões de mineração os núcleos, em um primeiro momento, não passavam de acampamentos provisórios tendentes ao desaparecimento caso a produção de ouro não justificasse sua permanência, também as capelas eram construídas com essa precariedade.<sup>232</sup> À medida em que o núcleo se consolidava, essas capelas-ranchos eram substituídas por construções mais estáveis, com a utilização de materiais de reconhecida durabilidade.

O segundo momento na estruturação de estudo organizada por Paulo Bertran abarca o período que vai de 1730 a 1740, sendo o que agrega o conceito de incidentalidade com o de intencionalidade.<sup>233</sup> É o momento quando ainda acontecem algumas ocupações espontâneas, mas já se definem estruturas urbanas mais organizadas, com algumas ruas se estabelecendo de forma definitiva. (fig.4)

É durante esse período que a região escolhida anteriormente para a implantação da capela dedicada a Sant'Ana, reedificada em Matriz, começa a ser ocupada pela construção de residências com caráter mais permanente que aquelas encontradas no período anterior. Do outro lado do rio, também em local mais alto que aquele ocupado pela mineração, vai ser construída, ainda nesse período, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, da irmandade dos pretos, inaugurando-se aí, da mesma forma como já havia acontecido em Minas Gerais, a segregação social e racial, com a utilização da primeira dessas edificações pelos brancos e senhores que já se estabeleciam em seu entorno, e a segunda pelos negros e pardos, que compunham a grande maioria dos habitantes da rua da Cambaúba, atual Bartolomeu Bueno. Aqui é bom observar que essas duas construções religiosas, situadas uma de cada lado do rio, cada uma com sua praça (ou largo, como era o termo utilizado à época), de certa forma concentraram ou centralizaram a ocupação do espaço urbano.

Uma das características fundamentais de nossas cidades do período colonial é, sem sombra de dúvidas, a irregularidade apresentada pela conformação urbana. Também em Vila Boa, como aconteceu nas Gerais, a conformação do terreno junto aos pontos de mineração, aliada ao movimento da população mineradora demarcando os caminhos, vai ser a grande responsável pela sua morfologia. Sendo assim, o terreno acidentado, a necessidade de estabelecimento junto às lavras e o surgimento de pontos de convergência provocando uma diversidade de núcleos dinâmicos, como os largos das igrejas, as ruas de comércio, posteriormente a Casa de Fundação e também a da Câmara, definem Vila Boa como um centro minerador, um núcleo irregular, com

<sup>231</sup> BERTRAN, P. **Notícia geral da capitania de Goiás..** Goiânia/Brasília: UCG/UFG/Solo, 1997. vol. 2. p.50.

<sup>232</sup>SANTOS, P. F. **Arquitetura religiosa em Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Kosmos, 1951. p. 30.

<sup>233</sup> BERTRAN, P. et .alii. **Evolução ...** p. 2-3

uma certa linearidade e atividades girando em torno desses pontos de concentração. (fig.5)

A forma como a Coroa define a distribuição ou a concessão de terras públicas, tanto urbanas como rurais, vai implicar ainda em uma certa indefinição no que se relaciona aos limites da vila e em sua relação com o espaço rural circundante, o que, em determinados momentos do seu crescimento, transformam-se em problema de difícil solução.<sup>234</sup>

Provavelmente pelo fato de ser o largo da Matriz um terreno mais plano, além de estar aí implantado o templo da maior devoção, tenha sido esse o sítio escolhido pelas pessoas mais abastadas para a construção de suas residências. É nesse largo, de forma triangular, como no geral todos os demais encontrados na cidade, que estava situada a primeira morada do descobridor Bartolomeu Bueno que, segundo a tradição, ficava no vértice de maior destaque do conjunto. É também aí que serão adquiridas as casas para residência oficial, quando da chegada do primeiro governador da capitania, que, segundo Bertran, pertenciam a importantes funcionários pagos pela própria Coroa.<sup>235</sup>

A intencionalidade no desenvolvimento dessa etapa de estabelecimento do núcleo surge com base em três fatores fundamentais: primeiro, o surgimento de uma rua do Comércio, onde passa a se concentrar o movimento mais intenso do arraial, o estabelecimento de construções mais sólidas e estáveis próximas à matriz, inclusive com a utilização da taipa-de-pilão em algumas fachadas, o que de certa forma demonstrava o poder econômico de seus proprietários, e finalmente, a concentração dos pardos, mulatos e negros forros na Cambaúba, que era uma das saídas da cidade, demonstrando a tentativa, mesmo que discreta, de direcionamento na distribuição espacial da população, além de orientar o crescimento do núcleo, criando ruas mais afastadas dos pontos de mineração. Mesmo que, como já dito anteriormente, aconteça uma ocupação de certa forma espontânea ou incidental, a intencionalidade surge nesse momento como estrutura de organização, direcionamento e retificação do espaço.

Nesse período, mais especificamente em 1736, pela necessidade de um maior controle político, econômico e administrativo, é ordenada pelo rei de Portugal a criação de um núcleo que, como capital da nova capitania a ser desmembrada da de São Paulo, sediasse tais atividades. Tal ordem veio em Carta Régia datada de onze de fevereiro, e não apresentava basicamente nenhuma diferença em relação àquelas que normatizaram a implantação das vilas de Icó, no Ceará, e Vila Bela, no Mato Grosso, que, se por um lado representavam as *Ordenações do Reino*, tradicional legislação colonial portuguesa, por outro já incorporavam elementos característicos das *Ordenações Filipinas*, que podem ser vistos como resquício, do período de dominação espanhola. Assim, apesar de serem mais recentes na história portuguesa, as características do período da restauração não aparecem nesse documento, mesmo sendo o núcleo a ser implantado um futuro centro administrativo.

Por essa época, já está bem definida a participação dos elementos e conceitos próprios do Barroco não só na arquitetura, mas também na literatura, nas artes e em reformulações urbanas acontecidas na metrópole. Entretanto, se ao analisarmos as Cartas Régias encontramos facilmente os elementos tradicionais que sempre caracterizaram as Ordenações do Reino associados a

<sup>234</sup> MARX, M. *Cidade brasileira* São Paulo: USP/Melhoramentos, 1980. p. 31.

<sup>235</sup> BERTRAN, P. et. alii. *Evolução ...* p. 6

outros, que de forma sutil, podem ser entendidos como representativos do pensamento filipino de organização urbana, em momento algum essas Cartas deixam transparecer as novidades urbanísticas da contemporaneidade européia, em nada indicando um vislumbre de modernidade, em nada lembrando elementos do urbanismo barroco, já em pleno desenvolvimento no continente europeu.

Essa carta, apresentada e estudada por Paulo Santos<sup>236</sup> em conjunto com as demais do mesmo período, determina que seja estabelecida uma vila nas minas de Goiás, em local previamente escolhido e próximo a um arraial já existente, para que sua população possa, sem dificuldades, se transferir para a vila, assim que estejam demarcadas áreas para seus principais edifícios e instalado o pelourinho. Com relação aos edifícios residenciais, podemos ver nesse documento o peso da tradição e da cultura de construir da dominação portuguesa quando diz Sua Majestade que, pelo exterior, devem ser todos do mesmo perfil, mesmo que pelo interior cada morador o faça de sua livre escolha. Segundo o documento, seria essa uma forma de se manter a *mesma formosura da terra*, ou seja, de se manter na vila, situada no interior da colônia, as mesmas características e a mesma padronização construtiva encontradas em território metropolitano. No que diz respeito ao espaço público em si, a carta determina que as ruas devem manter sempre a mesma largura e que deverá ser demarcada uma praça onde se indique o local da igreja e da Casa de Câmara e Cadeia, além de se levantar aí o pelourinho.

Apesar de não ser muito claro quanto à forma como os espaços devem ser organizados, é fácil perceber nesse documento alguns elementos herdados do período Filipino, como o fato de determinar que estejam localizados na praça os principais edifícios públicos, além de ser ainda nesse logradouro a área destinada a residências, demarcada por linhas retas, o que nos remete à organização estrutural da *Plaza Mayor* da colonização espanhola. No geral, as determinações com relação tanto à arquitetura quanto ao urbano aparecem de forma um tanto vaga no documento régio, ficando por conta da população, as questões mais práticas de execução.

A fase seguinte, situada entre os anos de 1740 e 1770, de intencionalidade e intervenção, é um período de maior estabilidade econômica, apresentando uma definição mais nítida do espaço urbano. A vinda para Goiás de D. Luiz Mascarenhas, o Conde D'Alva, com o objetivo de estabelecer a vila, traz para Sant'Ana uma conformação mais definida, já que a orientação régia de implanta-la próxima a um arraial já habitado ocorreu mais como uma forma de organização da expansão do arraial do que propriamente como estabelecimento de uma nova estrutura urbana.

Por essa ocasião dois arraiais disputavam o privilégio de estabelecimento da vila: Sant'Ana, pelo fato de já ser a sede da administração das minas, e Meia Ponte, pela sua localização estratégica, no entroncamento dos caminhos para Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Escolhido o arraial de Sant'Ana, sob os protestos do ouvidor, que considerava Meia Ponte o local mais apropriado, iniciaram-se as providências necessárias, com o traçado e a demarcação de mais uma praça, onde se assinalou a área para a Casa de Câmara e Cadeia, determinando ainda o local do pelourinho. Segundo Silva e Sousa, o próprio Conde D'Alva dirigiu pessoalmente os

---

<sup>236</sup> SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 50.

trabalhos, ajudando nas medições e na demarcação dos espaços, fazendo com que fosse, da melhor maneira possível, cumprida a ordenação real.<sup>237</sup>

Bertran supõe ter sido também dessa época a construção da primeira capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte,<sup>238</sup> pertencente à Irmandade dos Homens Pardos e implantada no local onde hoje existe o chafariz de mesmo nome. (fig.6)

Com o intuito de separar a vila e seu desenvolvimento do núcleo preexistente do Arraial de Sant'Ana, ou mesmo de seguindo a ordem real, transferir a população do arraial para dentro dos limites da vila, foi ordenado por D. Luiz que, a partir de então, só se construíssem novas residências do lado do núcleo relativo à jurisdição da Casa de Câmara e Cadeia e do pelourinho. Entretanto, dez anos depois, em 1749, o ouvidor geral da capitania ainda ameaçava com os rigores da lei aquele que, desrespeitando as ordens, construísse residência do lado do Rosário. Tal ordem nunca foi obedecida, e mesmo o Conde dos Arcos, já em 1751, ao procurar casas para a residência oficial, vai comprá-las no antigo largo da Matriz, deixando o largo da Câmara e do pelourinho, que deveria ser o centro do poder, semi-abandonado, como sempre esteve até então. Essa situação de abandono pode ser observada através dos prospectos de 1751, desenhos anônimos que retratam Vila Boa em três ângulos diferentes. Constata-se, através da análise desses desenhos, a maciça ocupação da região compreendida entre os largos da Matriz e do Rosário, onde não se percebe a existência de terrenos vazios. No desenho que mostra a vila de sul para norte (fig.7), observa-se o grande número de detalhes mais apurados de acabamento, como rótulas treliçadas nas janelas, principalmente naquelas casas que se encontram voltadas para o largo da Matriz.

Os desenhos permitem também a visualização do largo da Casa de Câmara e Cadeia, (fig.8) apresentando essa região do núcleo como algo afastado e com um baixo índice de ocupação, aparecendo aí quase que somente os edifícios de interesse público, como a Casa de Câmara e Cadeia, ainda um edifício térreo, a capela da Boa Morte, uma pequena capela de Passo e a casa da Intendência, sendo o restante dos terrenos um enorme vazio sem nada que o separe ou que determine sua fronteira com os campos adjacentes. (fig.9) Segundo Bertran,<sup>239</sup> essa ocupação da área mais antiga, em detrimento daquela demarcada segundo orientação real, seria a vitória do arraial do Anhanguera sobre a vila oficial do poder implantado pelo Conde D'Alva. Estava, assim, definida, basicamente, a forma e o traçado de Vila Boa, que ainda hoje pode ser visto, sem modificações, como núcleo histórico da cidade de Goiás. (fig.10)

Durante esse período, compreendido pelas duas primeiras fases, Goiás esteve sob a jurisdição direta do governo paulista, não possuindo, portanto, organização administrativa própria. Mesmo com a criação da Capitania de Goiás, em 1744, o governo continuou a ser exercido daquela capital até o ano de 1749, quando assumiu em Vila Boa, como primeiro governador de Goiás, o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha.

Até o final dessa terceira fase, no ano de 1770, Goiás foi administrado por três governadores, sendo que, no geral, não houve, por parte de qualquer um deles, uma preocupação efetiva com relação à estrutura urbana da capital. Ao final desse período, já estavam instalados o Palácio dos

<sup>237</sup>SILVA E SOUSA, L. A. da. op. cit. p. 19.

<sup>238</sup>BERTRAN, P. et. alii. **Evolução ...** p. 5

<sup>239</sup>BERTRAN, P. **Notícia ...** vol.2 p. 50.



Governadores, a Casa de Fundição e o Quartel dos Dragões, todos resultantes de adaptações e reformas em edifícios residenciais comuns, sem que houvesse preocupação efetiva com a construção de edifícios mais elaborados. Metade do número de edificações religiosas só seria construída na fase seguinte, assim como o único governador ligado à política pombalina, a se preocupar com melhoramentos concretos para a capital, ainda não havia sido empossado.

Dos três governadores que até esse momento administraram a Capitania, o Conde dos Arcos foi o que mais se preocupou com a organização político-administrativa do território goiano. Com o intuito de agilizar os serviços, procurou, mesmo que improvisadamente, dotar a vila dos edifícios públicos necessários.

O segundo governador, Conde de São Miguel, em seus cinco anos à frente da administração da Capitania, teve seu nome envolvido em vários escândalos de corrupção. Teve ainda sua situação política agravada pelo fato de ser membro da família Távora, desafeto pessoal do Marques de Pombal.

O terceiro governador, João Manoel de Melo, veio para Goiás com ordens expressas de proceder a uma devassa na vida e na administração de seu antecessor, o Conde de São Miguel. Governou por dez anos e nove meses, e seu grande mérito foi ter sido o responsável pela construção do atual edifício da Casa de Câmara e Cadeia.

A última etapa do desenvolvimento urbano de Vila Boa durante o século XVIII, que vai de 1770 a 1800, corresponde ao período considerado crítico em relação ao declínio da produção aurífera. As dificuldades surgidas na exploração do ouro, que se tornava cada vez mais profundo, exigiam um investimento cada vez maior em tecnologia e mão-de-obra. Acontece também, nesse período, uma transferência de interesse da atividade mineradora para outras ligadas ao comércio, o que de certa forma tornava disponível a força de trabalho escrava no interesse do desenvolvimento e bem-estar urbano.

Nesse período, grandes investimentos serão feitos com o objetivo de impedir o refluxo populacional da capital. Dessa fase são as melhores construções religiosas da vila, como as igrejas da Boa Morte, do Carmo e d'Abadia, além do Chafariz, mandado construir pelo governador José de Vasconcelos Soveral, no largo da Cadeia, no local onde anteriormente situava-se a primitiva capela da Boa Morte. Nesse momento, vai ser desenvolvido, também, o primeiro grande projeto de reestruturação urbana de Vila Boa, sob o comando do governador Luiz da Cunha Menezes com reformas de peso nos edifícios de caráter oficial, além da construção do açougue e do passeio público.

É desta época a primeira planta de Vila Boa elaborada com precisão e rigor, na qual se demonstra, além da ocupação existente, uma proposta de crescimento ordenado, indicando as áreas a serem ocupadas futuramente, inclusive com a demarcação de novas ruas para quando a expansão se fizesse necessária. (fig.11)

De acordo com Paulo Bertran,

*em primeiro lugar a planta retrata fielmente, quase com detalhes, a ocupação, o uso efetivo do solo na Vila Boa de Goiás de 1782. Em seguida, planeja (na mesma prancha de desenho), a expansão urbana reticulada da cidadezinha, com respeito, porém, por aquilo que já era fato consumado (inclusive algumas invasões de terras públicas) naquele remoto ano de 1782, 56 anos depois de sua fundação pelo Anhanguera. É um*

*exemplo raro de levantamento de uso do solo e de planejamento de sua expansão, em se tratando de período colonial brasileiro,*<sup>240</sup>

sendo em grande parte seguido à risca, pois uma comparação dessa planta com a atual da cidade de Goiás, torna possível ver que o que na primeira aparece como proposta na segunda aparece como ocupação já efetivada.

Acompanhando esse prospecto, D. Luiz da Cunha fez elaborar também um competente código de posturas que, além da preocupação com a forma de expansão da vila, apresentava propostas objetivas para reformas e reconstruções das casas, no intuito de organizar tanto o alinhamento quanto a qualidade estética das edificações aí existentes.

Sendo assim, o núcleo urbano da cidade de Goiás levou praticamente todo o século XVIII forjando sua estruturação espacial. Em princípio com base na incidentalidade, ou seja, formando-se espontaneamente a partir tanto do conhecimento empírico quanto da necessidade imediata de seus primeiros habitantes, e, em um segundo momento, utilizando-se da intencionalidade que, acontecendo isoladamente ou em paralelo com a incidentalidade, vai, de certa forma, dar os primeiros passos no sentido de organizar espacialmente o crescimento do núcleo, direcionando suas ruas e becos, assim como determinando as características arquitetônicas de seus edifícios.

### 3.2.1. Apropriação do Espaço Urbano em Vila Boa

Sendo em sua origem um núcleo de interesse minerador, o arraial de Sant'Ana, futura Vila Boa, teve seus primeiros terrenos ocupados da forma como eram geralmente cedidas as quadras mineradoras em praticamente toda a região de mineração do século XVIII.<sup>241</sup>

Em um segundo momento, já em 1736, a Carta Régia que determina a implantação da vila acenava com a possibilidade de distribuição de terras urbanas para a construção de residências, assim como com a determinação de terras para aforamento no entorno do núcleo, o que veio gerar o aparecimento de grande número de chácaras em anos posteriores.

E finalmente, nas décadas finais desse primeiro século de ocupação, algumas medidas foram tomadas, no sentido de reintegração de posse de algumas dessas chácaras, com o objetivo de, através de novos parcelamentos e da redistribuição das terras urbanas, facilitar e dar um sentido de orientação ao crescimento da vila.

De acordo com os estudos de Paulo Bertran,<sup>242</sup> as três primeiras ruas do arraial de Sant'Ana implantadas com esse objetivo teriam sido as atuais Bartolomeu Bueno, Dom Cândido e Moretti Foggia que, em seqüência e nessa mesma ordem, dariam continuidade à estrada que, vindo de São Paulo através de Meia Ponte, atravessaria esse núcleo, chegando ao largo da Matriz, de onde sairia, novamente convertida em estrada, rumo a Cuiabá, no Mato Grosso. Do largo do Rosário, ponto de encontro das ruas Bartolomeu Bueno e Dom Cândido,

<sup>240</sup> BERTRAN, P. et. alii. **Evolução ...** p. 7.

<sup>241</sup> Com relação à forma como eram distribuídos os terrenos mineradores, no Capítulo 2 da Parte II desse trabalho, foram citadas, de acordo com as informações do padre Antonil, as medidas assim como as condições necessárias para se conseguir o direito à exploração.

<sup>242</sup> BERTRAN, P. et. alii. **Evolução ...** p. 14.

sairia também a estrada para o arraial da Barra, posteriormente transformada em rua, com o nome de rua Nova. Com isso teríamos o início da conformação urbana definido pela associação feita entre as datas mineradoras ocupando as margens do rio Vermelho e os caminhos, ou estradas, cruzando por sobre o desenho definido por elas. (fig.12)

Ao se estudar as cidades brasileiras do litoral, a primeira observação que se faz é sobre o seu perfil em terreno acidentado, à semelhança dos antigos núcleos metropolitanos surgidos principalmente no decorrer da Idade Média. Segundo Murillo Marx, tanto os vícios quanto as virtudes de nossas cidades, mesmo aquelas surgidas já ultrapassado o período colonial, refletem o típico aglomerado medieval português, o que ocorre não só na colônia Americana, mas também nas Africanas e nas Asiáticas,<sup>243</sup> onde, por uma questão de defesa, é a topografia que orienta e direciona o sentido das vias de circulação, além de dar-lhes a configuração irregular que tão bem as caracteriza.

Também os núcleos mineradores apresentam tal conformação. Não pelos motivos de segurança encontrados nos aglomerados litorâneos, mas pelo fato de ser o sítio aurífero extremamente acidentado e de ser a implantação de tais núcleos desenvolvida através da ocupação das duas margens de um curso d'água que corre, na maioria das vezes, em um pequeno vale. De qualquer forma, a irregularidade vai ser uma constante nas cidades brasileiras dos primeiros séculos, quer seja ela resultante da escolha do sítio por uma necessidade de defesa quer seja em decorrência de explorações minerais e, por qualquer desses motivos, o colonizador português não sente dificuldades em se estabelecer.

E aqui é bom observar que, se no litoral o sítio escolhido para a implantação de um novo núcleo proporcionava sua instalação com a parte central no alto, descendo periféricamente, o estabelecimento minerador vai acontecer de forma inversa, com a ocupação tendo seu início na parte mais baixa e subindo periféricamente as encostas dos vales.

No que se relaciona ao urbanismo minerador, existe uma diferença considerável entre os núcleos goianos e os encontrados nas Gerais. A topografia da região mineradora em Goiás, se bem que acidentada, não apresenta a mesma conformação ou o mesmo perfil dos locais onde foram implantados os núcleos mineiros, sendo, portanto, mais plano. Em conseqüência disso, em Goiás, o traçado acontece de uma forma mais organizada, já que a conformação do terreno assim o permite, com as ruas apresentando uma declividade menos acentuada, o que pode ser observado ainda, no fato de existirem aí vários edifícios residenciais construídos sob o mesmo plano de cobertura.

Entretanto, nem por isso o desenho da cidade perde suas características medievais de conformação, com as ruas se desenvolvendo como conseqüência da implantação dos edifícios, não apresentando regularidade nem no que se refere ao direcionamento nem no tocante à manutenção de uma constância em sua largura. A necessidade de espaço suficiente para a acomodação de um grande número de exploradores vai ser determinante no que se refere ao dimensionamento dos lotes destinados à construção de moradia, mas em hipótese alguma vai criar problemas à ocupação ou à conformação do espaço urbano, pois, para tal situação, a própria tradição cultural já tem solução desenvolvida e aprimorada ao longo de séculos, com a implantação de edifícios

---

<sup>243</sup>MARX, M. **Cidade brasileira**. p. 24.

unidos lateralmente, limitando e delimitando o espaço público que, mais que rua, se apresenta como caminho.

Para Argan, o que define, conserva e transmite a uma cidade o que vai ser seu caráter próprio é a atuação de cada um de seus habitantes, sozinho ou em conjunto, no sentido de garantir a cada elemento urbano sua integridade, opondo-se à destruição de alguns fatos construídos que representam, para ele, cidadão, todo um contexto simbólico e místico, que a seu ver representam também a cidade.<sup>244</sup>

Assim, ao longo do tempo, e em decorrência de mudanças de cunho cultural ou mesmo de necessidades imediatas visando à implantação ou à expansão de um núcleo, muitas vezes o foco de interesse da população se desvia de um para outro elemento, de um para outro objeto, alterando o sentido do místico ou do simbólico, sem, no entanto, mudar as características fundamentais de organização do espaço urbano.

Com base nisso, podemos observar em nossas cidades mineradoras, carregadas de elementos característicos do urbanismo medieval, o desaparecimento da muralha, e consequentemente da porta, elementos que muita importância tiveram naquele período da história como símbolos para sua população, em favor do interesse por outros símbolos, por outras formas de visão mítica da cidade. Como exemplo disso pode ser citada a diversificação no número de edificações religiosas, cada uma implantada e mantida por um grupo específico de moradores organizados com base em proximidades sociais, profissionais ou mesmo raciais, além de um conjunto de interesses comuns. Entretanto, em nível mais geral, pode ser observada também a importância dada aos edifícios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia, implantada sempre em local de destaque no meio urbano, e o pelourinho, símbolo político da conquista do status de vila ou cidade. Ainda segundo Argan, esses edifícios passam a constituir modelos dos quais dificilmente a população consegue se desvincular, pois é característica própria do monumento comunicar, num sentido mais amplo, um conteúdo ou um significado de valor. Vai ser também com base nisso que a arquitetura residencial se tornará um elemento de comunicação de uma determinada forma de valor, que poderá tanto ser real quanto atribuída, denunciando a condição social de seu proprietário ou apresentando a apropriação de elementos de prestígio próprios dos monumentos considerados como símbolos do poder em relação ao contexto urbano.<sup>245</sup>

Se por um lado a forma de estruturação dos espaços já faz parte da cultura de morar do colonizador português, por outro alguns elementos simbólicos, principalmente aqueles desenvolvidos pela Contra-Reforma, relacionados tanto ao poder espiritual quanto ao temporal e reconhecidos como característicos do Barroco, é que vão, nesse momento, contribuir para uma diferenciação na forma de visualização dos espaços. Isso pode acontecer tanto no que se refere à organização do espaço residencial particular quanto naquele de determinados edifícios que se apresentam como sendo de interesse geral. De acordo com Leite Brandão,

*os monumentos aparecem como centros significativos que estruturam a cidade barroca. Em relação a eles, a existência humana readquire segurança e significado e vê-se referenciada pelos sistemas ideológicos e hierárquicos que deles emanam: no caso da Itália, este sistema é o poder*

<sup>244</sup>ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 235.

<sup>245</sup>ARGAN, G. C. **História da arte ...** p. 235-236.

*da Igreja Católica renovada pela Contra-Reforma e, no caso da França, é o poder da monarquia absoluta. Com compasso e esquadro, os arquitetos rasgaram as cidades, introduziram amplas praças e ruas compridas e retas ligando seus focos e constituindo o sistemático e cenográfico urbanismo seiscentista.*<sup>246</sup>

No caso de Vila Boa, se não nos foi permitido encontrar essas características barrocas representadas pelas amplas praças e por ruas retas, ou por uma decoração difusa e de certa forma monumental nos edifícios oficiais e religiosos, no entanto podemos observar, de forma um tanto discreta, a cenografia própria do poder expressando-se através de um traçado e de edificações de características no mais das vezes de uma sobriedade marcante, sem muita vocação para a monumentalidade que tão bem caracteriza esse período. Os edifícios religiosos aí encontrados vão, em sua maioria, apresentar características semelhantes às das primeiras capelas construídas pelos colonizadores no litoral, enquanto os edifícios públicos, representativos da arquitetura oficial, de uma volumetria marcante e com elementos compositivos próprios do maneirismo, apresentam-se sem qualquer elemento decorativo exterior que venham modificar o rigor de singeleza de suas formas.

### 3.2.2. Os Caminhos Urbanos

O espaço destinado ao trânsito público em Vila Boa desenvolve-se da mesma forma como o geral na colônia, seguindo o mesmo padrão observado por Moutinho nas aglomerações alentejanas, onde a rua é um espaço composto por dois alinhamentos de casas que se desenvolvem um frente ao outro,<sup>247</sup> ou seja, não é o espaço público que define o privado, mas sim esse último que, ao ser edificado, determina e delimita a via pública urbana, demonstrando uma clara relação com os modelos de organização espacial implantados pelos muçulmanos em território ibérico. Ainda de clara influência mourisca em nossas cidades, pode ser observada a largura com que as ruas se apresentam. Em suas cartas sobre as cidades brasileiras, Vautier<sup>248</sup> anota que essa largura parece ser a ideal e que, inclusive nas cidades implantadas já no século XIX, esse sistema de vias ainda aparece com certa intensidade, constituindo, na visão de Gilberto Freyre, o que seria o bom senso português na colonização do Brasil tropical.<sup>249</sup>

Elemento de grande importância no meio urbano, a rua se apresenta simultaneamente como meio de comunicação e espaço de referência no relacionamento cotidiano da população. Além de definir os principais eixos de ocupação, estabelece conexões no interior do perímetro urbano e faz sua ligação com o meio exterior, ao dar continuidade às estradas e caminhos.

A trajetória da rua, ao dar conformação ao espaço público urbano nas cidades brasileiras do período colonial, principalmente a partir de inícios do século XVIII, quer se oriente por questões de topografia quer por herança cultural, apresenta desde o início elementos de visada em perspectiva, ou seja, proporciona a apreensão visual de elementos da composição urbana a partir de

<sup>246</sup>BRANDÃO, C. A. L. op. cit. p. 117.

<sup>247</sup>MOUTINHO, M. op. cit. p. 117.

<sup>248</sup>VAUTIER, L. L. Casa de residência no Brasil. in: **Arquitetura civil I**. São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1981. p. 35.

<sup>249</sup>FREYRE, G. op. cit. p. 290.

determinados pontos, cantos ou ruas que, pela perspectiva criada, valorizam esses elementos em relação ao seu entorno.

Murillo Marx sugere serem sutilezas do traçado medieval<sup>250</sup> que, talvez com maior acerto, Giovanna Del Brenna relaciona com o discurso espacial característico do Barroco, que vai imprimir um resultado cenográfico de considerável qualidade visual, aplicado a uma estrutura urbana característica da colonização portuguesa.<sup>251</sup> Isso quer dizer que cria-se, com elementos barrocos próprios das cidades altamente planejadas do século XVIII europeu, uma amplitude dramática e cenográfica sobre o traçado espontâneo de nossas cidades, utilizando, para tanto, a irregularidade, os ângulos e os vazios provocados pela implantação de cada nova rua. Cria-se uma situação em que o percurso que conduz ao edifício que se pretende destacar dentro do meio urbano passa a ser criteriosamente controlado. O espectador é, então, orientado, em seu caminho, a perceber, através de elementos de perspectiva, se não a monumentalidade, pelo menos a solenidade da edificação que estará de certa forma vinculada à paisagem circundante,<sup>252</sup> o que, no nosso caso, será enriquecido com a irregularidade oferecida pela topografia e pela composição do espaço urbano.

Temos, com isso, um caráter unitário envolvendo todo o espaço urbano existente, que é vivido pela população não apenas em suas necessidades materiais imediatas, mas também espirituais e lúdicas, sendo suas vidas tomadas por uma relação direta com a cidade. Assim, a rua não pode ser, dentro do espaço urbano, um elemento estático e imutável, já que, trazendo para o espaço visual da cidade todos esses aspectos de organização, tende a ser clara expressão dos vários ritmos de crescimento, dos quais é o principal agente ordenador.<sup>253</sup>

Além disso, fica claro, ao se estudar o urbanismo português como antecedente histórico formador de nossas cidades coloniais, o fato de não haverem se desenvolvido em Portugal os elementos básicos da modernidade renascentista. Apenas com o advento do Barroco o urbanismo português vai abandonar suas características medievais, e isso acontece praticamente apenas no que se refere a edificações e espaços urbanos onde é possível o emprego de um tratamento mais erudito, continuando a área de influência da cultura popular, da formação vernacular tanto do edifício quanto do desenho da cidade, a se desenvolver segundo a tradição medieval das influências não só cristãs como também árabes.

Com isso, podemos perceber, no traçado de nossas cidades coloniais em geral e em Vila Boa em particular, a caracterização do medieval cristão já apresentado por Benevolo, no qual, segundo esse autor, as ruas se encontram estruturadas de forma a apresentar um conjunto unitário que, mesmo através de uma visível irregularidade, favorece a percepção e a compreensão do todo urbano.<sup>254</sup> A cidade se estabelece então com um conjunto de vias que se hierarquizam na medida que vai se definindo sua conformação junto à topografia, promovendo a gradação das vias em principais e secundárias.

<sup>250</sup>MARX, M. **Cidade brasileira**. p. 45.

<sup>251</sup>DEL BRENNNA, G. R. Medieval ou barroco? proposta de leitura do espaço urbano colonial. **Barroco**. Belo Horizonte n° 12. p. 143. 1982-1983.

<sup>252</sup>ALVAREZ, M. **Arquitetura monumental e vontade de potência**. Rio de Janeiro: Oficina Letras e Artes, 1991. p. 41.

<sup>253</sup>ANDRADE, A. A. op. cit. p. 27.

<sup>254</sup>BENEVOLO, L. op. cit. p. 269.

Além disso, elementos de composição do traçado urbano islâmico compõem, associados a características do medieval cristão, assim como elementos da paisagem e do mobiliário encontram-se estrategicamente dispostos ao longo do espaço público.

Na sequência de elementos característicos das influências européias encontradas na conformação urbana de Vila Boa, podemos encontrar ainda indicativos de visadas próprias do uso da perspectiva, que aparecem na forma como determinados edifícios são implantados na malha, em posição que denuncia uma preocupação e um conhecimento estético que, de certa forma, encontram-se deslocados em relação ao espaço urbano como um todo.

São ruas e espaços abertos característicos tanto do desenho medieval cristão quanto do árabe, que em determinados momentos permitem, ou mesmo promovem, a visualização estratégica de um ou outro monumento não por acaso edificado sobre um outeiro, um terreno rochoso ou mesmo ao longo de uma rua, misturado ao casario, implantado de forma a permitir um ângulo de visão que valorize suas formas e dimensões.<sup>255</sup>

Sendo assim, fica clara a origem do traçado de nossas cidades, não só no que se refere à estruturação dos espaços, mas também no que concerne à organização e à hierarquização das vias, nas quais fica patente a existência de ruas principais, secundárias, vielas e becos, sendo esses últimos empregados no traçado como elementos de ligação transversal entre as primeiras.

Segundo o esquema tradicional de hierarquização das vias, em um plano geral de organização do espaço urbano, vamos encontrar a rua principal do núcleo, que geralmente faz a ligação entre dois pontos fundamentais da cidade, como os pátios das igrejas mais importantes, a cadeia ou o palácio, além de centralizar o comércio e tentar aproximar as demais atividades de caráter público. Recebe essa via, inevitavelmente, a denominação de Rua Direita, e aparece em praticamente todo o território colonial.

A Rua Direita, que segundo Benedito Lima de Toledo teria sua origem histórica inspirada na tradicional estrada de Damasco,<sup>256</sup> o caminho da fé para os muçulmanos, e que Amélia Andrade localiza em seu trabalho como sendo a denominação genérica do eixo central dos núcleos medievais portugueses<sup>257</sup> que, dando continuidade à estrada em seu trecho urbano faz a ligação entre as duas principais portas da cidade. No caso de Vila Boa, a Rua Direita, rua onde se estabeleceu o comércio, e onde provavelmente, segundo Paulo Bertran, encontrava-se também o mercado de escravos,<sup>258</sup> é a mesma que faz a ligação dos largos entre os Rosário e da Matriz, além de ser o trecho urbano da estrada que, como já vimos, vindo de São Paulo, segue por território goiano

<sup>255</sup>Como exemplo dessa afirmação, podemos observar a igreja de Santa Bárbara, situada em um outeiro afastado do núcleo urbano original, mas que de qualquer ponto do centro da cidade pode ser vista, quer através de trechos de ruas que de repente seguem em sua direção quer através de vazios criados na paisagem, favorecendo sua visualização. Também as igrejas do Rosário e da Boa Morte, situadas em praças centrais, estão implantadas de forma recuada em relação ao conjunto dos edifícios do seu entorno, e no ponto de melhor visualização no que se refere à topografia. Isso faz com que sejam vistas sempre em uma situação que no mais das vezes provoca um certo destaque de suas dimensões em relação às demais edificações. Em situação privilegiada dentro da malha urbana, porém de forma diferente, podem ser vistos ainda os edifícios da Casa de Câmara e Cadeia, o Quartel do XX, e as igrejas de São Francisco e de Nossa Senhora d'Abadia.

<sup>256</sup>TOLEDO, B. L. de. op. cit. p. 103.

<sup>257</sup>ANDRADE, A. A. op. cit. p. 17.

<sup>258</sup>BERTRAN, P. *Notícia ...* vol.2 p. 52.

para a cidade de Cuiabá. Seria, assim, um trecho do caminho urbano de ligação entre as portas, se existissem, de saída para essas duas capitais.

Também a Rua Nova, atual Eugênio Jardim, destaca-se desde os primeiros momentos como continuação urbana da estrada que liga os arraiais de Sant'Ana e Barra, sendo ainda, até no decorrer do século XIX, o caminho que levava ao campo da forca.

Aqui é bom observar que, no geral, os arraiais do século do ouro se caracterizam por uma linearidade que invariavelmente acompanha o curso d'água, em função principalmente da distribuição das datas mineradoras. Em Minas Gerais, essa linearidade vai, de certa forma, ser um dos responsáveis principais pelo processo de conurbação, como elemento fundamental da formação dos núcleos. De acordo com Sylvio de Vasconcellos, Vila Rica apresenta tal configuração acompanhando a marcha da mineração, não deixando, no entanto, de se mostrar apegada à estrada-tronco.<sup>259</sup> É ainda ao longo ou próximos a essa estrada que se implantam os principais edifícios religiosos da antiga capital mineira. Já em Vila Boa, essa rua vai se apresentar de forma inversa, perpendicular ao rio, tendo como pontos extremos o largo do Rosário e o da Câmara: de um lado a formação natural e espontânea implantada pelos primeiros exploradores e do outro, o espaço planejado, oficial, centro do poder administrativo não só do núcleo, mas de toda a Capitania. Apesar de não se vincular ao alinhamento definido pelos mineradores em seu estabelecimento ao longo do rio Vermelho, a linearidade de Vila Boa apresenta-se diretamente ligada ao direcionamento imposto pela estrada, que atravessa o núcleo urbano em toda a sua extensão.

Ressalta-se ainda o fato de, com sua implantação ocorrida em um terreno que se apresenta mais como um plano inclinado, o antigo arraial de Sant'Ana conseguir aliar, em suas ruas, a conformação irregular imposta pelo terreno às preocupações de organização espacial de alguns de seus administradores, notadamente o conde D'Alva, seu precursor, e Luiz da Cunha Menezes que, 42 anos depois do conde, procurou organizar o núcleo através de um projeto de ordenação, além de dar-lhe uma legislação definitiva.

Temos, com isso, um conjunto de ruas implantadas em uma topografia de perfil levemente acidentado que, no entanto, apresenta uma preocupação com o melhor aproveitamento e, mesmo que no geral apresente um traçado até certo ponto irregular, tem cada uma de suas vias traçada, na medida do possível, de forma retilínea, promovendo uma certa ordem dentro da forma tradicionalmente conhecida como desordenada.

Ainda nesse emaranhado de vias urbanas que, em alguns momentos, se desenvolvem acompanhando as curvas de nível do terreno e, em outros, cortam perpendicularmente essas mesmas curvas, vamos encontrar, mais como elemento de ligação do que como rua propriamente dita, os becos, espaços abertos curtos e estreitos que apresentam como função principal interligar aquelas vias de maior porte e movimento.

Engastados entre os muros de pedra dos quintais, os becos aparecem por toda a cidade, apresentando, no geral, duas funções distintas: a primeira seria a já citada, de ligação entre as ruas e a segunda seria representada pelos becos sem saída, que geralmente introduzem-se nas quadras com a finalidade básica de atender à parte posterior ou de serviço das residências. Estariam esses becos sem saída bem mais próximos do adarve (do

<sup>259</sup>VASCONCELLOS, S.de. **Vila Rica**. p. 76.



árabe ad-darb) do que de qualquer elemento urbano ocidental.<sup>260</sup> De acordo com Goitia, o adarve seria, em termos urbanos, a negação da rua como valor estrutural, pois não tem saída, não apresenta continuidade e não se presta a nenhum interesse público, estando mais relacionado a interesses privados, ou seja, aos interesses do conjunto de residências em cujo interior penetra para que elas tenham entrada.<sup>261</sup>

Realmente, nenhuma outra finalidade possuem esses becos em Vila Boa, além de atender a um número restrito de residências, mesmo não sendo como acesso principal, como originalmente faz o adarve, mas exclusivamente de serviço. Sendo assim, o traçado em Vila Boa, se bem que claramente irregular, mantém uma certa coerência. Em nenhum momento essa irregularidade se transforma na trama urbana complexa e misteriosa das cidades mouriscas, de quem apresenta como herança inúmeros elementos, sendo, ao contrário, claro, fácil e coerente.

### 3.2.3. Espaços mais Amplos

Um espaço público urbano que sempre, em toda a história, mereceu destaque foi a praça. Utilizada como ponto de encontro, local de reunião, de organização de mercados e feiras, no centro do núcleo urbano ou junto à porta da cidade, em frente a uma igreja ou edifício público, a praça sempre foi uma referência urbana mais importante até mesmo que a rua, pois era ali que se realizava todo tipo de manifestação e de festividade, tanto religiosas quanto profanas, além de ser a região da cidade onde se localizavam os principais edifícios. Segundo Camillo Sitte, foi principalmente durante a Idade Média e o Renascimento que, na vida pública, mais se valorizou, de forma intensa e prática, as praças, com a busca de uma completa harmonização entre esse espaço e os edifícios públicos adjacentes.<sup>262</sup>

Como já visto anteriormente, o Brasil colonial em momento algum apresenta esse espaço organizado segundo o padrão proposto pela Coroa espanhola para suas colônias americanas. Ali, esse espaço é encarado como o centro gerador de toda a estrutura urbana, sendo inclusive o primeiro elemento a ser demarcado, com especificação do local e da área destinada a cada um dos principais edifícios que, em seu entorno, serão construídos. Suas medidas serão ainda utilizadas como base para o dimensionamento das quadras residenciais e das praças menores que, com o crescimento do núcleo, provavelmente irão surgir. (fig.13)

Em oposição a esse modelo clássico e às vezes até mesmo erudito de organização do espaço, vamos encontrar seu correspondente brasileiro, elaborado, como tudo o mais na América lusitana, de forma extremamente espontânea, irreverente e bem ao sabor popular.

O modelo de praça desenvolvido pelos espanhóis não será encontrado no Brasil nem nos núcleos desenvolvidos com base nos projetos de engenheiros militares nem naqueles implantados durante o período filipino, quando a rigidez e a regularidade da legislação imposta por Felipe II não

<sup>260</sup>COELHO, G. N. **Goiás: uma reflexão** ... p. 34.

<sup>261</sup>GOITIA, F. C. op. cit. p. 71.

<sup>262</sup>SITTE, C. op. cit. p. 30.

conseguiu sobrepujar a liberdade de ação popular tão conhecida do colonizador português.

O que tradicionalmente se encontra em nosso território é uma sucessão de espaços, como os largos, os pátios e os terreiros que, articulando uma trama viária até certo ponto modesta, alimentava e dava sentido à vida em suas ruas.

Com sua designação determinada em função do local, do uso e de sua origem, o modelo mais encontrado desse tipo de espaço vai ser o largo que, fugindo ao conceito tradicional de praça, apresenta-se mais como um alargamento da rua propriamente dita do que da concepção de necessidade prática de um espaço urbano aberto nos moldes hispano-americanos. É aí que se organizam as feiras, que se estabelece o chafariz, além de um ou outro edifício de maior importância (fig.14). Já o terreiro e o pátio vão se desenvolver sob as vistas e o controle direto da igreja ou do convento, tendo na figura do padre seu fiscal e principal articulador de atividades. (fig.15)

Característico dos núcleos litorâneos, esse vazio urbano vai, com o tempo, segundo Murillo Marx, se aprimorando em sua relação com o edifício religioso, levando a uma disposição geral dos demais edifícios no sentido de valorizar e mesmo realçar o edifício da igreja, do convento ou do mosteiro aí existente.<sup>263</sup>

Nas regiões mineradoras, o espaço aberto mais comumente encontrado vai ser o largo, que se estabelece em locais estratégicos na malha urbana, tendo geralmente uma conformação irregular, no mais das vezes se utilizando de elementos arquitetônicos de valorização. Isso pode ser claramente observado nas cidades de Ouro Preto, onde no principal desses espaços estão, frente a frente, a casa do governador e a da Câmara, e na de Cuiabá, onde a igreja Matriz dominava visualmente toda a área.

Em Vila Boa, as três principais praças, que sempre receberam a designação de largos, existindo praticamente desde o início do aglomerado, apresentam-se com base na forma de triângulo, o que Camillo Sitte considera em seu trabalho como uma forma de aparência ruim, por não permitir uma perfeita ilusão do olhar, já que aí as linhas de perspectiva dos edifícios se entrecrocavam visualmente de forma constante e grosseira.<sup>264</sup> Entretanto, não é isso que se percebe nos largos vilaboenses, que se desenvolvem com uma peculiar singeleza, com sua massa de edifícios residenciais, em sua grande maioria térreos, dando suporte à volumetria de um determinado edifício que se pretende destacar.

O primeiro e provavelmente o mais antigo desses largos, situado em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário, de onde tira seu nome, é, como já se disse anteriormente, de formato triangular e representa o ponto onde se unem as ruas da Cambaúba e Nova, ou seja, a parte urbana dos caminhos que, vindos o primeiro de Meia Ponte e o segundo do Arraial da Barra, para aí convergem, unindo-se na rua dos mercadores, atual D. Cândido, em direção ao largo da Matriz, que é, pode-se dizer, o centro nervoso da vila.

Situado no ponto de encontro de duas vias de ligação exterior-interior do núcleo, onde à época, alojavam-se as pessoas de menor poder aquisitivo, com a rua da Cambaúba ocupada basicamente por pardos e negros forros, é o largo do Rosário o menor dos espaços públicos encontrados em Vila

<sup>263</sup>MARX, M. **Cidade brasileira**. p. 50.

<sup>264</sup>SITTE, C. op. cit. p. 68.

Boa no século XVIII, tendo em sua parte mais alta, e dominando todo o conjunto, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, pertencente à irmandade dos pretos. Pela posição, esse edifício, apesar de secundário, assume proporções de monumentalidade, tendo em vista o fato de ter à sua frente, em linha praticamente reta, as ruas Direita e dos Mercadores que, em decorrência de suas larguras e das construções adjacentes, canalizam a visão dos que por aí trafegam.

A entrada do observador nesse largo, seja ela feita por qualquer uma dessas três ruas, proporciona uma visão de conjunto que, de certa forma, corrobora a posição de Del Brenna com relação à questão da cenografia discutida em seu trabalho.<sup>265</sup> A igreja, estrategicamente deslocada em relação às vias laterais, cria uma sensação de impacto no momento em que o observador consegue ter uma visão geral do largo, definindo as proporções arquitetônicas dos edifícios residenciais em relação ao religioso. (fig.16)

O segundo largo que se observa em Vila Boa, segundo também em dimensões e provavelmente, ao longo da história desse aglomerado, o mais importante, é o largo da Matriz, também conhecido como largo do Palácio, local onde os primeiros exploradores erigiram a pequena e primitiva capela dedicada a Sant'Ana e onde, segundo a tradição, Bartolomeu Bueno construiu uma de suas residências.

Também de formato triangular, esse largo, implantado na mesma posição que o anterior, apresenta os melhores, maiores e mais bem acabados edifícios residenciais e, ao longo do tempo, teve várias dessas edificações profundamente modificadas, com a substituição de algumas casas térreas por sobrados, a adaptação de algumas residências para servirem de residência ao Governador, a substituição da Capela por uma igreja Matriz de dimensões monumentais em relação ao restante do conjunto e a substituição da provável residência do fundador pela igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. (fig.17) É ainda o local onde, em 1751, moravam o Capitão Mor, o fiscal da Intendência e o escrivão da Ouvidoria, e onde mais tarde seria instalada a Real Fazenda. Esse foi, durante o século XVIII, o ponto mais central da Vila e, diferentemente dos demais largos, tinha seu acesso feito por um grande número de ruas e becos.

O mais amplo espaço público de Vila Boa sempre foi, no entanto, o largo da Cadeia, também conhecido como largo do Chafariz ou largo da Boa Morte, onde, por suas dimensões, fica mais evidente a inclinação do terreno e menos perceptível sua forma triangular, para quem não se encontra próximo aos seus vértices. Ressalta-se ainda o fato de ser esse o espaço criado oficialmente com o objetivo de se apresentar como centro gerador do que deveria vir a ser a vila, criada segundo a ordem real de 1736.

Ao descrever esse largo, Paulo Santos diz que seu piso desce fortemente da entrada para os fundos, tendo à esquerda a Casa da Câmara e Cadeia, de aspecto singelo e proporções delicadas. À direita do observador, encontra-se ainda um monumental chafariz de formas barrocas e detalhes rococó, compondo, no geral, um conjunto que Paulo Santos considerou como ingênuo.<sup>266</sup>

Essa observação foi, no entanto, prejudicada por uma mudança ocorrida no acesso à cidade, que passou a ser feito pela rua Nova Luziana,

<sup>265</sup>Del BRENNNA, G. R. op. cit. p. 143.

<sup>266</sup>SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 67.

situada à direita da Casa da Câmara e praticamente no meio da base do triângulo.

Se considerarmos o fato de que, no momento em que se deu a implantação desse espaço público, o que existia do aglomerado era a parte próxima ao rio e que era pela atual rua Senador Caiado a saída para Cuiabá, então a entrada para o largo não seria aquela conhecida por Paulo Santos, mas o que esse autor considerou como sendo o fundo da praça, e, sendo assim, tudo o mais muda.

Originalmente, o acesso a esse largo era feito pela rua da Fundação, que sai do largo do Palácio em diagonal, chegando também em diagonal a esse outro espaço. A visão que se tem, então, é a de quem está na parte mais baixa, e o que no entender de Paulo Santos era ingênuo tem a partir daí uma outra dimensão. A Câmara, que vista lateralmente, de um plano horizontal, apresentava-se singela, assume uma monumentalidade brutal quando vista desse ponto, o que é complementado por suas características arquitetônicas de um eruditismo quase clássico, projetando-se por sobre os edifícios residenciais, térreos e vernaculares. Também a localização do chafariz não demonstra desconhecimento de causa da parte de quem ali o instalou, fazendo frente para quem entra pela rua da Fundação e não pela rua Nova, com fez Paulo Santos.

Com isso, estão novamente comprovadas as questões levantadas por Del Brenna tanto no que se refere à questão da cenografia quanto no que diz respeito à colocação dos chafarizes em nossas praças coloniais que, antes de limitarem os espaços, aí estão com o intuito mais de dilatá-los, dando aos largos onde estão instalados uma amplitude maior.<sup>267</sup>

No entanto, se por um lado, o modelo arquitetônico do edifício oficial, o acesso à praça feito em diagonal e a inclinação do terreno comprovam as afirmações de Del Brenna, por outro, o superdimensionamento do espaço, que Camillo Sitte afirma ser prejudicial à boa visibilidade das edificações implantadas em seu entorno,<sup>268</sup> vem apoiar a tese defendida por aquela autora, dando maior destaque ao monumento principal, valorizando ainda mais a intenção dramática e cenográfica do conjunto.

Essas considerações vêm também confirmar as afirmações feitas por Paulo Bertran sobre incidentalidade e intencionalidade na formação do espaço urbano de Vila Boa, no qual participam tanto a colaboração empírica da população na ocupação e conformação desse espaço quanto os elementos eruditos utilizados pelos administradores na tentativa de dar-lhe uma melhor configuração.

### 3.3. Espaço Urbano Edificado

O espaço arquitetônico apresenta-se, segundo Edgar Graeff, de duas formas distintas: o espaço urbano e o espaço edificado, sendo que por espaço edificado entende-se aquele que está contido pelo edifício e que, ao ser

<sup>267</sup>Del BRENNNA, G. R. op. cit. p. 144.

<sup>268</sup>SITTE, C. op. cit. p. 62.

erigido, não só abarca uma porção de espaço como também passa a exercer influências sobre seu entorno.<sup>269</sup>

Da mesma forma como o espaço urbano aberto, representado por ruas, becos e largos contribui para a definição do traçado e da conformação do núcleo, também as edificações vão dar sua parcela de contribuição, já que estão, a partir de sua implantação, diretamente vinculadas à estrutura espacial e visual da aglomeração.

Como já tivemos oportunidade de observar, o alinhamento das ruas em nossas cidades coloniais, da mesma forma como acontece em Portugal, não é organizado como elemento individual ou mesmo gerador dos demais espaços. Antes, é definido a partir da implantação dos edifícios que, desviando-se dos acidentes e dos obstáculos encontrados, unidos parede-meia entre si, e implantados em duas fileiras que se defrontam, proporcionam o surgimento e a configuração do espaço público. Aqui, há uma inegável herança moura, segundo a qual a cidade se organiza do particular para o público, que transparece na definição do desenho de nossas aglomerações setecentistas.

Sendo os pioneiros na ocupação das regiões mineradoras, os exploradores paulistas tiveram problemas com a implantação, nesse novo território, da arquitetura característica de sua região de origem, principalmente em decorrência de ser o terreno acidentado das regiões de mineração impróprio para construções que utilizassem as técnicas construtivas empregadas por esses desbravadores. Como conseqüência, vão surgir novas interferências portuguesas, como a adoção de técnicas e elementos construtivos que, adaptados às questões regionais de clima, topografia e materiais disponíveis, produzem uma arquitetura com características próprias, que estarão mais de acordo com as especificidades da região a ser ocupada.

Temos, com isso, que os edifícios característicos da arquitetura da mineração passam a ser construídos com uma estrutura autônoma de madeira, formando gaiolas onde as paredes, construídas em adobe ou pau-a-pique, servem apenas como vedação e não mais como elemento estrutural, como acontece com a taipa-de-pilão, preferida dos paulistas.<sup>270</sup>

A adaptação desse modelo de arquitetura ao perfil acidentado do terreno vai permitir a criação de porões e de segundos pavimentos, quando a declividade do terreno assim permitir ou exigir.<sup>271</sup>

De acordo com Reis Filho, existe, durante o período colonial, uma relação direta entre o edifício e o parcelamento urbano, na qual a uniformidade do terreno correspondia a uniformidade dos partidos arquitetônicos. Assim, as casas eram construídas de maneira uniformizada, sendo na maioria das vezes tal padronização definida pelas Cartas Régias,<sup>272</sup> como pode ser claramente observado naquela que orienta a criação de Vila Boa e na forma como um programa de necessidades padrão pode ser aí encontrado.

A arquitetura goiana é, então, dentro de toda essa simplicidade que a caracteriza, um misto de elementos construtivos e programáticos trazidos quer

<sup>269</sup>GRAEFF, E. A. **O edifício**. São Paulo: Projeto, 1986. p.14.

<sup>270</sup>A técnica de construção com a utilização de gaiolas de madeira como elemento estrutural, é conhecida como **frontal** e, segundo Thedin Barreto só é encontrada associada a parede de pau-a-pique.

Entretando, em Goiás, ela aparece com a mesma intensidade, associada a vedação elaborada com o uso do adobe.

<sup>271</sup>COELHO, G. N. **Arquitetura da mineração em Goiás**. Goiânia: UCG, 1996. p. 11. (Cadernos Didáticos vol. 4.)

<sup>272</sup>REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 24.

por paulistas quer por portugueses e elaborados de uma forma bem própria e com características regionalizadas.

Sendo assim, as construções goianas desse período são, no geral, extremamente simples, desprovidas de qualquer sentido de erudição, demonstrando a influência popular em todos os sentidos: as construções religiosas de maior porte, elaboradas em taipa-de-pilão ou pedra, e em adobe as menos requintadas. Os edifícios públicos, também de uma simplicidade ímpar e uma sobriedade exemplar, na cidade de Goiás estão representados, em sua maioria, por construções residenciais que, ao longo dos séculos e de inúmeras reformas e adaptações chegaram à conformação atual. Apenas a Casa de Câmara e Cadeia teve projeto previamente elaborado.

Quanto ao edifício residencial, é o que já se sabe: construções implantadas com características conhecidas em praticamente todo o território da colônia, com variações, que, como em tantas outras, vão surgir basicamente em função do terreno e de uma ou outra exigência de caráter puramente regional,<sup>273</sup> não perdendo com isso o que poderíamos considerar como padrão geral.

### 3.3.1. O Edifício Residencial

O edifício residencial, que segundo Suzy de Mello teria como função básica o abrigo, no geral abrange aspectos bem mais amplos, incorporando questões como costumes, necessidades específicas e principalmente a formação cultural do grupo a que está relacionado.<sup>274</sup> No nosso caso, nada mais natural que estivessem nossas residências do período colonial impregnadas da cultura tanto de morar quanto de construir do colonizador português, pois, de acordo com Carlos Lemos,

*é claro que herdamos de Portugal as normas relativas à construção de uma casa de morar. Ocorreu, no entanto, que, em terras portuguesas, devido à enorme variedade de paisagens, cada qual com seus recursos, e à presença árabe por mais de seiscentos anos no sul do país, a arquitetura popular assumiu aspectos muito variados, decorrentes tanto da diversidade de técnicas construtivas empregadas como dos climas vários e, o que é importante, como dos programas de necessidades, os norteadores básicos do partido arquitetônico.<sup>275</sup>*

Mesmo que se entenda a arquitetura brasileira do período colonial como uma transposição daquela desenvolvida na metrópole, é bom lembrar, mais uma vez, que particularidades regionais estarão presentes todo o tempo e com enorme poder de interferência, podendo serem citadas aí questões como mão-de-obra, clima e até o aproveitamento de técnicas e soluções construtivas indígenas assimiladas nos constantes contatos.

Sendo assim, mesmo que se apresente como herança direta da casa portuguesa, a arquitetura residencial brasileira do período colonial, apesar de apresentar características regionais específicas, mantém um padrão de unidade em todo o território, marcando sua presença de norte a sul ao longo dos

<sup>273</sup>COELHO, G. N. **Arquitetura da mineração em Goiás**. p. 13.

<sup>274</sup>MELLO, S. de. **Barroco mineiro**. p. 91.

<sup>275</sup>LEMOS, C. A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In: **Anais do museu paulista**. São Paulo: EDUSP, 1993. p. 95.

séculos, o que levou Vautier a dizer, em meados do século XIX que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”.<sup>276</sup>

Enviada por D. João III ao governador de São Paulo, a Carta Régia datada de 11 de fevereiro de 1736 determinava, ao falar sobre as residências da vila a ser implantada, que fossem, pelo exterior, todas iguais, mesmo que pelo interior fizesse cada morador de acordo com seus interesses e necessidades.<sup>277</sup> Entretanto, essa padronização externa determinada e encontrada quando se observam as construções residenciais em Vila Boa transporta-se também para o seu interior, fazendo com que se encontrem aí dois modelos básicos de planta, que Vautier considerou como sendo carregada, de uma monotonia desesperadora.<sup>278</sup>

O primeiro desses modelos, em decorrência de um melhor aproveitamento da área disponível, vai ser implantado em um terreno mais estreito, com testada de dimensões variando entre 6 e 8 metros. Essa largura vai, portanto, restringir e definir a utilização do terreno, gerando um padrão de certa forma constante, segundo o qual a planta se organiza a partir de um corredor lateral, paralelo a um dos limites longitudinais do terreno, com os cômodos se desenvolvendo ao longo de sua extensão. Sendo assim, em um primeiro plano temos a sala, representando o espaço intermediário entre o exterior e o interior da casa. Em seguida, vêm os quartos, ou alcovas, tendo aos fundos a varanda, que é uma sala de convivência que ocupa geralmente toda a largura posterior dessa parte do edifício, sendo o espaço da casa onde preferencialmente ficavam as mulheres.

Em relação às aberturas na fachada, temos uma ou no máximo duas janelas, além da porta. Essas aberturas se encontram dispostas de forma contrária a qualquer princípio de simetria, ficando a porta de um lado, próxima à linha de divisa com a construção vizinha, e as janelas fazendo par, do outro lado.

O segundo modelo, que atendia geralmente às famílias mais numerosas, representa basicamente uma duplicação da planta, passando o corredor a ser central, continuando, no entanto, a distribuição a acontecer seguindo o mesmo esquema. Aqui, a fachada se apresenta logicamente mais larga que a da residência edificada segundo o modelo anterior e, coincidentemente, em sua grande maioria, mantém como aquela, a quebra da simetria no que se refere às aberturas. Apesar de ser considerado central, o corredor, neste edifício, fica um pouco deslocado em relação ao eixo de simetria, apresentando geralmente um número par de janelas de um lado da porta e um número ímpar do outro.

Fechadas com folhas cegas que se abrem para o interior, essas janelas possuem, no entanto, um segundo elemento de vedação, que se modifica em função do período de construção ou mesmo vai, ao longo do tempo, sendo substituído por outros mais apropriados ou de mais fácil implantação e manutenção.

Inicialmente são utilizadas as treliças que, ao mesmo tempo que vedam a visão do interior da residência, permitem a ventilação dos cômodos, além de favorecerem o controle da rua pelos que estão dentro da casa. Num segundo momento, surgem as composições de venezianas na parte inferior, com caixilhos de malacacheta na parte superior, o que de certa forma mantém a

<sup>276</sup>VAUTIER, L. L. op. cit. p. 37.

<sup>277</sup>SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 50.

<sup>278</sup>VAUTIER, L. L. op. cit. p. 62.

ventilação e o controle do movimento, acrescidos agora da iluminação promovida pelo uso da malacacheta, resguardando ainda a intimidade do interior da residência.

Outro elemento muito utilizado, também com o emprego da malacacheta, vai ser a janela de guilhotina que posteriormente, com o emprego do vidro nos caixilhos, vai promover um certo devassamento dos cômodos situados junto à fachada principal do edifício.

As portas e folhas cegas das janelas são, invariavelmente, montadas em canaleta, com as peças de madeira colocadas lado a lado, estando, em seqüência, uma à frente, como se em relevo, e outra ao fundo. Os vãos se apresentam de duas formas: os mais antigos com verga reta e os demais em arco abatido, também denominado canga, ajudando no que poderia ser considerado como o toque de decoração da frontaria dos edifícios residenciais de Vila Boa.

A repetição, com tanta insistência, de um programa básico, associada à padronização de um modelo de fachada, pode ser entendida como uma preocupação geral do colonizador com um caráter formal já bastante conhecido e que, no mais das vezes, garantia para nossas vilas e cidades uma aparência tipicamente portuguesa.<sup>279</sup> E é exatamente essa semelhança com as cidades metropolitanas que levou Paulo Santos a afirmar que as cidades brasileiras do período colonial conseguiram manter de tal forma as características lusas que regionalismo algum conseguiu eliminar, o que vem a classificá-las mais como cidades portuguesas do Brasil do que propriamente como cidades brasileiras.<sup>280</sup>

Em nível de decoração interna, pouca coisa pode ser encontrada nesses edifícios, sendo essa questão resolvida basicamente com a utilização de materiais construtivos mais elaborados em alguns compartimentos hierarquicamente considerados mais importantes. Assim é que podemos observar o forro sendo utilizado praticamente só na parte anterior do corredor de entrada e na sala de visitas, sendo que aí, em alguns casos, deixa de ser plano para se apresentar em forma de gamela decorada, o que proporciona maior requinte ao edifício e maior importância ao seu proprietário.

Também o piso em algumas áreas será enobrecido com a utilização da madeira ou da mezaneta,<sup>281</sup> ficando para a parte mais interior da residência revestimentos como a pedra ou mesmo o chão batido, que aparece principalmente na cozinha e nos depósitos.

Ainda com relação à planta, em todos os modelos existe um padrão que se apresenta como imutável, que é a divisão do edifício em dois blocos, estando no primeiro o corredor, a sala, os quartos e alcovas e a varanda e, no segundo, que não utiliza toda a largura do terreno, como acontece no primeiro, abrigam-se cozinha, depósitos e demais compartimentos de serviço, estabelecendo-se aí uma clara separação entre a área social e íntima de um lado, e a de serviços do outro, estando inclusive, na maioria dos casos, o segundo bloco situado 2 ou 3 degraus mais baixo em relação ao outro, demonstrando claramente a importância dada a esse setor nas residências.

<sup>279</sup>REIS FILHO, N. G. **Quadro ...** p. 24.

<sup>280</sup>SANTOS, P. F. **Formação ...** p. 5.

<sup>281</sup>A **mezaneta**, muito utilizada no revestimento de pisos no período colonial, é um elemento de origem árabe, consistindo em uma lajota de barro cozido, à maneira do tijolo, medindo aproximadamente 20 cm x 20 cm x 3cm.



Essa arquitetura residencial produzida em Goiás é o que se conhece de mais simples dentro do quadro arquitetônico representativo do nosso período colonial. Se considerarmos o fato de a arquitetura em Minas Gerais ter se desenvolvido com base em quatro fases, ou etapas, indo do mais simples ao mais elaborado e cheio de ornamentos, pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que os edifícios residenciais goianos, elaborados a partir de uma estrutura autônoma de madeira - o frontal -, correspondem basicamente ao primeiro momento da arquitetura desenvolvida nas Gerais. Suas paredes são, de um modo geral, construídas em adobe, as externas, e as internas também em adobe ou mesmo em pau-a-pique, Sendo em raros casos encontrada a taipa, que será utilizada quase que exclusivamente na fachada principal da edificação, talvez com o intuito de dar à residência uma imponência que demonstre a importância ou mesmo a riqueza do seu proprietário.<sup>282</sup>

Como consequência do uso de taipa na fachada do edifício residencial, vamos ter a necessidade de um beiral com dimensões mais expressivas do que aquele encontrado em edificações cuja fachada utiliza o adobe como elemento construtivo. Isso vai fazer com que o beiral passe a ser visto pela população como uma referência de riqueza, já que, depois de rebocado e caiado, não permite, pelo exterior, que se perceba o tipo de material empregado na elaboração da parede.

Questão de fundamental importância com relação à arquitetura residencial de Vila Boa é a predominância de casas térreas em relação às assobradadas. Ao contrário do que acontece em Minas Gerais, o sobrado aparece no território goiano em geral e no vilaboense em particular, em número tão reduzido dentro da malha urbana que sequer chega a ser considerado como representativo, além de nenhuma novidade apresentarem em termos de técnicas construtivas ou mesmo quanto aos materiais empregados, sendo elaborados segundo o mesmo esquema das casas térreas.<sup>283</sup> Como pode ser observado a partir de material iconográfico, até início da década de 1750 apenas a casa da Intendência apresentava um segundo pavimento.<sup>284</sup>

Esse desinteresse do colonizador por uma construção mais sólida ou mesmo esteticamente mais bem elaborada pode estar relacionado à forma nômade como o minerador se movimenta dentro do território goiano. Não existe uma preocupação com a permanência. O interesse maior é ir atrás do ouro onde ele estiver, e para tanto não será permitido maiores investimentos naquilo que não se poderá levar quando da mudança para outro ponto de mineração. Apenas quando o ouro se esgota e o eixo da economia começa a tomar outra direção é que alguns sobrados começam a ser plantados no espaço urbano de Vila Boa, mas mesmo assim em número muito pouco expressivo.

Se tentarmos analisar a casa encontrada em Goiás segundo os padrões construtivos do século XVIII, será possível perceber que, em primeiro lugar, sua implantação e sua relação com o lote urbano acontecem da mesma forma observada por Amélia Andrade na casa de residência do período medieval português, sendo o resultado prático da capacidade de adaptação do homem ao meio, ou seja, à disponibilidade de espaço existente em um núcleo,<sup>285</sup> com a utilização, aqui, dos dois modelos já citados de planta.

<sup>282</sup>COELHO, G. N. **Arquitetura da mineração em Goiás**. p. 39.

<sup>283</sup>COELHO, G. N. **Arquitetura da mineração em Goiás**. p. 40.

<sup>284</sup>Com relação a esse assunto, ver o prospecto de 1751 apresentado na figura 11.

<sup>285</sup>ANDRADE, A. A. op. cit. p. 34.

Em segundo lugar vêm as questões culturais, que interferem na organização da estrutura interna da residência, com a definição e o uso de espaços efetivados através do escalonamento em três faixas, sendo a fronteira destinada a atividades sociais, a intermediária restrita à intimidade familiar e a posterior utilizada para o serviço doméstico.

Quando se observa a arquitetura tradicional paulista, percebe-se é a existência de todo um programa destinado a representar a organização social e familiar do habitante daquela região. Segundo Luís Saia, o período de ocupação do planalto paulista corresponde, no geral, a uma experimentação que vai desde os aspectos sociais e econômicos até a organização de um espaço habitável,<sup>286</sup> determinando tanto um programa específico quanto o material a ser empregado.

Nesse edifício, conhecido como casa bandeirista e encontrado basicamente no meio rural, percebe-se a existência de uma faixa fronteira, composta de alpendre, capela e quarto de hóspedes, que é a forma mais eficiente encontrada para isolar a família do contato com quem por aí passasse. O alpendre funciona como sala de visitas, local de distribuição de ordens e serviços e nave para a capela, quando o número de fiéis presentes a uma celebração assim o exigisse.

Na seqüência, é possível encontrar um grande salão central, tendo em suas laterais os quartos, de janelas gradeadas que, segundo Luís Saia, isola do mundo e enclausura muçulmanamente a mulher,<sup>287</sup> que tem nesse salão seu local de trabalho, convivência e distração, não lhe sendo permitido qualquer contato com o exterior. Aqui, não fica difícil fazer uma relação entre essa casa e as antigas habitações do Oriente Médio, onde o edifício se desenvolve em torno de um pátio que tem, sem sombra de dúvidas, a mesma função da sala bandeirista de abrigar as mulheres em seus afazeres diários, sem permitir seu contato com estranhos. A grande diferença entre esses dois ambientes fica por conta do clima, que no Oriente permite a eliminação da cobertura, servindo o pátio ainda como elemento condutor de ventilação e iluminação para o restante do edifício, o que não combina com os níveis pluviométricos e de temperatura do planalto paulista.

A terceira faixa, reproduzindo a divisão encontrada na primeira, é destinada exclusivamente a serviços e depósitos. Nesse modelo de edificação, não foi encontrado nenhum vestígio de área destinada a trabalhos de cozinha. Supões-se que, à moda dos índios, que representavam o grosso da mão-de-obra escrava dos habitantes dessa região, essa atividade fosse realizada em uma trempe coberta de palha, do lado de fora da construção, o que justificaria o fato de não haver qualquer sinal que indique sua existência.

Observa-se, com isso, que a forma básica de morar do desbravador paulista demonstra claramente sua organização social e familiar, imprimindo à residência suas preocupações de hospitalidade, ao mesmo tempo que protege, com todos os recursos disponíveis, os membros de sua família, principalmente as mulheres.

Essas são exatamente as questões que vamos encontrar impressas no programa da casa goiana do século XVIII. Representando o espírito hospitaleiro do bandeirante, que é também uma das virtudes mais louvadas do povo português, temos a porta da frente da casa aberta até altas horas da noite, fechando-se apenas quando todos já se recolheram. Aberta também está,

<sup>286</sup>SAIA, L. **Morada paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 127.

<sup>287</sup>SAIA, L. op. cit. p. 133.

constantemente, a porta da sala sobre o corredor. Entretanto, em sua porção média, apresenta esse corredor, uma porta que, se não está trancada, serve ao menos como anteparo visual, resguardando a família contra a curiosidade alheia.

Também na parte íntima, esses dois modelos de residência guardam profundas semelhanças que podem ser observadas, guardando, é claro, suas relações com os meios onde estão implantadas. Na casa bandeirista, por ser um edifício rural, os quartos não se ressentem da falta de iluminação e ventilação diretas, sendo no entanto as janelas providas de grades, que é a forma encontrada para garantir a segurança dos moradores. Na casa goiana, urbana, a exiguidade dos terrenos não permite afastamentos laterais, sendo as casas construídas, como já se viu, parede-meia sobre as divisas dos lotes. Isso faz com que as aberturas só sejam possíveis no sentido longitudinal do edifício, ou seja, para a rua e para os fundos. Sendo assim, apenas de forma indireta os quartos, aqui denominados alcovas, vão receber os benefícios da iluminação e da ventilação, o que também é visto como uma forma segura de resguardar a família, sendo inclusive, em muitos casos, o acesso ao quarto das moças feito através do quarto dos pais.

Completando essa faixa íntima, vamos encontrar a varanda, que pode ser entendida aqui como o local destinado às mesmas funções desenvolvidas no salão bandeirista e no pátio oriental sendo o local das refeições, do desenvolvimento de trabalhos domésticos, da convivência familiar e, em alguns casos mais primitivos, também da cozinha. Abre-se essa varanda para um pequeno pátio, geralmente utilizado como jardim, que é, por assim dizer, uma extensão das atividades ali desenvolvidas.

Em um estreito repuxo lateral e em um nível mais baixo do piso, vamos encontrar a faixa de serviços, abrigando a cozinha e os depósitos, para onde foram transferidos, já no século XX, o banheiro e as instalações sanitárias.

Na ausência de espaços públicos destinados a áreas verdes, é no quintal que a vegetação aparece dentro do espaço urbano, formando uma compacta massa, principalmente de árvores frutíferas. Nessa parte do terreno, separada do pequeno pátio por um muro onde se abre um estreito e baixo portão, além das árvores podem ser encontrados pequenos animais de criação caseira, além de uma improvisada horta para o atendimento imediato da cozinha.

Assim, através de um padrão construtivo tradicional, quer em função do programa de necessidades quer em função das técnicas construtivas empregadas, o edifício residencial em Vila Boa apresenta-se como um reflexo dos padrões culturais trazidos pelos mineradores, confundindo elementos bandeiristas já arraigados e miscigenados por cerca de dois séculos com novas questões trazidas pelos portugueses da última hora, chegados no calor dos descobrimentos auríferos.

O edifício residencial é, portanto, o elemento primordial de formação tanto do espaço quanto da paisagem urbana, caracterizador da estética arquitetônica colonial e determinante da segregação social encontrada na estruturação e na hierarquização das vias e espaços.

### 3.3.2. O Edifício Religioso

Quando, na terceira década do século XVIII, teve início a ocupação do território goiano, os estabelecimentos mineradores das Gerais já se

desenvolviam há cerca de um quarto de século. Em decorrência disso e do fato de haver em Goiás um grande número de exploradores oriundos daquela região, era de se esperar que se desenvolvesse nessa capitania, ou pelo menos em sua capital, Vila Boa, uma arte e uma arquitetura religiosas mais elaboradas, até mesmo como extensão do desenvolvimento alcançado por aquela existente então em Minas Gerais.

Entretanto vários são os fatores que provavelmente vieram contribuir para o estabelecimento de diferenças estéticas e formais, no desenvolvimento construtivos dos edifícios religiosos mineiros e goianos. Dentre eles, pode ser citada a grande distância existente entre Goiás e os centros culturais do litoral, notadamente Salvador e Rio de Janeiro, o que, de certa forma, veio favorecer os assentamentos mineiros, em prejuízo dos goianos e cuiabanos. De acordo com Eduardo Etzel, os aventureiros que possuíam alguma instrução ou cultura, ao se embrenharem por esses sertões, procuravam sempre as proximidades de Vila Rica, ficando as regiões mais distantes e desoladas de Goiás e Mato Grosso para aqueles mais rudes, dispostos a enfrentar grandes distâncias e todo tipo de dificuldades,<sup>288</sup> e que, diferentemente daqueles estabelecidos em Minas Gerais, não demonstravam disposição para a fixação.

Sendo assim, não somente os edifícios religiosos, mas praticamente todos os aspectos da arquitetura vão se apresentar revestidos de extrema simplicidade e sem qualquer sentido de erudição, ou de expressão plástica mais elaborada.

A proibição, por parte da Coroa portuguesa, de estabelecimento de ordens religiosas em regiões mineradoras contribuiu grandemente para que os templos construídos no interior da colônia não apresentassem qualquer das orientações encontradas naqueles edifícios construídos no litoral. Passava-se, assim, a responsabilidade tanto da edificação quanto da manutenção para as mãos dos fiéis que, com total despreparo técnico e desprovidos de um mínimo de formação artística, simplesmente reproduziam aí um tipo de arquitetura representativa de seus antepassados culturais, tanto no nível do programa de necessidades quanto no de seleção e uso de materiais e técnicas construtivas.

Essa desvinculação em relação às ordens religiosas vai promover o surgimento de uma certa liberdade construtiva, que no entanto se apresenta apenas relativa, já que, na ausência das ordens, o controle era assumido pelas confrarias e irmandades, que definiam, através de suas mesas diretoras, determinadas linhas e preceitos a serem seguidos. Mas, mesmo assim, com as irmandades o vocabulário formal dessas edificações se apresenta sempre com maior liberdade do que se estivesse sob orientação de uma ordem.

Ao se relacionar as igrejas existentes na cidade de Goiás, é possível observar que a grande maioria desses edifícios foi construída na segunda metade do século XVIII, quando o ouro já se encontrava em pleno processo de esgotamento. Vila Boa, francamente decadente, transformada em núcleo urbano que subsistia praticamente de suas funções burocráticas e administrativas, começava então a construir a maior parte de seus edifícios religiosos.

Aqui é bom observar que, mesmo sendo a capital, Vila Boa não vai apresentar grande diferença em sua arquitetura religiosa em relação ao restante da capitania. O que se encontra em todo o território goiano é um conjunto de edifícios religiosos extremamente simples, com características que de forma alguma se vinculam aos elementos decorativos e estéticos que definem formal e

<sup>288</sup>ETZEL, E. *Arte sacra: berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos.,1984. p. 195.

plasticamente os edifícios próprios das ordens religiosas estabelecidas no litoral da colônia. Apesar de contemporâneas, também das requintadas construções representativas do barroco mineiro nada apresentam de semelhante. O que se percebe claramente aí é uma grande semelhança, tanto em relação ao programa quanto à seleção de materiais e técnicas, entre as capelas representativas do primeiro período, ou primeira fase de desenvolvimento da arquitetura mineira, e a arquitetura residencial.

Ao descrever as primitivas capelas de Ouro Preto, Paulo Santos diz que a planta desses edifícios pode facilmente ser percebida pelo seu exterior, pois uma parte mais alta, constituída pela nave, domina o conjunto. Em seguida, uma outra parte, mais baixa menor e mais estreita, é composta pela capela-mor, vindo finalmente, numa das laterais, a sacristia, mais baixa ainda e com cobertura em apenas uma água.<sup>289</sup> Com relação à forma de organização dos espaços internos, poucas são as diferenças que podem ser observadas entre os edifícios goianos e essas pequenas capelas mineiras, que de um modo geral apresentam características formais inspiradas em modelos portugueses, principalmente no que se refere à localização da sacristia ao lado da capela-mor e não na parte de trás, como passou a ser posteriormente usual.

No caso de Vila Boa, podemos observar as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e da Abadia apresentando a sacristia do lado da Epístola, enquanto na igreja de São Francisco ela se encontra do lado do evangelho.<sup>290</sup> As igrejas de Nossa Senhora da Boa Morte e de Santa Bárbara são as únicas que apresentam esse compartimento na parte posterior da edificação, sendo aí desenvolvido com extrema singeleza. No geral, esses edifícios apresentam soluções de planta que vão desde as mais simples, como é o caso da igreja de Santa Bárbara, (fig.18) até as mais complexas, com um grande número de compartimentos, como se pode observar na igreja de Nossa Senhora do Carmo. (fig.19) Apenas uma, a igreja de Nossa Senhora da Abadia, (fig.20) apresenta a capela-mor com a mesma largura da nave, solução que é considerada rara pelos principais estudiosos de nossa arquitetura religiosa, que entendem como normal a capela-mor se apresentando mais estreita.

Entre os vários tipos de plantas resultantes dos diversos programas e modelos desenvolvidos pela arquitetura religiosa, podemos encontrar, basicamente a partir do último quartel do século XVII, em Portugal, uma concentração de interesses pelo formato poligonal, provavelmente em decorrência do gosto sempre presente pelo edifício de planta centralizada, característico das edificações próprias do cristianismo primitivo. Tal interesse vai provocar o surgimento de vários modelos de edifícios, que serão amplamente trabalhados e difundidos pelos portugueses não só em território metropolitano, mas também em todas as colônias, com a utilização de plantas circulares, exagonais e octogonais, entre tantas outras formas.

Em Vila Boa, vamos encontrar dois casos específicos de adoção de nave poligonal, com a utilização do octógono na definição de sua planta. O primeiro edifício aí construído com a utilização de tal característica vai ser a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, que apresenta o octógono irregular, com tendência para a forma retangular, em decorrência do fato de serem suas laterais coincidentes com as laterais do edifício desenvolvidas com dimensões maiores

<sup>289</sup>SANTOS, P. F. *Arquitetura ...* p. 153.

<sup>290</sup>Denomina-se Epístola a parte da igreja situada à direita do observador que se coloca de frente para a capela-mor. O lado esquerdo é o Evangelho.

que os outros lados. (fig.21) A localização desse edifício junto ao largo do palácio confere-lhe uma situação de privilégio em relação a todo o conjunto, inclusive no que se refere à própria igreja Matriz. Sua posição no terreno onde está implantado, na confluência das ruas do Horto e Fundação, é também elemento que, de certa forma, contribui para essa situação de destaque, criando para o observador situado à sua frente uma sensação de profundidade e relevo, em decorrência do desalinhamento com que se apresentam essas ruas.

O segundo edifício a utilizar tal característica vai ser a igreja de Nossa Senhora do Carmo, que apresenta o octógono de forma regular, o que dá ao desenho em planta um aspecto estético mais agradável.

Desconhece-se o que possa ter gerado ou mesmo promovido a adoção de tal forma de organização de planta nesses dois edifícios religiosos goianos, tendo em vista a difícil ligação de Goiás com os outros centros onde se desenvolviam edificações com esse tipo de caracterização arquitetônica. Sabe-se que no Brasil são poucas as construções setecentistas que apresentam esse tipo de organização, que é aí desenvolvida com extrema singeleza. Entre elas podem ser citadas as igrejas da Glória (fig.22) e de São Pedro dos Clérigos, no Rio de Janeiro; São Pedro dos Clérigos, no Recife; Convento da Luz e igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em São Paulo e São José de Minas Novas, em Minas Gerais. Entretanto, o que se pode utilizar como explicação em nível de conhecimento técnico é o fato de a construção da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte ter sido iniciada pela Irmandade de Santo Antônio dos militares, que é santo português, além de serem portugueses os oficiais militares que se incumbiram de sua construção. Também a igreja de Nossa Senhora do Carmo teve um português como mentor, tendo sido sua construção iniciada às custas do secretário de governo Diogo Peleja que, em decorrência do esgotamento de seus recursos financeiros, doou a construção, ainda inacabada, para a Irmandade dos Crioulos de São Benedito.

A utilização de plantas poligonais em edifícios religiosos foi uma prática largamente empregada pelo Barroco, principalmente como forma de imprimir ao templo um conjunto de elementos simbólicos e místicos de dominação dos fiéis, o que é uma das características próprias da Contra-Reforma. Convém observar ainda que o octógono, figura de oito lados, além de se impregnar de um forte sentido simbólico é, segundo Italiano Monini, em relação ao judaísmo-cristão,

*o número perfeito correspondente aos sete elementos criados + o UM (incriado) e agora manifestado em Jesus Cristo qual Novo Adão. É o primeiro dia da Nova Criação Redimida, é o número do Cristo. Exemplo: a piscina batismal do primeiro milênio do Cristianismo tinha oito lados e era o resultado do Mistério da Encarnação, o casamento do Divino com o Humano, do Círculo com o Quadrado.<sup>291</sup>*

Com relação às fachadas, pouca coisa muda nas igrejas goianas quando comparadas às antigas capelas mineiras. Suzy de Mello observa em seus estudos que as fachadas das primitivas construções religiosas de Minas Gerais eram resolvidas com extrema simplicidade, apresentando, como aberturas, apenas uma única porta de entrada, encimada por duas janelas-sacadas, utilizadas para a iluminação do coro.<sup>292</sup> As paredes, geralmente lisas e

<sup>291</sup>MONINI, I. **Apontamentos - Teoria 2**. Goiânia. s.n.t. 1995. p. 55.

<sup>292</sup>MELLO, S. de. **Barroco mineiro**. p. 134.

caiadadas, apresentavam em sua parte superior um frontão triangular simples, com um óculo na parte central. (fig.23) Como essas, raramente as construções religiosas goianas vão apresentar elementos decorativos em suas fachadas. Exceção expressiva vamos encontrar apenas na igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, que apresenta a única fachada de expressão barroca dessa cidade. (fig.24)

Característica comum a todos os edifícios religiosos construídos no século XVIII em Vila Boa, excetuando os dedicados a Nossa Senhora da Lapa e do Rosário, vai ser a inexistência de torre sineira. Tal situação, além de estar intimamente relacionada ao que acontece nas capelas mineiras, é ainda associada por Etzel às igrejas italianas dos séculos XII e XIII e àquelas primeiras construções desenvolvidas pelos jesuítas no século XVI, que representam o primeiro estágio de desenvolvimento da arquitetura religiosa no Brasil.<sup>293</sup>

Aqui é bom observar que, tanto no período inicial de ocupação do território mineiro quanto no goiano, durante o século XVIII, a fixação da população não era vista como um fato definitivo. Em decorrência disso, não houve, em nenhuma das duas regiões, nos citados períodos, uma preocupação em construir edifícios mais requintados ou mesmo com pretensão de longa durabilidade. Sendo assim, buscavam na simplicidade do conhecimento tradicional os elementos básicos de composição do edifício religioso, que são os mesmos utilizados pelos jesuítas em suas primeiras construções, feitas ainda de barro e palha e inspiradas nas capelas rurais de características românicas encontradas em Portugal e na Itália durante a Idade Média.

Essa ausência de torres, que pode ser considerada como uma simplificação arquitetônica de nossos edifícios religiosos, vai provocar o surgimento de várias soluções no que se refere à instalação dos sinos, elemento de importância ímpar à realização dos ofícios. A mais comum e mais simples vai ser a utilização de uma estrutura de madeira plantada ao lado da fachada principal do edifício, ficando ali instalado o sino, ou os sinos, sem qualquer proteção contra as intempéries. O caso de fatura mais elaborada apresenta uma pequena torre não mais alta que o frontispício e separada do corpo da igreja por um bloco do edifício composto pela sacristia e pelo consistório, possuindo inclusive a porta de acesso ao sino dando para a rua, independente do restante da edificação.

Com relação aos materiais construtivos utilizados, se em todo o território da capitania houve uma diversidade que de certa forma imprimiu um ar de maior ou menor importância aos edifícios, em Vila Boa praticamente não vai ser observada nenhuma variação na escolha desses materiais, ficando a construção dos edifícios religiosos restrita à utilização da taipa-de-pilão ou de alvenaria de pedra, que seria a pedra associada ao barro, na elaboração das paredes.

### 3.3.3. O Edifício Oficial

A arquitetura oficial produzida em Goiás durante o período da mineração está representada por poucos edifícios e, diferentemente do que acontece em outras regiões, essas edificações não apresentam, à exceção da

---

<sup>293</sup>ETZEL, E. op. cit. p. 153.

Casa da Câmara, características que permitam classificá-las como eruditas. (fig.25)

Três são os edifícios oficiais existentes em Vila Boa, sendo que o único a ser construído com base em um projeto foi o da Casa de Câmara e Cadeia. Os demais, residência dos governadores e quartel, são o resultado de adaptações e reformas que, realizadas ao longo do tempo, deram a esses edifícios as características estéticas que hoje apresentam.

Situado estrategicamente na parte mais alta do largo do chafariz, o edifício da Casa de Câmara e Cadeia possui um domínio completo sobre esse que é o mais amplo espaço público da cidade. À sua frente, encontrava-se implantado, em outros tempos, o pelourinho, símbolo do estabelecimento da vila. Construído em taipa-de-pilão, e seguindo um projeto elaborado em Portugal, a Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás é o maior edifício com essa finalidade existente em todo o estado, com um grande número de compartimentos, inclusive para o cárcere, que contava com três celas de grandes dimensões, e um considerável número de salas no pavimento superior, para uso da Câmara e do Judiciário. (fig.26)

Em conseqüência do fato de haver sido construído com base em projeto preestabelecido, apresenta esse edifício características e elementos próprios da arquitetura erudita, notadamente do Maneirismo clássico, com a utilização da simetria na disposição de elementos e aberturas em sua fachada, além da colocação do “sino de correr”<sup>294</sup> na parte superior, marcando o centro da edificação, juntamente com a porta principal de acesso, de dimensões mais amplas que as demais aberturas. No pavimento inferior, as celas são reforçadas internamente com barrotes de madeira, além de possuírem grades duplas nas janelas, o que não permite dúvidas quanto à segurança.

A utilização da taipa-de-pilão como técnica construtiva contribui grandemente para a caracterização de monumentalidade apresentada por esse edifício, além de determinar a predominância do cheio sobre o vazio na composição de sua fachada.

Dentro de um conjunto de edificações de características marcadamente vernaculares, a presença do edifício da Câmara, situado em um ponto estratégico de visualização, com sua fachada composta por elementos predominantemente eruditos, tem um valor psicológico fundamental. Inicialmente, o que se pretende com tal situação é a obtenção de características de visualidade que imponham ao observador o cenário próprio da teatralidade do poder. A utilização da arquitetura, e mais especificamente do edifício oficial como base para essa encenação, em que o importante deixa de ser, na maioria dos casos, a funcionalidade, para privilegiar o visual cenográfico vai, segundo Maurício Alvarez, impor o recurso da sintaxe arquitetônica, segundo o qual os elementos que simbolizam o poder são utilizados com o objetivo de destacar o espaço e os domínios que esse mesmo espaço representa.<sup>295</sup>

Assim, nesse espaço representado pelo largo do Chafariz vamos encontrar, associadas, a monumentalidade expressiva do edifício oficial e a abertura visual de espacialidade dos domínios do poder, como demonstração de força tanto do poder legislativo quanto do judiciário.

<sup>294</sup>O “sino de correr”, também conhecido como “sino do povo” ou “sino de ronda”, era parte integrante e indispensável nesse tipo de construção, e servindo para anunciar a publicação de uma nova lei.

<sup>295</sup>ALVAREZ, M. op. cit. p. 55.



Ainda no largo do Chafariz, situado em posição discreta aos olhos do observador que entra pela rua da Fundação, está o edifício do quartel das companhias militares, representando aí o que seria a arquitetura militar em Goiás. De acordo com documentos do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, esse edifício teria sido utilizado com essa função a partir de 1747. Entretanto, suas dimensões, consideradas insuficientes para acomodar o número de militares incorporados às companhias aí estabelecidas, forçaram a ampliação de suas instalações, o que se deu partir da aquisição de algumas residências contíguas que, após uma série de reformas e adaptações executadas ao longo do tempo, fizeram com que o edifício assumisse a forma que hoje apresenta.

O formalismo exigido pela estrutura militar no que se refere a seus edifícios fez com que as adaptações e reformas obtivessem resultados concretos, levando-o a adquirir as características próprias das edificações militares projetadas e construídas para tal fim durante o período colonial. A especificidade de uso dos espaços em edifícios militares, tanto construídos quanto abertos, seguem no quartel da cidade de Goiás orientações rígidas, o que confere a essa edificação uma predominância das linhas horizontais e uma sobriedade que, mesmo sendo características da arquitetura oficial como um todo, aqui comparecem com maior clareza e intensidade.

Apesar da variedade de técnicas construtivas encontradas na execução desse edifício, existe aí uma certa organização quanto à hierarquização no emprego dos materiais, sendo claramente definidos os locais onde são utilizados, com a taipa empregada nas paredes externas e o adobe nas divisões internas.

Observa-se ainda, com relação a esse edifício, que a sobriedade e a simplicidade de suas linhas fazem com que, mesmo apresentando uma volumetria até certo ponto monumental, mantenha uma certa reserva hierárquica em relação ao edifício da Casa de Câmara e Cadeia, sendo, no entanto, mais elegante que o Palácio, a antiga residência dos governadores.<sup>296</sup>

Resultado da adaptação, através de reformas, de algumas casas de residência adquiridas de Domingos Fogaça, o Palácio Conde dos Arcos, residência oficial dos governadores de Goiás, nunca apresentou características estéticas à altura da função a que serviu. Marcado por uma simplicidade excessiva, esse edifício não apresenta, em decorrência do fato de ser uma adaptação de várias residências, uma unidade no que se refere às técnicas construtivas e aos materiais empregados, apresentando, em suas paredes, trechos construídos em taipa-de-pilão, adobe e mesmo tijolo, esse último como resultado das intervenções ocorridas já no século XX. Além de manter elementos próprios do período original de sua construção, como o madeiramento das aberturas, com suas dimensões e desenhos originais característicos, sua fachada está toda descaracterizada, apresentando-se com a tipologia própria da arquitetura neoclássica do final do século XIX.

---

<sup>296</sup>COELHO, G. N. *Arquitetura da mineração em Goiás*. p. 24-25.

## CONCLUSÃO

Ao se estudar a implantação dos núcleos mineradores no Brasil durante o século XVIII, e em especial Vila Boa, percebe-se a existência de quatro elementos básicos definidores de sua conformação: o rio, a estrada, a topografia e a formação cultural de sua população.

No geral, os aglomerados mineradores goianos se estabelecem de forma um tanto quanto diferenciada em relação aos outros centros de mineração da colônia. O terreno, menos acidentado em Goiás, induz a uma organização espacial até certo ponto mais plana e de uma regularidade mais evidente que aquela encontrada em Minas Gerais. A distância entre os pontos mineradores impede que se estabeleça aí o processo de conurbação, e por isso a estrada participa na estruturação urbana, como um de seus eixos, apenas no momento em que cruza o aglomerado minerador. Em decorrência dessa distância, há o isolamento da população em pequenos arraiais que dificilmente atingirão o porte das vilas mineiras. No mais, existe um determinado padrão construtivo que, em raríssimos casos, vai apresentar alterações significativas, implantando em toda a Capitania um modelo básico de edifício de uso residencial, assim como também de uso religioso e de uso para atividades públicas, representado, esse último, pelas Casas de Câmara e Cadeia. Em decorrência dessa forma padronizada de construir, também os espaços urbanos, representados pelas ruas, becos e largos, vão seguir uma forma constante de implantação.

No caso específico de Vila Boa, a conformação urbana inicial está visivelmente determinada pela divisão das datas mineradoras. Dessa forma, temos a população formadora do arraial de Sant'Ana estabelecida ao longo do rio, que passa a ser o primeiro fator determinante da formação urbana do aglomerado, sendo as residências construídas no extremo oposto do terreno minerador, o que foi fundamental para o estabelecimento das primeiras ruas.

O segundo dos elementos a contribuir para a formação do espaço urbano foi a estrada, estando bem clara sua interferência no traçado de Vila Boa. Comparando não em paralelo ao rio, mas cortando-o perpendicularmente, a

estrada cria um eixo que, em conjunto com a implantação das datas mineradoras, começa a definir e a estruturar a conformação urbana.

Se por um lado temos a mineração como um elemento específico da forma de trabalho associada à implantação do núcleo, a maneira como a estrada interfere no espaço urbano é bem característico dos núcleos medievais portugueses até na nomenclatura utilizada, com o aparecimento das ruas Direita e do Comércio.

Como acontece na maioria dos aglomerados mineradores de Goiás, a conformação topográfica de Vila Boa não tem a mesma conotação determinante dos núcleos mineiros. Implantado em um terreno de declive suave, esse aglomerado não apresenta a necessidade de estabelecer suas ruas em conformidade com as curvas de nível, permitindo que estejam dispostas até mesmo de forma ortogonal, como já acontecia no bairro do Rosário antes mesmo da intervenção do governador Luiz da Cunha Menezes, no final do século XVIII.

Na medida em que esse núcleo inicial começa a tomar forma e se estabelecer em caráter definitivo, outras questões começam a ser observadas. Com relação aos edifícios residenciais, a padronização é praticamente perfeita, definindo basicamente dois tipos de planta, sendo a mais estreita de corredor lateral e a outra, utilizando um terreno mais largo, organizando-se ao longo de um corredor central, que termina invariavelmente em uma grande sala de convivência, onde se reúne a família e onde as mulheres passam a maior parte do tempo. Implantados parede-meia, esses edifícios vão, a medida que são construídos, definindo e dando conformação às ruas, promovendo inclusive uma padronização visual, com fachadas elaboradas sem variação ao longo da via pública, o que cria uma situação de monotonia para quem as observa.

Dessa forma, também a população interfere no processo de estruturação do espaço urbano, transpondo para a vila os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo em suas regiões de origem, principalmente em decorrência do fato de ser esse modelo de edificação e sua forma de implantação encontrados em praticamente todo o território brasileiro, ficando clara a interferência das questões culturais. Em um primeiro momento, a herança medieval do colonizador português se faz presente na largura das ruas assim como em sua falta de simetria e na forma, no mais das vezes espontânea, com que se adapta ao terreno. Também característicos da herança portuguesa são os becos, que ligam transversalmente as ruas ou se inserem nas quadras com o objetivo único de atender à parte posterior ou de serviço das residências. Essa herança traz também para Vila Boa as técnicas e os elementos construtivos, típicos da influência moura, como a presença de largos, chafarizes, janelas de rótula e gelosias.

Entretanto, essas são as questões básicas observadas e até certo ponto estereotipadas com que estamos acostumados a ver e definir a implantação e a formação do espaço urbano da primeira vila criada em território goiano.

Na medida em que se procura aprofundar o conhecimento sobre a formação do espaço urbano em Vila Boa, outros elementos vão surgindo e modificando a idéia já aceita de um núcleo surgido à partir de conhecimentos exclusivamente empíricos de uma população tida como grosseira e carente de uma base cultural mais elevada. Se os elementos característicos da organização urbana medieval e vernacular portugueses estão incontestavelmente presentes no estabelecimento e na conformação das vias públicas, e dos edifícios, outros

elementos característicos de outros períodos vão também impregnar, mesmo que de maneira sutil, todo o conjunto urbano da vila.

Aqui é bom observar que um dos objetivos desse trabalho foi comprovar, através da associação entre uma análise da conformação do espaço urbano e edificado de Vila Boa e estudos relativos aos seus antecedentes culturais, a exclusividade da força do conhecimento popular na implantação desse núcleo urbano minerador. Entretanto, à medida que os estudos foram se aprofundando, ficou clara a existência de conhecimentos mais elaborados, por parte da população, do que apenas os de uma arquitetura popular e uma forma empírica de organização dos espaços.

A gradação a utilização da perspectiva nas vias públicas com o intuito de valorizar determinados edifícios são questões próprias do período renascentista, que na Europa não tiveram possibilidade de serem implantados, atuando através de interferências em núcleos próprios da Idade Média. Como exemplo característico dessa forma de interferência em Vila Boa, podemos ver o que ocorre na confluência das ruas da Fundação e do Horto, onde, segundo a tradição, localizava-se a residência do descobridor, Bartolomeu Bueno, e posteriormente teria sido implantado aquele que é o edifício religioso mais sofisticado e tecnicamente mais bem elaborado da cidade. Essas duas vias, dispostas em “V”, em posição divergente em relação ao observador situado em frente ao edifício, provocam uma sensação visual que faz com que a edificação pareça possuir dimensões bem mais amplas do que realmente possui.

Do Barroco, se não podemos ver as largas avenidas com amplas praças servindo de moldura a grandiosos edifícios públicos, nos será permitido perceber as sutilezas de uma cenografia teatral característica desse período.

É certo que a população responsável pelo estabelecimento de Vila Boa era composta em sua grande maioria por aventureiros em busca de riqueza fácil, e isso os documentos não se cansam de mostrar, pois nem mesmo os representantes da Igreja e da administração pública estão livres dos processos por escândalos e abuso de poder.

No entanto, a construção de edifícios como os das igrejas da Boa Morte e do Carmo exigiram um conhecimento acima daquele que nos é apresentado como sendo característico da população. São edifícios que apresentam, em Goiás, o que se estava produzindo em regiões como Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, e mesmo na Metrópole, com exemplos encontrados tanto em Lisboa quanto na cidade do Porto. Isso não só no que se relaciona às questões decorativas, como também na estruturação do espaço interno, com a demonstração de um acurado estudo e conhecimento de toda uma simbologia religiosa incompatível com o baixo grau de cultura com que a população goiana do primeiro século sempre é associada.

A adaptação do Quartel do XX a partir de simples residências e sua inserção como edificação secundária no largo da Cadeia, assim como a implantação estratégica do Chafariz de cauda no mesmo logradouro, indicam um conhecimento de certa forma erudito de quem aí estava trabalhando. São formas de se elaborar a relação entre o edifício, o monumento e a praça nos moldes que Camillo Sitte só veio teorizar praticamente um século depois.

A burocracia, as questões relacionadas à disputa pelo poder e as intrigas políticas estão sempre presentes também como elementos determinantes na estruturação da vila, interferindo principalmente de forma negativa. Goiás nunca teve uma residência oficial como aquelas encontradas em Minas Gerais ou

mesmo no Mato Grosso. O próprio Marques de Pombal autoriza a compra de uma residência para instalação da Real Fazenda, anteriormente solicitada para acomodação do Governador, observando no entanto que não se faça melhoramentos, para que não hajam gastos excessivos para o erário público.

Com relação às praças, a forma triangular com que esses espaços públicos se apresentam em Vila Boa, determina uma visualização diferenciada de seu interior, o que dá um destaque especial aos edifícios de maior importância aí instalados. O acesso a esses espaços, geralmente feito através dos ângulos, permite também a percepção de seu conjunto não como um simples aglomerado de edificações implantadas em decorrência de uma necessidade imediata de abrigo, mas como uma situação planejada, ou mesmo premeditada, em que o edifício de maior importância, além de nunca se apresentar alinhado com os demais, é construído com dimensões avantajadas e geralmente na parte mais alta ou de melhor visualização em relação ao conjunto.

O emprego desses elementos visuais e a utilização do fator surpresa na percepção do espaço começam a aparecer na conformação de Vila Boa praticamente na primeira fase, considerada por Paulo Bertran como de intencionalidade, com a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário no largo de mesmo nome ou mesmo na forma como estão distribuídas as edificações no largo da Matriz, e intensificam-se com a implantação da Vila nas décadas seguintes, culminando nos últimos decênios do século, com a construção dos edifícios religiosos de maior elegância.

Sendo em sua grande maioria pessoas sem um padrão cultural mais elevado, esses primeiros habitantes implantam no território a ser ocupado as características culturais e construtivas herdadas de seus antepassados. Materiais e técnicas construtivas já secularmente conhecidas vão se adaptar à topografia dominante, ao clima e às necessidades imediatas encontradas por esses exploradores, para que melhor possam se estabelecer. Finalmente, elementos simbólicos, característicos de movimentos mais recentes, e novos conhecimentos assimilados e adaptados serão também empregados na conformação espacial de Vila Boa de Goiás, demonstrando o conhecimento não apenas de conceitos empíricos, ou vernaculares, mas de uma cultura mais elaborada que, se não era representativa da grande maioria da população, de alguma forma fazia-se presente.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Maurício. Arquitetura monumental e vontade de potência. Rio de Janeiro: Oficina Letras e Artes, 1991.
- ANDRADE, Amélia A. Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima. Lisboa: Horizonte, 1990.
- ANTONIL, André J. Cultura e Opulência do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARAÚJO, Emanuel. O teatro dos vícios. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- ARGAN, Giulio C. El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días. Buenos Aires: Nueva Vision, 1977.
- \_\_\_\_\_. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. rev. Geografia, espaço e memória. São Paulo, n 10, jan./jul. 1992.
- BAUDOT, Georges. La vida cotidiana en la América Española en tiempos de Felipe II - siglo XVI. México: FCE, 1992.
- BAZIN, Germain. A arquitetura religiosa no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no planalto central. Brasília: Solo, 1994.

\_\_\_\_\_. Notícia geral da capitania de Goiás. Goiânia/Brasília: UFG/UCG/SOLO, 1997.

BERTRAN, Paulo. et. alii. Evolução urbana da cidade de Goiás no período colonial. Trabalho apresentado no seminário Arqumemória II. Belo Horizonte, ago.1987.

BITTENCOURT, Maria M.V. Urbanização colonial: estudo de um modelo de espaço urbano em Sabará. rev. Barroco. Belo Horizonte, n 12. 1982/1983.

BRANDÃO, Carlos A. L. A formação do homem moderno vista através da arquitetura. Belo Horizonte: AP Cultural 1991.

BURY, John. Arquitetura e arte no Brasil colonial. São Paulo: Nobel, 1991.

CARVALHO, Sérgio L. Cidades medievais portuguesas. Lisboa: Horizonte, 1989.

CENTURIÃO, Luis R.M. As cidades na América colonial portuguesa. rev. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, v. 22, n 1. jun. 1996.

COELHO, Gustavo N. A arquitetura portuguesas à época dos descobrimentos. rev. Estudos. Goiânia, v. 18 n. 1/4. 1991.

\_\_\_\_\_. Goiás - uma reflexão sobre a formação do espaço urbano. Goiânia: UCG, 1996.

\_\_\_\_\_. Arquitetura da mineração em Goiás. Goiânia: UCG. 1996. (col. Cadernos didáticos, 4)

CUNHA MATTOS, Raymundo J. da. Chorographia histórica da Província de Goyáz. Goiânia: Sudeco, 1979.

Del BRENA, Giovanna R. Medieval ou barroco? proposta de leitura do espaço urbano colonial. rev. Barroco. Belo Horizonte. n 12. 1982/3

DIAS, Pedro. Arquitetura mudéjar portuguesa: tentativa de sistematização. rev. Mare Liberum. Lisboa, n 8, dez. 1994.

- DUBUGRAS, Elwin. Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás. Brasília: (mimeo.)
- DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ETZEL, Eduardo. Arte sacra: berço da arte brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- FERNANDES, José; JANEIRO, Maria de L. Arquitetura vernacular da região saloia. Lisboa: ICALP, 1991.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. São Paulo: Circulo do Livro, 1986.
- FUNES, Eurípedes A. Goiás 1800/1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986.
- GASPAR, J. A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. separata de FINESTRA-Revista Portuguesa de Geografia. Lisboa, v. IV-8, 1969.
- GOITIA, Fernando C. Breve história do urbanismo. Lisboa: Presença, 1982.
- GRAEFF, Edgar A. Goiânia - 50 anos. Goiânia: UCG, 1983.
- \_\_\_\_\_. O edifício. São Paulo: Projeto, 1986.
- HAROUEL, Jean-Louis. História do urbanismo. Campinas: Papyrus, 1990.
- HARDOY, Jorge. Evolución de la legislación urbana para hispanoamerica durante el siglo XVI. In: De Teotihuacan a Brasília. Madrid: IEA, 1987.
- HERCULANO, Alexandre. História de Portugal. Venda Nova: Bertrand, 1989. v. I.
- HOLANDA, Sergio B. de. História geral da civilização brasileira: A época colonial. São Paulo: Difel, 1982. vol. I e 2.
- HOLMES, George. A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e revolta. Lisboa: Presença, 1984.
- KUBLER, George. A arquitetura portuguesa chã. entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706. Lisboa: Vega. s/d.
- LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Goubenkian/JNICT, 1992.



- LE GOFF, Jacques. O apogeu da idade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEMOS, Carlos A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In: Anais do museu paulista. São Paulo, 1993. n. 1 (Nova série).
- LOPEZ, Roberto S. A cidade medieval. Lisboa: Presença, 1988.
- LUIZ, Washington. Na capitania de São Vicente. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- MARQUES, A.H. de Oliveira. Introdução à história da cidade medieval portuguesa. Separata da revista Bracara Augusta v. 35, f. 79. jan./dez. 1981.
- \_\_\_\_\_. A sociedade medieval portuguesa. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- \_\_\_\_\_. Portugal na crise dos séculos XIV e XV. Lisboa: Presença, 1987.
- MARX, Murillo. Cidade brasileira. São Paulo:Edusp/Melhoramentos,. 1980.
- \_\_\_\_\_. Cidade no Brasil terra de quem? . São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- MATTOSO, José. Identificação de um país. Lisboa: Estampa, 1988.
- MELLO, Eduardo K. de. A herança mourisca da arquitetura brasileira. São Paulo: FAUUSP, s/d.
- MELLO, Suzy de. Barroco. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MONINI, Italiano. Apontamentos - teoria 2. Goiânia. s.n.t. 1995.
- MOUTINHO, Mário. A arquitetura popular portuguesa. Lisboa: Estampa, 1979.
- MORAIS, J. S. Metodologia de projeto em arquitectura. Lisboa: Estampa, 1995.
- MORRIS, Eduard A. J. História de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.
- MUMFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB, 1982.

- NORBERTO, José. (org.) Arquitetura popular em Portugal. Lisboa: IAAP, 1988.
- PALACÍN, Luiz. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.
- PALACÍN, Luiz. et. alii. História de Goiás. Goiânia: UCG, 1986.
- \_\_\_\_\_. et. alii. História de Goiás em documentos. I - Colônia. Goiânia: Cegraf, 1995.
- PIRENNE, Henri. História econômica e social de la edad média. México: FCE, 1986.
- QUARONI, Ludovico. La torre de babel. Barcelona: Gustavo Gili, 1969.
- REIS FILHO, Nestor G. Evolução urbana do Brasil. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1969.
- \_\_\_\_\_. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva. 1976.
- \_\_\_\_\_. La ciudad barroca - analisis regional - 1578/1750. in: CERILLOS, M. L. História urbana iberoamericana. Madrid: Testimonio, 1990.
- ROJAS, J. A. et. alii. Urbanismo español en América. Madrid: ICE, 1976.
- SAIA, Luís. Morada paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SALLES, Gilka V.F. de. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: Cegraf, 1992.
- SANTOS, Paulo F. A arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- \_\_\_\_\_. Formação de cidades no Brasil colonial. Coimbra: V Congresso internacional de estudos luso-brasileiros, 1968.
- SERRÃO, Joaquim V. História de Portugal. Lisboa: Verbo, 1980. vol. I
- SILVA FILHO, Olavo P. Arquitetura luso-brasileira no Maranhão. São Paulo: Efecê, 1986.
- SILVA E SOUSA, Luiz A. da. O descobrimento da Capitania de Goyáz. Goiânia: UFG, 1967.

SILVA, Raquel. Cascais. Lisboa: Presença, 1988.

SITTE, Camillo. A construção da cidade segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992.

TELES, José M. Memórias goianas I. Goiânia: UCG, 1982.

TIBALLI, Elianda F.A. A expansão do povoamento em Goiás - século XIX. Goiânia, 1991. Dissertação (mestrado).  
Universidade Federal de Goiás.

TOLEDO, Benedito L. In: ZANINI, Walter. (Org.) História geral da arte no Brasil. São Paulo: IWMS/FDG, 1989. vol. I.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica. São Paulo: Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. Mineiridade. São Paulo: Abril, 1981.

VAUTIER, L. L. Casa de residência no Brasil, in: Arquitetura civil I.  
São Paulo: FAUUSP/IPHAN, 1981.

#### FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

Arquivo Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Resumo dos rendimentos que teve o Concelho em cada anno dos dez desta caza.

Arquivo do Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás.

Recenseamento de 1798

Mapa dos dízimos das plantações.

Mapa das Entradas.

Mapa dos Ofícios.

Ordens Régias: 1771-1775.